

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Laércio Jorge de Oliveira

**CONDIÇÕES DE VIDA URBANA, POLÍTICA E RELIGIÃO NO BAIRRO
AREIAS DE BAIXO (RIBEIRÃO DAS NEVES, MINAS GERAIS)**

Belo Horizonte

2025

Laércio Jorge de Oliveira

**CONDIÇÕES DE VIDA URBANA, POLÍTICA E RELIGIÃO NO BAIRRO
AREIAS DE BAIXO (RIBEIRÃO DAS NEVES, MINAS GERAIS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras

Belo Horizonte

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O48c	Oliveira, Laércio Jorge de Condições de vida urbana, política e religião no bairro Areias de Baixo (Ribeirão das Neves, Minas Gerais) / Laércio Jorge de Oliveira. Belo Horizonte, 2025. 132 f. : il. Orientadora: Cristina Almeida Cunha Filgueiras Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais 1. Infraestrutura urbana - Ribeirão das Neves (MG). 2. Qualidade de vida - População. 3. Cidadania. 4. Religião e política. 5. Participação política. 6. Participação social. 7. Religião e problemas sociais. I. Filgueiras, Cristina Almeida Cunha. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.
------	---

SIB PUC MINAS

CDU: 322

Laércio Jorge de Oliveira

**CONDIÇÕES DE VIDA URBANA, POLÍTICA E RELIGIÃO NO BAIRRO
AREIAS DE BAIXO (RIBEIRÃO DAS NEVES, MINAS GERAIS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Participação e Poder Local

Prof. Dra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras – PUC Minas (Orientadora)

Prof. Dr. Carlos Alberto Vasconcelos da Rocha – PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Cláudio de Oliveira Ribeiro – UFJF (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

Dedico esta dissertação aos meus pais
(*in memoriam*),
Maria Sueli de Almeida e
José de Oliveira,
cujas presenças continuam
a me guiar todos os dias.

Ao conterrâneo e grande inspirador
de minha vida Franciscana,
Élio Pereira
(Frei Cristóvão, vulgo “Frei Capeta”)
in memoriam.

Ao Frei Leonardo Lucas Pereira (Frei Leo),
um frade que celebra a liberdade
com o desejo de renovação,
trazendo a esperança a uma sociedade
marcada pela dor e pela injustiça.

AGRADECIMENTOS

Desde a mais tenra idade, tive a graça de usufruir dos direitos mais fundamentais: não passar fome, estudar e ser feliz. No entanto, nada disso teria verdadeiro significado se não fosse acompanhado pelo amor incondicional que recebi. Sou profundamente grato aos meus pais, Maria Sueli de Almeida e José de Oliveira, já falecidos (em 5 de janeiro de 2025 e 11 de junho de 2021, respectivamente), por terem sido os pilares que garantiram esses direitos em minha vida.

Minha trajetória foi profundamente marcada pela inspiração do meu conterrâneo Élio Pereira, que mais tarde se tornou meu confrade, Frei Cristóvão (Frei Capeta). Sua dedicação à defesa dos direitos sociais e seu compromisso em fazer com que todos se sentissem amados foram determinantes para minha decisão de ingressar na Província Santa Cruz. Nesse caminho, encontrei outros que admiro, em especial: Frei Leonardo Lucas Pereira, que manifesta a grandiosidade da fé do simples; agradeço também a Frei Francisco Carvalho Neto (Frei Chiquinho) e Frei Hilton Farias, os guias que me levaram ao bairro Areias de Baixo, no município de Ribeirão das Neves/MG, espaço central desta pesquisa. Lá residi em dois momentos distintos: primeiro em 2000 e depois de 2019 a 2024, quando vivi na Fraternidade Rivortorto. Foi lá que conheci pessoas extraordinárias, que se tornaram não apenas inspiração, mas também protagonistas, ao se disporem generosamente como entrevistados e dar forma a esta dissertação. Hoje, vivendo na Fraternidade Duns Scotus, encontrei, representado aqui pelo Guardião Frei Carlos Alexandre, novas luzes em minha caminhada.

Nesta jornada acadêmica junto à Pontifícia Universidade Católica, com o apoio da Fapemig, que me proporcionaram a honra de aprender e crescer sob a orientação da Professora Cristina Filgueiras, minha eterna mestra, cuja ternura e vigor foram como uma “estaca” que me acolheu, sustentou e endireitou em todas as necessidades. Sua dedicação foi fundamental para que eu pudesse me tornar, também, um mestre em formação.

Ainda nesta árdua trajetória acadêmica, seja pela proximidade ou pelo afeto, encontrei duas pessoas que se tornaram verdadeiros irmãos, como Rodrigo Ribeiro, o homem das ruas e praças: José Maurício, um jovem cavaleiro e amante, e Miguel Araújo Vieira, o menino do interior de sorriso largo. Outros, como Livia Matos Assis, Gabrielle Pereira Soares e Márcia Lopes, foram faróis de resistência e engajamento, e um agradecimento muitíssimo especial a Júnio Gonçalves, sempre me orientando com

seu olhar atento e amoroso, com sua presença por vezes tímida, e sua parceria forte, ao mesmo tempo doce e crítica, o que me manteve firme e confiante, em especial naqueles momentos em que me sentia mais desafiado.

Por fim, com igual importância, agradeço ao meu irmão Heder Lúcio, meu orgulho que, mesmo sem compreender plenamente minhas escolhas no início, sempre esteve ao meu lado, demonstrando, em sua própria vida, como irmão, esposo e pai, o valor de lutar para que sua família não seja privada de nenhum direito.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para esta caminhada — mencionados ou não —, minha eterna gratidão. Esta dissertação é também fruto do amor, da dedicação e do apoio que recebi ao longo da vida.

“A todos e todas,
Que vão ao povo,
A todos e todas que sabem
Que é preciso ir ao povo...
A todos e todas
Que defendem o teu povo, Senhor!
A todos e todas que sabem
Que é preciso ensinar o teu povo
A buscar seus direitos
E ensinar que és um libertador!”
(Padre Zezinho, 2004)

RESUMO

Nesta pesquisa, investigam-se os efeitos da política e da religião sobre a vida cotidiana dos moradores do bairro Areias de Baixo, em Ribeirão das Neves (MG), com o objetivo de compreender como esses fenômenos sociais moldam percepções, práticas e formas de participação política. A partir da aplicação de questionários junto aos moradores, analisam-se os fatores que contribuem para a apatia e a baixa mobilização popular no território. Os dados revelam que, embora a atuação de lideranças religiosas e políticas fortaleça redes locais de apoio, essa presença pode também engendrar dinâmicas de dependência, desmobilização e transferência das responsabilidades coletivas para figuras de autoridade. Verifica-se que a centralização das decisões e a descrença na eficácia da ação política alimentam a passividade frente à esfera pública. Conclui-se que a passivação política observada decorre de uma trama complexa de condicionantes históricos, culturais, institucionais e psicológicos.

Palavras-chave: Política. Religião. Participação social. Passivação política. Areias de Baixo.

ABSTRACT

This master's thesis investigates the effects of politics and religion on the everyday life of residents in the neighborhood of Areias de Baixo, located in Ribeirão das Neves (MG), with the aim of understanding how these social phenomena shape perceptions, practices, and forms of political participation. Based on the application of questionnaires conducted with local residents, the study analyzes the factors contributing to apathy and low levels of popular mobilization in the territory. The data reveal that, although the actions of religious and political leaders help to strengthen local support networks, their presence may also give rise to dynamics of dependency, demobilization, and the transfer of collective responsibilities to figures of authority. The centralization of decision-making and widespread disbelief in the efficacy of political action are shown to reinforce passivity in relation to the public sphere. The findings suggest that the observed political passivation stems from a complex web of historical, cultural, institutional, and psychological factors.

Keywords: Politics. Religion. Social participation. Political passivation. Areias de Baixo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Metropolitana de Belo Horizonte	42
Figura 2 – Demarcação territorial do distrito de Areias	46
Figura 3 – Bairro Jardins	47
Figura 4 – Extração de areia no Rio Areias	48
Figura 5 – Região de Bota Fora Quinta das Palmeiras/Areias de Baixo – Estrada de Areias para Pedro Leopoldo/MG.....	48
Figura 6 – Exemplo de loteamento utilizado para produção em terreno/propriedade de pequeno produtor rural. Estrada de Areias para Pedro Leopoldo/MG	49
Figura 7 – Condomínio do Projeto “Minha Casa, Minha Vida” situado na divisa entre o município de Vespasiano e o bairro Areias de Baixo, município de Ribeirão das Neves..	50
Figura 8 – Ocupação do solo de forma precária às margens do Rio Areias.....	50
Figura 9 – Ocupação Tomás Balduino no bairro Areias de Baixo	52
Figura 10 – Edificações da comunidade cigana na estrada entre Areias de Baixo e Pedro Leopoldo/MG	52
Figura 11 – Edificações da comunidade cigana ao longo da rodovia entre Areias de Baixo e Pedro Leopoldo/MG.....	53
Figura 12 – Avenida Paranaíba, um dos acessos ao bairro Areias de Baixo.....	53
Figura 13 – Bar do Tatá.....	55
Figura 14 – Bar dos Brahmeiros.....	55
Figura 15 – Campo de futebol em Vespasiano, na divisa com o bairro Areias de Baixo	56
Figura 16 – Campo de terra, no bairro Areias de Baixo.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos entrevistados	59
Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados	60
Gráfico 3 – Escolaridade dos entrevistados.....	60
Gráfico 4 – Profissão dos entrevistados	61
Gráfico 5 – Tempo de residência no bairro	61
Gráfico 6 – Tempo de Residência no bairro e tipo de moradia	62
Gráfico 7 – A opinião sobre o bairro	63
Gráfico 8 – A opinião sobre os serviços de saúde no Bairro.....	64
Gráfico 9 – A opinião sobre os serviços de educação no bairro.....	65
Gráfico 10 – A opinião sobre os serviços públicos no bairro.....	67
Gráfico 11 – A opinião sobre o transporte público	68
Gráfico 12 – A opinião sobre a pavimentação das ruas	69
Gráfico 13 – A opinião sobre a iluminação de ruas e praças	70
Gráfico 14 – A opinião sobre o saneamento básico	71
Gráfico 15 – A opinião sobre a coleta de lixo	72
Gráfico 16 – A opinião sobre o policiamento.....	75
Gráfico 17 – A opinião sobre o sistema de comunicação.....	75
Gráfico 18 – A opinião sobre a violência	76
Gráfico 19 – A opinião sobre a ocorrência de violência doméstica	77
Gráfico 20 – A opinião sobre o tráfico de drogas.....	79
Gráfico 21 – A opinião sobre o uso de drogas	79
Gráfico 22 – A opinião sobre roubos e furtos	79
Gráfico 23 – A opinião sobre as áreas de lazer	81
Gráfico 24 – Opinião sobre a existência de ajuda mútua no bairro.....	85
Gráfico 25 – Exemplos de ajuda mútua citados pelos entrevistados.....	86
Gráfico 26 – Conhecimento sobre grupos sociais	89
Gráfico 27 – Identificação de grupos sociais.....	90
Gráfico 28 – Conhecimento sobre organizações entre os moradores que favoreçam o acesso aos direitos básicos no bairro	93
Gráfico 29 – Indicação de organizações entre os moradores que favoreçam o acesso aos direitos básicos no bairro.....	93

Gráfico 30 – A política como é feita no bairro, favorece que os moradores do bairro Areias de Baixo tenham acesso aos direitos básicos?	98
Gráfico 31 – Opinião sobre as lideranças políticas que atuam no bairro	99
Gráfico 32 – Nota da atuação da prefeitura no bairro	99
Gráfico 33 – Atuação dos vereadores/políticos no bairro	100
Gráfico 34 – Falta de entrosamento entre os políticos e os cidadãos/moradores no bairro	101
Gráfico 35 – Respostas à questão: se os moradores se mobilizassem, conseguiriam melhorias para o bairro?	105
Gráfico 36 – Respostas à questão: quem deveria agir para conseguir resolver os problemas do bairro?	105
Gráfico 37 – Tipo de prática: frequência a cultos	108
Gráfico 38 – O papel das igrejas	109
Gráfico 39 – Colaboração que as igrejas oferecem aos moradores quanto ao aprofundamento das questões sociais e formação da cidadania	109
Gráfico 40 – Existência da relação entre política e religião no bairro Areias de Baixo	111
Gráfico 41 – A interferência da relação entre política e religião na vida dos moradores do bairro.....	112
Gráfico 42 – Opinião dos entrevistados se é costume alguma liderança religiosa apresentar e apoiar candidatos em períodos de eleição no bairro.....	113
Gráfico 43 – A relação entre os políticos e os religiosos	115
Gráfico 44 – Resposta à questão: a relação entre política e religião interfere na vida dos moradores do bairro?	116
Gráfico 45 – Opinião dos entrevistados do porquê a relação entre política e religião interfere na vida dos moradores do bairro areias de baixo	117
Gráfico 46 – Opinião dos entrevistados do porquê a relação entre política e religião não interfere na vida dos moradores do bairro areias de baixo	117
Gráfico 47 – Colaboração que a igreja da qual faz parte, oferece para o enfrentamento dos problemas sociais	118
Gráfico 48 – Como as igrejas participam da vida no bairro	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH	Belo Horizonte
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
CEASA	Centro de Abastecimento de Minas Gerais
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CGL.BR	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBEU	Índice de Bem-estar Urbano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MP	Ministério Público
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
PIB	Produto Interno Bruto
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SUS	Sistema Único de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 O SER POLÍTICO: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA COTIDIANA E SUAS MEDIAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO	23
2.1 Entrando na política.....	23
2.2 O poder político e a cidadania.....	29
2.3 Entre a passividade e a agência.....	35
3 BAIRRO AREIAS DE BAIXO: CONTEXTO E CONDIÇÕES URBANAS	39
3.1 Ribeirão das Neves: uma breve apresentação.....	39
3.2 Areias de Baixo: ocupação e condições urbanas.....	45
3.2.1 <i>O cotidiano do bairro</i>	54
3.3 Perfil dos entrevistados	58
3.4 Opiniões sobre o bairro.....	62
3.4.1 <i>Saúde</i>	63
3.4.2 <i>Educação</i>	64
3.4.3 <i>Infraestrutura urbana</i>	66
3.4.4 <i>Segurança pública</i>	73
3.4.5 <i>Lazer</i>	81
4 ENTREAJUDA E AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES	84
5 A POLÍTICA, OS POLÍTICOS E A PASSIVAÇÃO	95
6 IGREJAS E PODER LOCAL	108
7 CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

A política e a religião são categorias analíticas centrais para entender como as relações de poder, controle social e formas de subjetivação se estruturam e operam nas dinâmicas sociais, tanto no passado quanto na contemporaneidade. Esses fenômenos sociais incidem não apenas sobre o funcionamento das instituições políticas formais — partidos, legislação, órgãos dos poderes públicos, mas também sobre as práticas cotidianas e as formas de participação política e organização comunitária. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), especificamente no bairro Areias de Baixo, unidade de análise desta pesquisa, localizado na cidade de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, essas influências assumem contornos particulares, interferindo em comportamentos, crenças e formas de engajamento social. Nesse contexto, analisamos os mecanismos que produzem o que denominamos como *passivação política*, uma complexa interação entre fatores históricos, culturais, institucionais e psicológicos que moldam a forma como os indivíduos se relacionam com o poder, tanto no campo religioso quanto no político.

O conceito de passivação tem origem com Erich Fromm (1941), quando analisa psicologicamente como o indivíduo, diante das angústias e das inseguranças da liberdade moderna, tende a adotar mecanismos de fuga, como a submissão a autoridades (sodomasoquismo), o conformismo automático ou a destruição. A passividade, nesse contexto, surge como uma resposta à alienação e ao isolamento gerados pelas sociedades capitalistas e autoritárias.

A ideia de *passivação política*, central para esta dissertação, articula-se às noções de cidadania passiva, uma condição histórica marcada pela dependência do Estado e por exclusões estruturais relacionadas à classe, raça e território (Benevides, 2001), processo pelo qual disposições conformistas são internalizadas frente às dinâmicas de poder político e religioso, enfraquecendo a agência coletiva e restringindo a capacidade de ação transformadora (Fromm, 2023). Em contrapartida, a cidadania ativa designa sujeitos politicamente engajados, capazes de disputar narrativas, reivindicar direitos e expandir práticas participativas no âmbito democrático. O fenômeno da *passivação política* compromete a formação de uma cultura cívica, isto é, o padrão de orientação política em que os indivíduos se reconhecem como agentes ativos da vida pública, confiam nas instituições democráticas e se percebem aptos a influenciar os rumos do processo político (Almond; Verba, 1963).

No contexto desta pesquisa, a definição de “igreja” que é utilizada abarca a comunidade de fiéis que abrange tanto os grupos vinculados à lógica institucional, quanto aqueles relacionais às práticas sociais e culturais que se desenvolvem no interior da comunidade religiosa e nas ações sociais promovidas pelos coletivos religiosos do bairro. O termo “Igreja”, grafado com a letra inicial maiúscula, será utilizado para se referir à instituição religiosa em sua dimensão formal e hierárquica. O termo “igreja”, no singular plural, escrito a letra inicial minúscula, será empregado para designar as igrejas locais, enquanto espaços de vivência comunitária nos bairros, sem a pretensão de representar uma instituição maior ou centralizada.

Embora as fases iniciais da pesquisa tenham incluído o mapeamento de igrejas do campo católico e evangélico, bem como a definição de critérios para a seleção de entrevistados de diferentes denominações religiosas, dificuldades de acesso às igrejas evangélicas resultaram em uma amostra majoritariamente composta por participantes vinculados à Igreja Católica. Essa predominância repercutiu nos resultados da pesquisa, orientando a análise a partir da perspectiva de uma comunidade católica.

No que se refere à política, esta será compreendida, nesta pesquisa, para além dos limites formais do Estado, englobando as formas de organização, disputa e participação que emergem nas dinâmicas sociais do bairro Areias de Baixo. Para além da atuação institucional de governos, partidos ou representantes eleitos, a política envolve também os processos de reivindicação e a construção de sentidos em torno da participação popular. Embora o Estado busque sua legitimidade por meio de estruturas jurídicas e institucionais — como o ordenamento legal, as instituições democráticas e a atuação de prefeitos, vereadores e partidos políticos, é fundamental reconhecer o papel da sociedade civil como parte constitutiva do campo político, isto é, cidadãos organizados em associações comunitárias, movimentos sociais e outras formas de auto-organização coletiva.

Busca-se compreender a cultura política no bairro Areias de Baixo, entendida como o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que conferem ordem e significado aos processos políticos, revelando as regras, valores e pressupostos que orientam o comportamento dos atores sociais envolvidos” (Kurschnir; Carneiro, 1999, p. 277). Para tanto, investigamos as percepções dos moradores, que, ao se constituírem nas vivências cotidianas e nas interpretações que fazem da realidade social, moldam suas formas de engajamento político e de interação com o sistema político. Tais dimensões subjetivas revelam como os indivíduos atribuem sentido à política,

reconhecem (ou não) sua agência e estabelecem relações de confiança, distanciamento ou resistência frente às instituições e práticas políticas. Conforme Serge Bernstein (1998), a cultura política tem sua origem nas respostas que os indivíduos formulam para os problemas de seu tempo. Ela é fruto da experiência histórica compartilhada e é interiorizada por meio de diversos canais de socialização, como família, educação, igreja, trabalho e mídia. Dessa forma, a cultura política emerge do contato com normas, valores e modelos culturais que moldam a percepção e os comportamentos políticos dos indivíduos (Bernstein, 1998). Essas concepções reforçam a importância de analisar a cultura política local como um fenômeno dinâmico, influenciado pela experiência cotidiana dos moradores e nas múltiplas formas de socialização que influenciam suas visões, atitudes e práticas políticas no bairro Areias de Baixo.

Tanto a religião quanto a política exercem papéis centrais na mediação das relações sociais, funcionando como sistemas normativos que moldam valores, orientam comportamentos e influenciam a distribuição do poder na sociedade. As influências dessas duas esferas contribuem significativamente para a conformação de uma determinada cultura política, ao estabelecer sentidos compartilhados e práticas que regulam a participação social e a organização do convívio coletivo. Conforme Durkheim (2000) demonstrou, a religião não é apenas um conjunto de crenças, mas um fenômeno social que cria coesão por meio da construção de um sistema compartilhado de símbolos e rituais, fundamentais para a manutenção da solidariedade social. Essa função normativa da religião dialoga com a autoridade que a Igreja reivindica, baseada em tradições e doutrinas que conferem legitimidade moral e religiosa.

A religião, enquanto sistema de crenças e valores, exerce uma influência inevitável sobre a política. As convicções religiosas dos cidadãos e dos líderes políticos moldam suas decisões e ações, refletindo-se na estruturação de normas sociais. Ao longo da história, princípios religiosos têm servido de base para legislações e diretrizes governamentais, influenciando desde códigos jurídicos até políticas culturais e sociais. A ética cristã, a noção de justiça no Islã e os princípios do *dharma* no hinduísmo são exemplos de tradições que, em diferentes contextos históricos e geográficos, desempenharam papéis centrais não só na construção de instituições, mas na definição de valores coletivos.

Em princípio, a participação de indivíduos religiosos na vida política pode enriquecer o debate público, trazendo reflexões sobre justiça social, ética e moralidade. Ao longo da história, líderes religiosos desempenharam papéis fundamentais na defesa

dos direitos humanos e na promoção da justiça. Exemplos notáveis incluem Martin Luther King Jr. e Mahatma Gandhi, cujas ações foram impulsionadas por princípios enraizados em suas crenças religiosas, demonstrando como a fé pode servir como força motriz para transformações sociais significativas. No entanto, a separação entre Igreja e Estado é essencial para assegurar a neutralidade das autoridades políticas e evitar perseguições religiosas e discriminações decorrentes da imposição de uma única fé.

A história, especialmente eventos como a Reforma Protestante, a Revolução Francesa e o Iluminismo, evidencia conflitos entre poder religioso e político, que impulsionaram a busca por um Estado laico, capaz de respeitar a diversidade de crenças e limitar a influência das instituições religiosas nas decisões governamentais (Oliveira, 1987). Embora a separação entre Igreja e Estado seja formalmente estabelecida em muitas sociedades democráticas e secularizadas, a religião continua a exercer forte influência política, seja por meio de grupos religiosos organizados ou do ativismo de indivíduos movidos por suas crenças (Freston, 2022). Esse cenário revela a complexidade das relações entre religião e política, indicando que a laicidade do Estado, embora juridicamente assegurada, é constantemente tensionada por práticas sociais e dinâmicas culturais.

O entrelaçamento entre as esferas religiosa e política gera desafios, como o equilíbrio entre a liberdade religiosa e a promoção da igualdade e justiça para todos os cidadãos, em busca do bem comum. Conforme o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira (1985), as diferenças religiosas podem ser uma fonte de conflito político, exacerbando divisões sociais e políticas e, em casos extremos, resultando em violência e dominação. A história está repleta de exemplos de como conflitos religiosos se transformaram em conflitos políticos, com consequências devastadoras para a estabilidade social e a paz (Oliveira, 1985). Diante disso, compreender os limites e as interações entre religião e política é fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

Conforme Freston (2022), nas sociedades pluralistas e democráticas, o poder religioso e o poder político muitas vezes coexistem e são separados. As instituições religiosas podem ter influência sobre a política através do ativismo político de seus membros, mas não controlam diretamente os poderes de Estado. Da mesma forma, os líderes políticos são obrigados a tomar decisões que respeitem a diversidade religiosa e as opiniões de diferentes grupos. A separação entre religião e Estado, prevista em dispositivos como a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos e

o artigo 19 da Constituição Brasileira, garante tanto a liberdade religiosa quanto a laicidade na esfera pública.

Tal separação não impede que haja a crescente atuação de atores religiosos no campo político, seja pela candidatura direta de líderes religiosos, como padres e pastores, seja por sua influência na mobilização eleitoral. Essa dinâmica, crescente no país, também se verifica no Areias de Baixo, onde a relação entre fé e política afeta os processos eleitorais e a organização comunitária. O uso de espaços religiosos para fins político-partidários, embora recorrente, é alvo de críticas por parte da população, uma vez que tal prática é vedada pela Lei nº 9.504/1997 (Brasil, 1997), que proíbe propaganda eleitoral em templos, reafirmando o princípio constitucional da laicidade do Estado.

A hipótese desta pesquisa é que as dinâmicas de exercício do poder político e religioso desempenham um papel central na *passivação política* dos moradores do bairro Areias de Baixo. No âmbito político, práticas como personificação do poder, familismo, clientelismo, formação de currais eleitorais e ações pontuais reforçam uma estrutura que desestimula a participação cidadã ativa. Já no campo religioso, a ênfase no individualismo em detrimento da coletividade e a centralização da autoridade na figura de padres e pastores, apresentados como detentores exclusivos da verdade, contribuem para a manutenção de uma postura passiva e de desinteresse, compreendida como um estado de acomodação, apatia e isenção de responsabilidade diante das condições sociais e políticas.

A elaboração desta dissertação tem origem na experiência direta do pesquisador enquanto morador do bairro Areias de Baixo, cuja trajetória residencial — marcada por dois períodos distintos, de 2000 a 2003 e, posteriormente, de 2019 a 2024 — que permitiu observar de forma crítica e situada as dinâmicas sociais locais. Embora sendo membro de uma comunidade religiosa, Ordem dos Frades Menores, como frade não exercia função preeminente como liderança religiosa, ocupando apenas meu lugar como morador e posteriormente pesquisador.

A percepção de uma recorrente baixa participação da população em temas de interesse coletivo emergiu especialmente no segundo período de residência, na qual foram observados os discursos e práticas tanto religiosas quanto políticas. Essa constatação despertou inquietações que ultrapassam o olhar descritivo, impulsionando a formulação de um problema de pesquisa centrado na compreensão dos fatores que favorecem ou que dificultam o engajamento político e comunitário nesse território.

A justificativa desta pesquisa reside, inicialmente, na necessidade de compreender as relações entre poder, política e religião, que podem se manifestar de diferentes formas. Faz-se necessário analisar como essas dinâmicas se concretizam na vida cotidiana dos moradores do bairro Areias de Baixo. Ao examinar tais aspectos, este estudo visa contribuir para uma melhor compreensão dos mecanismos que influenciam o engajamento comunitário e as interações sociopolíticas e religiosas no contexto estudado.

Ribeirão das Neves, integrante da região metropolitana de Belo Horizonte, popularmente conhecida como Neves, é um dos núcleos urbanos mais antigos da RMBH e tem apresentado crescimento expressivo ao longo das décadas, impulsionado por sua proximidade com a capital mineira e pela expansão populacional (Ribeirão das Neves, 2025). Este município registrou em 2022 uma população total de 329.794 habitantes e densidade demográfica de 2.126,26 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2023).

O bairro Areias está localizado na macrorregional de Justinópolis e é subdividido em duas áreas conhecidas como Areias de Cima e Areias de Baixo, sendo esta última o foco da presente pesquisa. A obtenção de dados estatísticos e demográficos específicos sobre o bairro Areias de Baixo revelou-se um desafio significativo ao longo desta pesquisa. Embora existam análises referentes à população e às condições sociais de Ribeirão das Neves e de seus bairros, não foram identificadas informações que desagreguem os dados de forma a contemplar especificamente o território de Areias de Baixo.

A partir da vivência do pesquisador por 9 anos no Areias de Baixo, observou-se, inicialmente, por meio da experiência empírica, diversas questões que necessitam ser analisadas para uma compreensão mais profunda da realidade do bairro. Entre elas, destacam-se: quais são os fatores que contribuem para a falta de iniciativa dos moradores em relação à participação política? Seria essa atitude de passividade em relação à política resultado do baixo nível de escolaridade? Da falta de acesso à informação política? Ou estaria relacionada a estímulos provenientes do discurso religioso? Os moradores consideram haver influência de políticos e lideranças religiosas na manutenção desse comportamento passivo?

Para responder às questões da pesquisa, foram coletados dados sobre a percepção dos moradores em relação ao Areias de Baixo e seus comportamentos políticos, por meio de questionários aplicados junto à população local. Além disso,

realizou-se observação direta no bairro, com o objetivo de conhecer de perto as dinâmicas sociais, políticas e culturais presentes no cotidiano do bairro.

Após esta introdução, que delinea o tema, os objetivos, as hipóteses e o problema de pesquisa, o capítulo 2, intitulado “O Ser Político: uma análise da experiência política cotidiana e suas mediações no espaço público”, apresentará uma discussão acerca de conceitos e categorias básicas desenvolvidas ao longo da pesquisa, tais como política, cidadania e participação social, direcionados para as relações entre política e religião. O Capítulo 3, intitulado “Bairro Areias de Baixo: contexto e condições urbanas”, dedica-se à unidade de análise da pesquisa, apresentando, em um primeiro momento, as principais características demográficas, sociais e culturais do território. Após apresentar a opinião dos moradores sobre as condições sociais do bairro, são analisadas as dinâmicas locais de participação política e as formas pelas quais o poder é exercido, distribuído ou concentrado no bairro. A análise fundamenta-se nos dados resultantes da aplicação de questionários, os quais revelam percepções, práticas e sentimentos dos entrevistados em relação à influência dos políticos e líderes religiosos em seus comportamentos políticos.

No Capítulo 4, intitulado “Entreajuda e auto-organização de moradores”, é abordado como a cooperação mútua e a mobilização comunitária são estratégias essenciais para enfrentar desafios locais. Destaca o papel das redes informais na construção de solidariedade e na promoção de melhorias coletivas, fortalecendo a autonomia dos moradores. O Capítulo 5, “Política, políticos e passivação”, examina como as dinâmicas sociopolíticas no bairro contribuem para a produção de sujeitos politicamente passivos. A análise se concentra na atuação de lideranças políticas locais que, por meio de práticas clientelistas, discursos paternalistas e formas de intermediação personalista, tendem a desmobilizar a participação coletiva, canalizando as demandas sociais para circuitos controlados de troca e dependência.

Já no capítulo 6, “Igrejas e poder local”, são analisadas as percepções dos moradores acerca da atuação e da influência das igrejas na dinâmica política local, destacando o modo como essas instituições extrapolam o âmbito estritamente religioso, engajando-se em processos de transformação social, assistência comunitária e mobilização política. A análise concentra-se especialmente no papel das igrejas como agentes que incidem significativamente sobre a vida social e política do bairro, por meio de práticas que transcendem suas funções religiosas tradicionais.

Enfim, a conclusão retoma os principais resultados da pesquisa, com o propósito de apresentar uma análise crítica e reflexiva que sintetiza as contribuições do estudo e aponta suas implicações. Além disso, na seção de considerações finais, são incluídas recomendações e reflexões voltadas à proposição de soluções para a melhoria do bairro, bem como para a formatação de políticas públicas.

2 O SER POLÍTICO: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA COTIDIANA E SUAS MEDIAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO

Neste capítulo, propomos uma reflexão sobre o *ser político*, que servirá como ponto de partida para as análises empíricas desenvolvidas posteriormente. O objetivo é compreender a política além de sua dimensão meramente institucional, reconhecendo-a como uma experiência cotidiana permeada por processos de socialização, reconhecimento e conflito. Aqui, o ser político é concebido como um modo de existência construído na interseção entre subjetividade e ação coletiva, entre a interiorização de disposições políticas e a participação em práticas sociais que moldam a vida em comum.

As articulações entre as dimensões existencial e social da política são apenas esboçadas neste capítulo. A partir do Capítulo 3, dedicado ao estudo de caso do bairro Areias de Baixo, essa relação será aprofundada, possibilitando uma análise empírica sobre a maneira com que os sujeitos se constituem politicamente no cotidiano — por meio de disputas simbólicas e materiais, vínculos de pertencimento e formas de organização comunitária que moldam suas experiências e práticas no campo político do referido bairro.

2.1 Entrando na política

O conceito de *política*, fundamental para este trabalho, pode ser compreendido como o espaço onde se estruturam as relações entre os indivíduos, organizando tanto a vida privada quanto a vida pública. É comum ouvir o ditado popular segundo o qual “não se deve discutir política, religião e futebol”. No entanto, até mesmo uma conversa sobre futebol carrega, de forma implícita, aspectos políticos, já que no esporte há interesses, escolhas, alianças e organizações refletidas em políticas públicas promovidas por governos — não apenas no Brasil, mas em diversos países. A vida em sociedade se desenvolve em espaços coletivos que são regulados e organizados por diferentes formas de política, seja na saúde pública, na educação, no esporte, na cultura ou em tantas outras áreas. A política, portanto, está presente em todos os aspectos da vida cotidiana. Cada indivíduo, consciente ou não, vivencia e participa da política em suas ações diárias, decisões e relações sociais. Conforme Tavares, Almeida e Barboza (2014), compreender o significado da política exige retornar à primeira vivência, ao momento inaugural em que o indivíduo se percebe como sujeito político —

uma entrada na política comparada a um nascimento. Essa metáfora expressa a transformação existencial pela qual o indivíduo deixa de ser apenas um ente privado para tornar-se sujeito histórico e participante ativo da vida coletiva. A concepção de política como uma experiência inaugural e formadora do sujeito encontra respaldo na obra de Hannah Arendt (2007), para quem a política se configura como o espaço público da pluralidade, onde os indivíduos emergem enquanto sujeitos através da ação conjunta e do diálogo entre iguais. Para a autora, a política não é apenas uma arena de disputas institucionais, mas o palco fundamental onde se revela a capacidade humana de agir e se relacionar com os outros em liberdade, construindo uma realidade compartilhada.

Complementando essa perspectiva, Charles Taylor (1997) enfatiza a importância do reconhecimento mútuo para a constituição da identidade política. Segundo esse autor, a identidade não é um dado fixo ou isolado, mas um processo construído no encontro com o outro, que deve reconhecer o indivíduo para que este se reconheça enquanto sujeito político. O reconhecimento é, assim, condição essencial para que o sujeito possa existir plenamente na esfera pública e participar de maneira legítima na vida política. A inserção na política marca o início da vida cidadã, momento em que o sujeito se reconhece como parte de uma coletividade e passa a agir sobre ela, revelando o potencial emancipador da participação política. Nesse sentido, é mais do que a disputa por poder ou a administração do Estado. Ela é encontro do ser humano consigo mesmo por meio da alteridade, ou seja, ao se deparar com o outro. É nessa experiência que o indivíduo se reconhece como ser político, como alguém que só existe plenamente em relação com os demais.

A política configura-se como um espaço fundamental de encontro e reconhecimento mútuo entre os indivíduos. Conforme enfatiza Arendt (2007), a política é o cenário no qual o ser humano se revela em sua condição essencial, não apenas como agente econômico ou membro de uma família, mas como sujeito dotado de linguagem, razão e capacidade de ação coletiva. Nesse sentido, Arendt afirma que “o surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*” (Arendt, 2007, p. 33). Para a autora, o surgimento da cidade-estado grega (*polis*) representa o momento histórico em que o homem adquire uma dimensão nova e fundamental: a vida política. Essa vida política (*bios politikos*), distinta da vida privada (*bios oikonomikos*), é a esfera onde o indivíduo se manifesta como cidadão e agente de ação coletiva, exercendo sua liberdade e

capacidade de deliberação no espaço público. O conceito de *bios politikos* refere-se, portanto, a essa “segunda vida” do ser humano, que se realiza através da participação ativa na vida comunitária e na construção do bem comum, para além das necessidades básicas e interesses privados. Assim, a política, para Arendt, não é um mero instrumento de gestão ou poder, mas o espaço privilegiado onde o indivíduo se constitui plenamente como sujeito político, em uma condição de pluralidade e diálogo com os outros.

Conforme Habermas (2014), a esfera pública é o espaço da deliberação racional e da construção da liberdade coletiva. Embora a família e o trabalho constituam estruturas fundamentais para a socialização, elas não esgotam a realização da liberdade humana, que se expressa plenamente na ação política, na participação em decisões que afetam a coletividade. Para Tavares, Almeida e Barboza (2014), o indivíduo inicia sua existência social como membro da família, sua primeira estrutura de convivência, da qual eventualmente se desprende para formar novas relações sociais e políticas, processo que envolve uma transição da dependência para a autonomia.

Rousseau (2020) ressalta que a condição de dependência da criança é fundamental para seu desenvolvimento, sendo a família a primeira e mais importante forma de organização social, responsável por garantir a proteção e os cuidados indispensáveis à sua sobrevivência. A experiência familiar inicial, portanto, não só constitui a base da socialização, mas também antecipa a inserção do indivíduo no espaço político, onde a autonomia e a participação coletiva se tornam centrais (Berger; Luckmann, 2004). A passagem do indivíduo da esfera familiar para a esfera pública representa um movimento fundamental na constituição do sujeito político, evidenciando a interdependência entre os processos privados e públicos na formação da identidade social e política.

Bertrand Jouvenel (1961) afirma que a formação do indivíduo, física, emocional, social e moral, só é possível por meio do cuidado, da proteção e das relações que se estabelecem desde os primeiros anos de vida. Por essa perspectiva, a ideia de um ser humano adulto totalmente autônomo e desvinculado de sua origem, é uma ilusão. Segundo o autor, a liberdade e a ação política do homem não surgem em um vácuo; elas são fruto de uma trajetória que começa na família, em estruturas sociais que o sustentam e o preparam para a vida em comum.

Ao pensar o *ser político*, não se pode dissociá-lo de sua base familiar e de sua trajetória de dependência. Essa dimensão originária, ou seja, os processos de socialização iniciais, moldam não apenas o indivíduo, mas suas formas de participação

social e política. Segundo Jacques Maritain (1966), ao transitar da vida familiar para a esfera política, o indivíduo leva consigo influências formativas de sua origem, que continuam a moldar sua maneira de se relacionar com o mundo e com os outros. O homem-criança é um ser a ser protegido, isso antes de toda e qualquer relação econômica ou política. Assim, transpõe para a vida adulta alguns traços dessa expectativa de atenção, proteção e ajuda que foi alimentada, em família, na infância (Maritain, 1966).

Conforme Jouvenel (1961), a relação com o poder político é profundamente influenciada pelas experiências primárias vividas no seio familiar. A confiança na autoridade dos pais e a expectativa de proteção moldam uma disposição psicológica que tende a projetar essas qualidades em figuras públicas, como governantes. Essa transferência, contudo, é frequentemente ilusória, gerando frustrações diante da realidade política. O autor ilustra essa dinâmica com a metáfora da criança recém-chegada a um internato: retirada de seu ambiente familiar, ela se depara com um “ser coletivo” desconhecido, opressor e indiferente. Esse sentimento de deslocamento simboliza a entrada do sujeito na política como um processo de estranhamento e vulnerabilidade, marcando o encontro com a alteridade (Jouvenel, 1961).

O ingresso na esfera política não é meramente institucional, mas envolve uma experiência existencial que exige reconhecimento e acolhimento. Como destacam Tavares, Almeida e Barboza (2014), a política só se realiza plenamente como espaço de convivência entre diferentes quando fundada em uma disposição ética para o reconhecimento mútuo — condição fundamental para evitar que o conflito social degenera em imposição violenta de interesses. Quando o reconhecimento da alteridade não é incorporado culturalmente como valor, ou seja, quando o outro não é aceito em sua diferença e liberdade legítimas, o tecido social se fragiliza, abrindo espaço para formas sutis de violência. Nesse sentido, ganha relevância o conceito de violência simbólica formulado por Pierre Bourdieu (2003), que a define como uma forma de dominação exercida de maneira imperceptível, por meio de esquemas simbólicos, linguagens e práticas culturais naturalizadas, que legitimam desigualdades e impõem sentidos e valores sem recorrer à força física, mas com profundo impacto nas estruturas sociais.

Essa violência não se restringe à agressão física, mas se manifesta na anulação simbólica, na indiferença e na marginalização dentro das estratégias sociais e políticas cotidianas. A noção de poder simbólico de Bourdieu (1989) é relevante para a

análise das culturas políticas, sobretudo em contextos periféricos, como o bairro Areias de Baixo, atravessados por intensas desigualdades socioespaciais. Nesses contextos sociais, torna-se possível compreender como as relações de dominação se reproduzem e se legitimam por meio de mecanismos simbólicos, que podem ser tanto políticos, como religiosos — dimensões centrais para os objetivos da pesquisa — que operam de forma não coercitiva, muitas vezes invisível, naturalizando hierarquias sociais no cotidiano. Trata-se de uma forma de violência simbólica na qual grupos dominantes conseguem impor suas categorias de percepção, seus valores e visões de mundo como se fossem universais, obtendo a adesão, ainda que inconsciente, dos próprios dominados.

Conforme José Carlos Vaz (1981), há uma conexão intrínseca entre a afirmação da liberdade individual e o reconhecimento político das liberdades. A existência política carrega em si esse horizonte de conflito e desconfiança, no qual o verdadeiro reconhecimento só ocorre quando o outro é visto como sujeito — e não como objeto. Trata-se de uma luta que, para ser autêntica, deve transformar-se em reconhecimento mútuo entre sujeitos livres. Para Sartre (2021), a liberdade só se manifesta plenamente na relação com o outro. É no encontro com uma alteridade igualmente livre que o sujeito toma consciência de si como liberdade. Essa reciprocidade — marcada por estranhamento e medo — é condição para que a liberdade deixe de ser apenas uma potência e se realize de fato. Assim, a liberdade não se dá no isolamento, mas se concretiza no campo coletivo, nas relações sociais que permitem o reconhecimento mútuo entre sujeitos autônomos.

O reconhecimento das liberdades, desde o primeiro encontro entre os homens, constitui o que se chama de *contrato social*. Esse verdadeiro reconhecimento político não surge entre indivíduos que se escolhem, mas entre aqueles que são colocados diante do outro como alguém diferente, estranho — e, ainda assim, são capazes de estabelecer compromissos, tolerância e uma comunhão de fins. Mesmo diante da constante ameaça da luta pela sobrevivência, é possível construir um pacto baseado na palavra, no respeito e no reconhecimento mútuo (Hobbes, 2015). Para o autor, ser humano implica encontrar o outro e ser reconhecido por ele num encontro entre liberdades, base da experiência política. O contrato social vai além de um acordo de interesses individuais: ele representa a adesão a um propósito comum — o de viver em sociedade.

O sentimento de pertencimento emerge quando os indivíduos reconhecem, entre si, não apenas as diferenças que os distinguem, mas, principalmente, valores

semelhantes e um propósito compartilhado. Esse reconhecimento dá origem ao fim social, que se traduz no bem comum — princípio que orienta e articula as forças individuais em direção a objetivos coletivos (Hobbes, 2015). Dessa forma, compreende-se que a política pode ser definida como uma comunidade de fins, fruto do reconhecimento de liberdades, estabelecido através de lutas. Luta e reconhecimento são os dois pilares fundamentais para se entender a essência da política (Wolff, 1999). A política se revela como um espaço dinâmico de construção coletiva, onde o pertencimento e a ação compartilhada emergem da tensão entre diferenças e convergências, e onde a busca pelo bem comum se sustenta no reconhecimento mútuo e na luta constante por liberdade e legitimidade.

Arendt (2007) oferece uma base fundamental para compreender a política como uma experiência coletiva pautada na convivência, na pluralidade e na construção de um mundo comum. Esses elementos — reconhecimento mútuo e busca pelo bem comum — transcendem o mero funcionamento político, configurando-se como os objetivos supremos da cidadania. Eles expressam a finalidade última dos vínculos sociais e políticos que emergem da vivência na pólis, evidenciando a dimensão participativa e relacional da condição cidadã.

Mas que bem comum é esse? Trata-se de um bem que não é particular, mas verdadeiramente compartilhado — uma ideia já presente na noção de reconhecimento do ser humano enquanto tal, fundamento do vínculo político. É um bem que não se reduz às satisfações individuais, embora passe por elas. A política, nesse sentido, é uma prática concreta, influenciada por emoções, interesses e compromissos tanto individuais quanto coletivos. Reconhecimento mútuo e bem comum caminham juntos: o fim visado é universal — o reconhecimento da liberdade humana, e, por consequência, da igualdade entre todos. Afinal, seres verdadeiramente livres só podem ser concebidos como iguais, e isso implica a garantia da dignidade de cada ser humano.

O reconhecimento recíproco exige que cada sujeito político seja visto e ouvido como legítimo, digno de participação. Isso vai além da mera tolerância: trata-se de inclusão ativa e de uma participação efetiva nas decisões que impactam a coletividade. O bem comum, por sua vez, não é a simples soma de interesses individuais, mas uma construção coletiva fundamentada no diálogo, na solidariedade e na interdependência. Em outras palavras, é aquilo que transcende os desejos particulares para se tornar um projeto coletivo de convivência, justiça e liberdade. A multiplicidade de grupos sociais aos quais o indivíduo pertence — família, comunidade religiosa,

organizações locais — impõe obrigações e limites que moldam sua atuação pública e sua participação na vida política e social. Quando essas estruturas de pertencimento não oferecem espaço para a expressão crítica ou a participação ativa, o indivíduo tende ao distanciamento da esfera política, ao desinteresse manifestado em atitudes de apatia ou isenção diante das dinâmicas políticas do território, o que compromete a efetividade da cidadania e participação social.

O ser político emerge como aquele que, consciente de sua interdependência e inserido nas tensões da vida em sociedade, atua na esfera pública para transformar relações de força em relações de diálogo e cooperação. Nesse sentido, a verdadeira cidadania não se limita ao cumprimento de deveres ou ao exercício de direitos formais, mas se manifesta na capacidade de agir politicamente — questionando, propondo e reinventando o espaço comum. Assim, a conexão entre o ser político, o poder e a cidadania revela-se como um processo dinâmico e relacional, no qual a liberdade individual só se concretiza na interação com o coletivo. O poder, longe de ser apenas uma estrutura de dominação, é também um campo de disputa e negociação, onde a cidadania se constrói por meio do reconhecimento mútuo e da participação ativa. A política, então, é a mediação indispensável entre poder e liberdade, entre o indivíduo e a coletividade, onde a cidadania se afirma não como um status passivo, mas como uma prática contínua de emancipação e construção do bem comum.

2.2 O poder político e a cidadania

A discussão sobre poder político e cidadania constitui um eixo central para a compreensão das relações políticas em contextos específicos, como o bairro Areias de Baixo. Nesta dissertação, partimos do princípio de cidadania como um conceito que transcende a simples condição jurídica de pertencimento a um Estado. Ela envolve dimensões éticas, políticas e sociais, relacionando-se com a participação ativa na vida pública e o exercício de direitos e deveres. Desde a Grécia Antiga, Aristóteles (1991) definia o cidadão como aquele que participa das decisões da pólis, destacando a importância da ação coletiva. Já na modernidade, Rousseau (2020) vinculou a cidadania à soberania popular, argumentando que o contrato social exige engajamento direto dos indivíduos na construção da vontade geral. No contexto contemporâneo, autores como Habermas (2014) ampliam o debate, associando a cidadania a processos democráticos deliberativos, nos quais o diálogo racional garante a inclusão e o respeito às diferenças.

Para o autor, a cidadania não se restringe a direitos legais, mas exige uma esfera pública ativa e crítica. Nesta dissertação, abordaremos o conceito de cidadania como uma prática ético-política que combina autonomia individual, responsabilidade coletiva e participação democrática, visando à justiça e ao bem comum.

A cidadania não se restringe ao direito formal, mas envolve o reconhecimento e o exercício concreto de direitos, deveres e da voz ativa na vida coletiva. A discussão sobre o exercício pleno da cidadania perpassa dimensões fundamentais como liberdade, participação e igualdade, que, conforme argumenta Thomas Marshall (1967), são indissociáveis para a consolidação de uma sociedade democrática. O autor propõe em sua clássica definição que “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (Marshall, 1967, p. 76). A ideia central do autor é que o pleno exercício da cidadania só se concretiza quando os indivíduos, para além de serem reconhecidos legalmente como cidadãos, têm acesso real aos direitos civis, políticos e sociais, condição que requer a superação das desigualdades estruturais.

Ao se transpor essa concepção ideal para a realidade brasileira, surgem tensões significativas. Maria Victoria Benevides (2001) contribui para essa análise ao destacar que, em contextos marcados por desigualdades extremas, como o Brasil, a cidadania frequentemente assume um caráter excludente e seletivo. Para a autora, embora a Constituição estabeleça o vínculo jurídico entre o indivíduo e o Estado, conferindo a ele o status de cidadão, na prática, os direitos civis, políticos e sociais são distribuídos de forma desigual. Ela observa que esses direitos se manifestam muitas vezes como concessões, e não como garantias universais. Nas palavras da autora: “a cidadania permaneceu parcial, desequilibrada, excludente. Direitos ainda entendidos como privilégios, só para alguns, e sob determinadas condições” (Benevides, 2001, p. 7). No mesmo sentido, Guillermo O’Donell (1993) utiliza o conceito de “cidadania de baixa intensidade” para descrever contextos em que os direitos formais — como o sufrágio ou o acesso a serviços públicos — são reconhecidos legalmente, mas sua efetivação é parcial, desigual ou precária, sobretudo entre populações historicamente marginalizadas. Nesses cenários, a cidadania se mostra limitada na prática, tanto no acesso aos direitos quanto na participação política efetiva. O autor insere essa reflexão no contexto das democracias periféricas da América Latina, como a brasileira, nas quais

convivem a promessa de universalização dos direitos e uma realidade profundamente marcada por exclusão, violência e desigualdades estruturais.

A partir das reflexões de José Murilo de Carvalho (2002), torna-se possível a compreensão dos comportamentos políticos de sujeitos em contextos periféricos marcados por desigualdades sociais, como é o caso do bairro Areias de Baixo. Segundo o autor, o contexto da redemocratização brasileira, iniciada com o fim do regime militar em 1985, foi marcado por um entusiasmo cívico que conferiu centralidade à noção de cidadania no discurso político e social. A palavra passou a ser utilizada com frequência por diversos setores da sociedade — políticos, intelectuais, jornalistas, movimentos sociais e cidadãos em geral. Em muitos casos, “cidadania” passou a substituir o próprio termo “povo” como sujeito das demandas sociais e políticas. Contudo, o autor adverte para o caráter ingênuo e excessivamente otimista desse momento histórico. Havia a crença de que a mera restauração das liberdades políticas e do direito ao voto seria suficiente para consolidar uma democracia plena e eficaz. Com a promulgação da Constituição de 1988 — nomeada como “Constituição Cidadã” —, esperava-se que a ampliação dos direitos formais se traduzisse em melhorias concretas nas condições de vida da população, como o acesso à educação, à saúde, à segurança e à justiça social.

Entretanto, conforme observa Carvalho (2002), o avanço na esfera política não foi acompanhado por transformações igualmente significativas nas esferas social e econômica. Problemas estruturais como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a precariedade dos serviços públicos e a persistente desigualdade social permaneceram intocados ou foram mitigados em ritmo lento. Nesse sentido, a cidadania, tal como concebida por Carvalho, não pode se restringir à dimensão legal ou ao mero exercício do voto. Ela deve englobar, necessariamente, a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais, incluindo não apenas a participação nas instituições representativas, mas também a inclusão ativa da população nos processos de formulação e controle das políticas públicas.

Como analisam autores como Vera Telles (2006) e Loïc Wacquant (2001), as políticas públicas voltadas para as periferias urbanas tendem a assumir formas de gestão social marcadas pelo abandono seletivo e pela criminalização da pobreza. Nesses contextos, os territórios periféricos são frequentemente governados mais por meio de dispositivos de controle e repressão do que por ações voltadas à efetivação de direitos e à inclusão cidadã. Telles (2006) analisa a configuração das periferias urbanas como territórios marcados pela presença ambígua do Estado, ora ausente em políticas

públicas, ora presente na repressão, revelando uma forma seletiva de governabilidade. Wacquant (2001) examina como o Estado neoliberal atua nas periferias urbanas, sobretudo por meio da criminalização da pobreza, da marginalização racial e da substituição de políticas sociais por mecanismos de repressão e encarceramento.

Carvalho (2002) destaca que, diante da incapacidade do sistema democrático de responder adequadamente às demandas sociais, verifica-se um processo de desgaste e deslegitimação das instituições, como os partidos políticos e os próprios mecanismos eleitorais. Tal processo contribui para o enfraquecimento da confiança pública e para a redução da participação cidadã, que compromete os fundamentos da democracia.

O poder político, ao longo da história, foi frequentemente instrumentalizado por ideologias religiosas ou autoritárias que se mantiveram firmemente estruturadas em torno de líderes e sistemas de crenças que justificavam sua autoridade. Em muitas sociedades tribais e antigas, a organização de expedições militares e o comando de batalhas estavam concentrados nas mãos de um chefe, que poderia ser o melhor guerreiro, alguém considerado favorecido pelos deuses, ou, ainda, aquele que possuía a maior quantidade de recursos materiais, como rebanhos, necessários para sustentar os homens que o seguiam (Clastres, 2017). Esse tipo de liderança, fundamentado no prestígio social, no controle de recursos e, por vezes, em uma suposta relação direta com o divino, exemplifica como religião e poder frequentemente se entrelaçam. Nessas configurações, o líder não exerce apenas uma autoridade de caráter prático ou administrativo, mas também detém uma legitimidade simbólica sustentada por uma ideologia religiosa que sacraliza sua posição e naturaliza sua autoridade perante a comunidade.

Conforme a antropóloga Paula Montero (2016), a figura do líder religioso emergiu como central na organização social, especialmente a partir da especialização das funções religiosas. Com a divisão do trabalho, na qual diferentes tarefas eram distribuídas entre os membros da comunidade, surgiu a necessidade de uma liderança que conduzisse ritos e cerimônias de culto. Esses líderes, frequentemente investidos de uma força transcendente, adquiriram poder por sua conexão direta com os deuses. A crença de que determinados indivíduos eram escolhidos ou dotados de um poder divino conferia-lhes não apenas um papel religioso, mas também político, consolidando sua autoridade dentro do grupo (Montero, 2016).

Um exemplo da instrumentalização do poder religioso pode ser visto nas tribos onde a magia desempenhava um papel central. Segundo Georges Gurvitch (1968), em algumas culturas, a religião oficial competia ou até se fundia com a magia secreta, frequentemente associada a confrarias esotéricas ou sociedades secretas. Quando essas confrarias adquiriam domínio sobre o clã, transformavam-se em instituições de poder absoluto, com seus líderes, que antes eram sacerdotes ou magos, assumindo a posição de reis. A fusão entre o poder sacerdotal e o militar resultava na figura do “rei-sacerdote”, cuja autoridade não era apenas política, mas também religiosa. Essa dualidade de funções, que combinava o comando militar e o poder religioso, tornou-se uma característica marcante em muitas sociedades antigas, onde a figura do rei-sacerdote dominava o poder social de maneira quase absoluta.

A partir das reflexões precedentes sobre as relações entre política e religião, percebe-se que o poder social não apenas reflete uma autoridade centralizada em torno de um líder, mas também pode ser moldado e sustentado por ideologias religiosas ou mágicas, que reforçam a legitimidade do poder através da crença no divino. Assim, a dinâmica de organização do poder social observada nas instituições religiosas, como as igrejas, pode ser entendida pela teoria da dominação de Max Weber (2009), resultado de uma relação social de poder desigual, um processo em que a autoridade carismática — fundamentada na crença coletiva na força transcendente dos líderes — legitima o poder, criando uma estrutura social que vai além da simples herança ou conquista.

O cientista social Pedro Ribeiro de Oliveira (1987) distingue duas formas de poder no contexto religioso: o poder religioso e o poder eclesiástico. O poder religioso refere-se à autoridade moral e espiritual dos líderes religiosos, que influenciam as convicções, práticas e ética dos fiéis, moldando aspectos essenciais da vida cotidiana. Já o poder eclesiástico diz respeito à organização institucional da religião, envolvendo hierarquias, administração, gestão de recursos e manutenção das tradições. Embora distintos, esses poderes se interrelacionam, pois líderes eclesiásticos influenciam crenças e as instituições dependem do apoio da comunidade para sua continuidade. Conforme o autor, essa interação é fundamental para entender as dinâmicas internas das religiões e seu impacto social (Oliveira, 1987).

A relação entre poder religioso e poder político constitui um eixo central da análise de Oliveira (1987). O autor identifica três formas principais de articulação entre essas esferas: colaboração e aliança, conflito e separação, e coexistência e tolerância. Em diversos contextos históricos, religião e política atuaram de forma interdependente,

com líderes religiosos influenciando decisões políticas relacionadas à legislação, à moral pública e às políticas sociais. Por outro lado, governantes frequentemente buscam o respaldo das autoridades religiosas como meio de legitimar seu poder e garantir a coesão social, especialmente em sociedades em que a religião ocupava posição estruturante na organização coletiva.

No contexto de Areias de Baixo, a partir do mapeamento de diversas instituições religiosas — que serão citadas no capítulo seguinte, dedicado ao estudo de caso — e da observação da atuação das igrejas e de seus líderes, observa-se que o poder religioso exerce influência sobre convicções, comportamentos e valores dos moradores. Tal influência decorre do papel central que as práticas religiosas assumem na dinâmica social e comunitária do bairro, moldando formas de sociabilidade, visões de mundo e modos de inserção política. Essa realidade se articula com a análise de Oliveira (1987), para quem o poder religioso molda a visão de mundo dos fiéis, estruturando suas referências éticas, suas ações cotidianas e seu comportamento político.

A interseção entre poder, religião e política é um fenômeno histórico e complexo que molda profundamente as sociedades. Conforme discutido, essas três forças se influenciam mutuamente, configurando estruturas sociais e relações de poder que atravessam tanto as instituições quanto as práticas cotidianas. O poder, em suas múltiplas formas — política, religiosa e institucional —, atua como elemento central na organização social, sendo capaz de legitimar normas, valores e decisões que orientam o convívio coletivo (Mariosa, 2019). No Brasil contemporâneo, essa relação se manifesta com particular intensidade, especialmente diante do crescimento da influência de grupos religiosos na política institucional. Essa dinâmica, que pode fortalecer a coesão social, também apresenta riscos de instrumentalização da fé para fins políticos, comprometendo princípios como a laicidade do Estado e a pluralidade religiosa.

A religião, enquanto fonte de significado e moralidade, pode tanto unir quanto dividir, dependendo de como suas narrativas são incorporadas e mobilizadas no espaço público. Em muitos contextos históricos, a religião foi utilizada para legitimar o poder político: líderes políticos afirmavam ter uma “autoridade divina” para governar, conectando-se ao divino como uma forma de justificação do seu poder. A complexa relação entre poder e religião, bem como suas implicações, será abordada de forma aprofundada no próximo item, com ênfase na ideia central desta pesquisa. Refletir sobre o poder não apenas como dominação, mas como relação social dinâmica — que se manifesta nas formas de organização, resistência, participação ou *passivação política*

dos sujeitos e grupos — permite iluminar os mecanismos pelos quais se estruturam a dinâmica política.

2.3 Entre a passividade e a agência

A tensão entre passividade e agência evidencia os diferentes modos de inserção dos sujeitos na vida política, ora como atores passivos em processos decisórios, subordinados às dinâmicas de poder estabelecidas, ora como protagonistas na reivindicação de direitos, na mobilização social e na construção de projetos coletivos voltados à transformação da realidade.

Nesta dissertação, propõe-se analisar como as dinâmicas políticas e religiosas contribuem para a reprodução de uma cultura política caracterizada pela não participação no bairro Areias de Baixo, ou seja, “uma oração política sem sujeito, um sistema representativo sem povo” (Carvalho, 2002). Conforme destacam Almond e Verba (1992), a cultura política não participante se manifesta pelo distanciamento dos cidadãos dos processos decisórios, pela baixa confiança nas instituições e pela reduzida participação nas instâncias formais da vida política — aspectos que, no contexto estudado, podem ser reforçados pelas práticas e influências dos agentes políticos e religiosos atuantes na comunidade. Diante disso surge um dilema crucial: os moradores do bairro tendem a uma postura passiva perante as precariedades socioeconômicas e políticas ou engajam-se em ações coletivas para superá-las? Essa questão transcende a mera descrição de comportamentos, pois envolve a análise de fatores como a cultura política local, o acesso a mecanismos de participação e as estratégias de resistência política de atores sociais em contextos marginalizados.

Retomando a discussão sobre cidadania apresentada anteriormente, é possível aprofundar a análise em torno de dois eixos centrais abordados nesta pesquisa: a passividade política e a agência dos sujeitos. A concepção de cidadania passiva, conforme Benevides (2001), contribui para uma leitura crítica da relação dos indivíduos com o Estado, especialmente diante de problemas estruturais, como as falhas na formulação e execução de políticas públicas e as limitações institucionais que condicionam o engajamento político. Tal forma de cidadania, conferida sob uma lógica de tutela e favor, compromete o pleno pertencimento à comunidade política. Ainda que os direitos estejam formalmente assegurados, sua concretização revela-se desigual,

perpetuando mecanismos históricos de exclusão com base em classe, raça e território (Benevides, 2001).

A disparidade entre o que Marshall (1967) denominou de cidadania ideal — entendida como a integração progressiva dos direitos civis, políticos e sociais — e a cidadania passiva vivenciada por populações periféricas revela os limites da democracia brasileira. Para Benevides (2001), a cidadania no Brasil permanece parcial, desequilibrada e excludente, operando mais como concessão do que como direito universal. Para a autora, superar esse quadro implica promover uma cidadania ativa, pautada na participação efetiva dos sujeitos na vida pública e na construção de direitos. Tal perspectiva envolve reconhecer os cidadãos não apenas como beneficiários de políticas públicas, mas como agentes políticos capazes de transformar a realidade, instituindo novos marcos de reconhecimento, justiça social e pertencimento coletivo.

O descompasso entre a cidadania passiva, outorgada sob a lógica da tutela, e a cidadania ativa, baseada na participação e no reconhecimento pleno de direitos, se manifesta de forma particularmente acentuada nas periferias, onde a população, marginalizada pelo poder político e instrumentalizada pelo poder religioso, vivencia uma dupla alienação: por uma via, o Estado, por meio de políticas públicas precárias, seletivas ou excludentes, reforça a marginalização desses grupos, dificultando o exercício pleno da cidadania (Carvalho, 2022). Por outra via, as instituições religiosas oferecem um refúgio individualizado, convertendo a fé em uma espécie de “mercadoria espiritual” (Freston, 2006) que, ao promover o conformismo, dilui o potencial transformador da indignação coletiva.

A relação dialética entre religião e política não se resume a um embate institucional abstrato, mas manifesta-se de forma concreta no cotidiano das populações periféricas como uma disputa pelo monopólio da esperança. Esse mecanismo ilustra o conceito de Michel Foucault (2008) de *governabilidade pastoral*, no qual o controle social não se exerce apenas pela coerção direta, mas principalmente pela regulação das subjetividades. A religião pode funcionar como um instrumento de acomodação, isto é, um mecanismo que suaviza tensões e conflitos, mantendo a ordem social vigente, contribuindo para a neutralização das contradições sociais e para a manutenção de relações de poder que favorecem interesses particulares de atores políticos institucionais e lideranças religiosas. Compreender tal dinâmica é essencial para desvendar não apenas a realidade do Areias de Baixo, mas também os desafios mais amplos da cidadania em espaços urbanos marcados pela desigualdade.

Segundo Leonardo Boff (1972), influenciado pela Teologia da Libertação¹ e por uma abordagem crítica das estruturas sociais, a mera expressão de opiniões sobre questões como desigualdade, injustiça e exclusão não é suficiente para um exercício pleno da cidadania, mas é necessário tomar uma decisão concreta, assumindo uma postura que envolva ação e transformação da realidade. Essa concepção de Boff representa uma crítica ao que esta pesquisa denomina *passivação política*. Ao mesmo tempo, Boff faz um chamado à agência social — ou seja, à capacidade dos indivíduos de intervir no meio em que vivem para transformá-lo.

Paulo Freire (2014) destaca que o povo é o verdadeiro “autor do poder”, e, nas periferias, diversas formas de resistência política emergem. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), coletivos evangélicos progressistas e movimentos sociais ressignificam a fé ao vinculá-la às lutas por moradia, saúde e dignidade. Essa teologia insurgente frequentemente posicionou a Igreja em confronto com o Estado, sobretudo quando este se alinha aos interesses do capital e contribui para a manutenção de estruturas sociais excludentes e opressoras. A religião pode tanto reforçar a passividade quanto assumir um papel transformador, denunciando desigualdades e exigindo do Estado não a caridade, mas sim o cumprimento de direitos fundamentais.

Como bem observa o sociólogo Ricardo Mariano (2013) vê-se na última década uma ascensão massiva dos personagens religiosos, de apóstolos a fiéis comprometidos, tentando, em cada pleito, coagir seus fiéis, utilizando a mesma tática dos currais eleitorais, tendo em vista apoiar e eleger seus indicados tendo como objetivo ganhos futuros, favores ou poder. Na outra ponta, observa o autor, os candidatos tentam instrumentalizar a religião com finalidade eleitoral, independentemente das orientações ideológicas. Conforme o cientista político Joanildo Burity e a socióloga Maria das Dores Machado (2014), o que ocorre no cenário atual é a instrumentalização da religião pela política e vice-versa.

Observa-se a grande participação de religiosos nos pleitos eleitorais nas últimas décadas, representando uma ampliação da arena política e o surgimento de

¹ Corrente teológica cristã que surgiu na América Latina entre 1950-1960, influenciada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Conferência de Medellín (1968), que enfatizaram a “opção preferencial pelos pobres” como centro da fé e da ação eclesial. No Brasil, ela se consolidou na década de 1970, durante a ditadura militar (1964-1985), como uma resposta às desigualdades sociais e à repressão política. Combinando reflexão bíblica e análise social, ela entende a libertação como um processo integral, espiritual e político, contra estruturas de opressão. Influenciada pelo contexto de desigualdades, promove o engajamento em favor da justiça, inspirando movimentos sociais (Boff, 1980).

novos atores com forte presença, em especial, no Poder Legislativo (Machado; Burity, 2014).

A relação entre religião e política nas periferias urbanas, como no bairro Areias de Baixo, revela-se como um campo de tensões e possibilidades que influenciam a configuração da cultura política local. A religião, enquanto sistema simbólico e fonte de valores morais, desempenha um papel central na formação das identidades e das práticas sociais dos moradores, influenciando suas percepções de mundo e seus modos de engajamento político. Contudo, essa influência não é neutra nem homogênea: a instrumentalização da religião para fins políticos pode, por um lado, fortalecer formas de coesão social e mobilização coletiva; por outro lado, esse tipo de influência pode restringir o exercício pleno da cidadania ao comprometer princípios democráticos fundamentais, quando a autoridade religiosa pode atuar como mediadora do acesso a direitos e recursos, subordinando decisões políticas a valores dogmáticos ou agendas específicas, em detrimento da deliberação democrática e da diversidade de vozes presentes na comunidade.

No contexto das periferias urbanas da RMBH, especificamente no Município de Ribeirão das Neves, a tensão entre avanços nas políticas públicas e a manutenção das desigualdades estruturais se expressa nas relações políticas cotidianas. A desigualdade socioespacial na RMBH, marcada por profundas diferenças de renda, raça, gênero e acesso a serviços públicos, reflete-se na segregação territorial e na dificuldade dessas comunidades em acessar e influenciar os mecanismos de poder e decisão (Instituto Nossa BH, 2021). Essa configuração sustenta uma cultura política tensionada entre dinâmicas de exclusão e práticas de resistência, em que as formas de participação e agência política são condicionadas pelos contextos socioeconômicos e territorial. Nesse cenário, o exercício pleno da cidadania e a inserção efetiva na vida pública tornam-se desiguais e fragmentados.

3 BAIRRO AREIAS DE BAIXO: CONTEXTO E CONDIÇÕES URBANAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar, inicialmente, uma contextualização sobre o Município de Ribeirão das Neves, seguida da caracterização do bairro Areias de Baixo, como forma de situar o recorte empírico da pesquisa. Em seguida, descreve-se o procedimento metodológico adotado para a coleta dos dados primários (item 3.2) e o perfil dos sujeitos entrevistados (item 3.3). Por fim, analisam-se as percepções dos entrevistados sobre o bairro, com ênfase nos aspectos relacionados à saúde, educação, infraestrutura urbana, segurança pública e lazer.

3.1 Ribeirão das Neves: uma breve apresentação

O Vetor Norte Central da RMBH, formado pelos municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa, Vespasiano e Esmeraldas, apresenta um processo de metropolização iniciado na década de 1970, destacando-se pela predominância da função de cidade-dormitório da classe trabalhadora, especialmente em Neves. O termo “cidade-dormitório” designa localidades onde grande parte da população reside, mas trabalha ou desenvolve suas atividades econômicas em cidades vizinhas — no caso, Belo Horizonte, Contagem e Betim — devido à insuficiência de oferta local de empregos e infraestrutura econômica, o que resulta em deslocamentos diários significativos. Esse vetor é reconhecido como um dos mais integrados à dinâmica da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Souza, 2015).

Ribeirão das Neves, cidade popularmente conhecida como “Neves” por seus moradores, destaca-se como um município importante da RMBH, onde está localizado o bairro Areias de Baixo, foco específico desta pesquisa. A história de Neves remonta ao século XVIII, quando a região era conhecida como Matas de Bento Pires. Em 1745, o mestre-de-campo (patente militar de alta hierarquia na época colonial, responsável pelo comando de tropas) Jacintho Vieira da Costa recebeu do governador Gomes Freire de Andrade uma sesmaria — concessão oficial de terras — na região central, e no ano seguinte construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora das Neves, que se tornou o centro religioso e cultural local, dando origem ao nome “Fazenda das Neves” (Ribeirão das Neves, 2025). O nome “Neves” está diretamente ligado a essa devoção religiosa e à capela erguida, enquanto “Matas de Bento Pires” era a designação original da área, provavelmente referente a uma extensa vegetação pertencente a um proprietário local ou a uma característica geográfica da época. Atualmente, é um dos 34 municípios que

compõem a RMBH e é reconhecido como um dos seus núcleos urbanos mais antigos. Segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2023), a população de Ribeirão das Neves é de 329.794 habitantes, tornando-a a oitava cidade mais populosa de Minas Gerais, com uma área territorial de 155 km² e densidade demográfica aproximada de 2.121,5 habitantes por km².

Conforme os pesquisadores Tânia Bogutchi e José Rigotti (2015), a dinâmica populacional na RMBH reflete profundas desigualdades socioeconômicas, evidenciadas nos diferentes padrões de ocupação dos municípios que compõem a região. A saída de muitos moradores da capital mineira, Belo Horizonte, direciona-se majoritariamente para municípios próximos que oferecem moradias de baixa renda, sobretudo Ribeirão das Neves. Conforme os sociólogos Nayara Salgado e Thárcio Elízio (2021), o crescimento populacional de Ribeirão das Neves está relacionado à indisponibilidade de terras em Belo Horizonte, onde a especulação imobiliária e a falta de regulação tornam os imóveis inacessíveis. Como alternativa, muitos buscam moradias na Região Metropolitana, em localidades onde há mais oferta de terrenos (Salgado; Elízio, 2021). Neves passa a receber uma população em busca de condições habitacionais mais acessíveis, consolidando-se como uma das áreas periféricas onde a classe trabalhadora e os migrantes de baixa renda encontram moradia.

A RMBH tem sido tradicionalmente um destino para migrantes vindos de regiões mineiras de baixa renda, como o Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Leste de Minas Gerais, que buscam melhores oportunidades urbanas. Esse fluxo migratório contribui significativamente para o crescimento demográfico acelerado nos municípios periféricos da RMBH, configurando um panorama de urbanização desigual e desafios sociais relacionados à infraestrutura, acesso a serviços públicos e integração econômica (Bogutchi; Rigotti, 2015). Essa dinâmica evidencia como as desigualdades regionais influenciam a configuração socioespacial da metrópole, gerando tensões e necessidades específicas que devem ser compreendidas no contexto do desenvolvimento urbano.

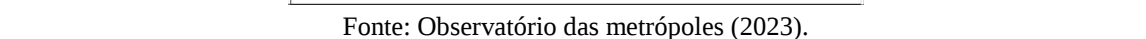
Geograficamente, o município de Ribeirão das Neves faz limite com Belo Horizonte, Contagem, Esmeraldas, Pedro Leopoldo e Vespasiano, situando-se em uma posição estratégica dentro da RMBH. Destaca-se ainda pelo Complexo Penitenciário, que inclui a Penitenciária José Maria Alkmin, os presídios Antônio Dutra Ladeira e Inspetor José Martinho Drumond, o Complexo Penitenciário Público-Privado e o Centro de Apoio Médico Pericial São Francisco, além do Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (Ribeirão das Neves.Net, 2019). A superlotação prisional é um problema

grave: a taxa de ocupação dos presídios locais em 2019 alcançou 176%, com 9.773 detentos para uma capacidade oficial de 5.552 vagas, sendo 220 mulheres, cerca de 2,25% do total conforme o Conselho Nacional do Ministério Público (2021).

Conforme a urbanista Paola Campos (2009), a formação histórica do município de Ribeirão das Neves revela uma trajetória marcada pela imposição de estruturas estatais e pela precarização das condições socioeconômicas locais. Desde sua elevação a distrito e sucessivas anexações administrativas, o território foi moldado pela instalação da Penitenciária Agrícola de Neves em 1938, um marco que estabeleceu o município como um “espaço carcerário” na região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a autora, esse processo foi implementado sem a participação da população local, evidenciando a lógica de poder que instrumentaliza o espaço periférico para fins punitivos e de controle social.

Campos (2009) observa que a presença das instituições prisionais, inicialmente vistas como fonte de emprego, consolidou um modelo econômico limitado, centrado na produção de hortifrutigranjeiros e na indústria cerâmica, sem investimentos significativos em infraestrutura social. A sucessiva ampliação do sistema prisional, apesar da resistência popular, reforça a marginalização do município, que se tornou um território relegado à função de alojar instituições punitivas, sem contrapartidas para o desenvolvimento urbano e social.

Age Group	Percentage
18-24	10
25-34	15
35-44	18
45-54	20
55-64	22
65-74	24
75-84	25
85+	25



Segundo dados do Data MPE Brasil (Sobras 2023) a economia local é

desenvolvimento humano nos municípios brasileiros. Esse valor, que é calculado com base em três dimensões principais — longevidade, educação e renda —, posiciona o município na faixa de desenvolvimento humano médio, considerando a escala estabelecida pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que classifica os índices da seguinte forma: de 0 a 0,499 como desenvolvimento humano baixo; de 0,500 a 0,799 como desenvolvimento humano médio; e de 0,800 a 1,000 como desenvolvimento humano alto. Esse resultado indica que Ribeirão das Neves apresenta um desempenho moderado em termos de qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico, refletindo avanços, mas também a necessidade de melhorias em áreas essenciais. Até o momento, não há atualização oficial do IDHM para anos posteriores, pois o PNUD ainda não publicou índices municipais mais recentes.

Dados socioeconômicos atualizados ajudam a compor um retrato mais preciso das condições de vida em Ribeirão das Neves. Segundo estimativas do IBGE, a população do município alcançou, em 2024, cerca de 344.828 habitantes (IBGE, 2023). O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, registrado em R\$15.177,16 no ano de 2021, permanece consideravelmente abaixo da média estadual e nacional (IBGE, 2023). Já a taxa de mortalidade infantil, de 11,95 por mil nascidos vivos em 2022, embora tenha apresentado melhora em relação a décadas anteriores, ainda expressa desigualdades no acesso a serviços essenciais de saúde e saneamento (Datasus, 2023).

Tais indicadores, quando analisados em conjunto, evidenciam não apenas a persistência de um padrão histórico de exclusão social, mas também a insuficiência das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. O baixo PIB *per capita*, por exemplo, sugere uma economia fragilizada, com forte dependência do setor informal e da função carcerária atribuída ao município. Por sua vez, a taxa de mortalidade infantil aponta para a precariedade das políticas de proteção à infância, que deveriam ser prioridade em territórios marcados por múltiplas vulnerabilidades. Assim, esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas que enfrentem as desigualdades de forma estrutural e territorialmente orientada.

O município tem buscado enfrentar seus desafios por meio de políticas públicas estruturadas e planejadas. O Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 de Ribeirão das Neves, instituído pela Lei Municipal nº 3.000/2022, estabelece diretrizes estratégicas para promover o desenvolvimento sustentável, a cidadania, a redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero, além de ampliar a

participação popular (Ribeirão das Neves, 2025). Conforme as informações divulgadas pela Prefeitura, entre seus objetivos estão a geração de emprego e renda via incentivo ao empreendedorismo, a qualificação da infraestrutura urbana e rural, a universalização e melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação, a garantia da assistência social para os grupos mais vulneráveis e a ampliação do acesso à moradia digna.

Na educação, o município implementa programas inovadores, como o Aprendizagem Criativa, que estimula a inovação no processo pedagógico, e projetos para a primeira infância que ampliam vagas em creches e fortalecem a formação dos profissionais (Ribeirão das Neves, 2025). De acordo com o Plano Municipal de Educação de Ribeirão das Neves, a meta estabelecida para 2025 era alcançar as seguintes médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, 5,5 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio. No entanto, os resultados de 2023 indicam que essas metas ainda não foram atingidas. O município continua abaixo das metas projetadas para todas as etapas de ensino, conforme relatado no monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Conforme os dados mais recentes disponíveis, referentes ao Ideb de 2023, divulgados em 2024, Ribeirão das Neves apresentou a nota 5,5 nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), indicando um avanço em relação à nota anterior (4,8). Nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), a nota foi 4,1, representando uma leve melhora em comparação à nota anterior (4,0), mas ainda abaixo da meta nacional (5,5) para essa etapa (QEDU, 2025).

Na saúde, destaca-se a criação do Comitê Municipal Técnico de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde, alinhado ao Sistema Único de Saúde (SUS), que visa garantir o acesso universal e a qualidade dos serviços públicos. Segundo a Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (2025), o município conta com um Hospital e Maternidade Municipal (São Judas Tadeu) e duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), localizadas nas regiões Central (Joanico Cirilo de Abreu) e Justinópolis (Acrízio Menezes). Além disso, há 56 equipes da Estratégia de Saúde da Família e 5 Unidades Básicas de Referência espalhadas pelas regiões Central, Justinópolis e Veneza.

Conforme a percepção da população de Ribeirão das Neves, a saúde pública é o problema mais grave enfrentado no município. Essa constatação é resultado de uma pesquisa realizada pelo Instituto Realtime Big Data (2023), com a participação de 1.200 moradores. De acordo com o levantamento, 17% dos entrevistados apontaram a saúde

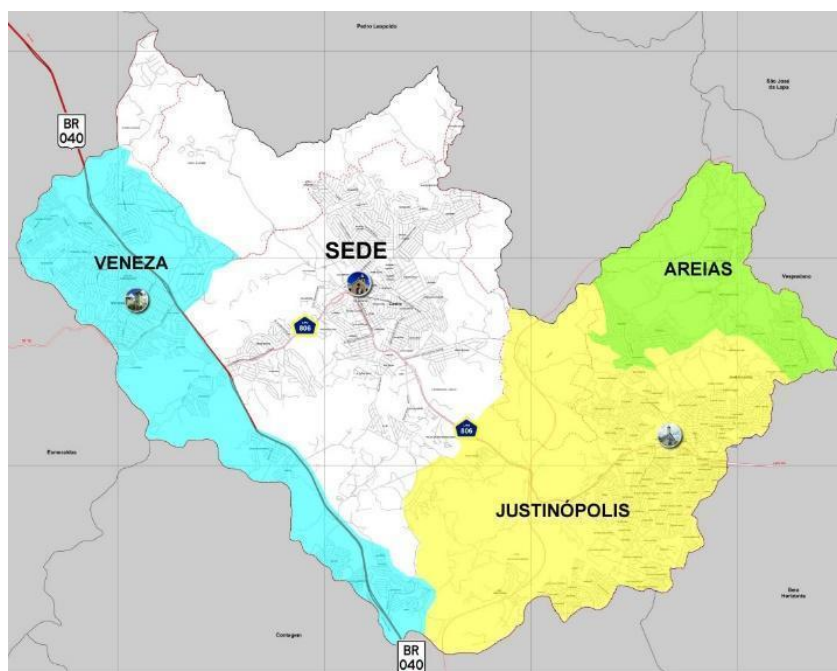
— com destaque para a escassez de médicos, a falta de equipamentos adequados e a demora no agendamento de consultas e exames — como o principal desafio da cidade.

O panorama socioterritorial de Ribeirão das Neves delineado até aqui revela a complexidade das múltiplas dinâmicas que conformam a realidade do município. Desde o crescimento populacional acelerado e desordenado, atravessado por processos históricos de segregação socioespacial e aprofundamento das vulnerabilidades sociais, até os impasses enfrentados pelas políticas públicas, observa-se um território marcado por desigualdades estruturais que impactam de forma direta e cotidiana a vida de seus habitantes. Ao avançarmos para o próximo item, direcionamos o foco para o bairro Areias de Baixo, aprofundando a análise das suas especificidades. Essa abordagem permitirá compreender como as dinâmicas locais influenciam as práticas de sociabilidade, os modos de vida e o comportamento político dos seus habitantes, ampliando a compreensão das complexas relações entre território, poder e cidadania em contextos periféricos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

3.2 Areias de Baixo: ocupação e condições urbanas

Na macrorregião de Justinópolis, localiza-se a região do Areias (Figura 2), subdividida administrativamente pela Prefeitura de Ribeirão das Neves, com base no curso do Rio Areias, em duas partes: Areias de Cima e Areias de Baixo. O Projeto de Lei nº 049-C/2019, de autoria do presidente da Câmara, Léo de Areias, atualmente filiado ao Partido Liberal (PL), propôs elevar o bairro à condição de distrito de Ribeirão das Neves. O projeto visava atender uma reivindicação da comunidade local, pois a região encontra-se muito isolada da cidade, na extremidade do tecido urbano, próximo à divisa com os Municípios de Pedro Leopoldo e Vespasiano. O projeto não foi aprovado sob alegação de que um eventual processo de emancipação da macrorregião de Justinópolis poderia ser atrapalhado com a criação do distrito de Areias (Ribeirão das Neves.Net, 2019).

Figura 2 – Demarcação territorial do distrito de Areias



Fonte: ribeiraodasneves.net (2024).

Embora não existam dados específicos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do bairro Areias de Baixo, é possível fazer inferências a partir do índice geral de Ribeirão das Neves, já mencionado neste capítulo. O IDHM do município, que se encontra em um patamar intermediário, pode ser tomado como um indicativo das condições de vida predominantes na localidade, refletindo um cenário marcado tanto por desafios quanto por potencialidades.

Essa inferência ganha força quando analisamos outros dados apresentados anteriormente, como os indicadores de desempenho da saúde pública, que evidenciam problemas estruturais, como escassez de médicos e demora no acesso a exames e consultas; os dados educacionais, que mostram níveis de desempenho abaixo da média nacional em várias etapas de ensino; e a infraestrutura das instituições escolares e de saúde, que carecem de melhorias em diversos aspectos. Tais elementos reforçam a hipótese de que Areias de Baixo compartilha com o restante do município limitações significativas em termos de acesso a serviços públicos essenciais, infraestrutura urbana e qualidade de vida. Assim, os dados gerais do município servem como um parâmetro útil para compreender, ainda que de forma aproximada, a realidade socioeconômica do bairro.

A região é marcada por um intenso processo de migração interna, acolhendo famílias oriundas de diversas localidades de Minas Gerais e de outras regiões do país.

Muitos desses moradores chegam ao bairro por motivos relacionados à dinâmica do sistema prisional — como a proximidade de familiares reclusos — ou em busca de alternativas de sobrevivência diante de contextos de vulnerabilidade social agravada, como o envolvimento com o tráfico de drogas. Trata-se, portanto, de uma população profundamente atravessada por fraturas sociais, com acesso precário a direitos básicos, como moradia digna, saúde, educação e segurança, revelando as múltiplas camadas de exclusão que configuram o cotidiano local.

No interior do bairro encontra-se uma extensa área rural, anteriormente ocupada por uma grande fazenda (Figura 3), atualmente fracionada em lotes destinados à implantação do futuro bairro Jardins. Ainda é possível identificar fragmentos de mata ciliar ao longo das margens do Rio Areias, curso d'água que vem sendo intensamente explorado para a extração de areia (Figura 4). Essa atividade tem provocado a formação de grandes bolsões de água e lama, além de agravar os impactos ambientais, uma vez que o rio também recebe esgoto proveniente das construções situadas em seu entorno. Soma-se a esse cenário a presença de uma área utilizada para o descarte irregular de resíduos de construção e demolição, oriundos de diversos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Figura 5).

Figura 3 – Bairro Jardins



Fonte: Bairro Jardins (2023).

Figura 4 – Extração de areia no Rio Areias



Fonte: Acervo do autor (2023).

Figura 5 – Região de Bota Fora Quinta das Palmeiras/Areias de Baixo – Estrada de Areias para Pedro Leopoldo/MG



Fonte: Acervo do autor (2023).

Em algumas áreas do território, observa-se o cultivo de hortaliças voltadas para o abastecimento de centros comerciais relevantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como o Centro de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa), o Mercado Central e o Mercado Novo. Paralelamente a essa produção voltada ao comércio urbano, também se registra a presença de famílias de pequenos produtores (Figura 6), que

mantêm hortas domésticas, criação de galinhas, porcos, cavalos e gado. Essas atividades garantem o abastecimento alimentar para o próprio consumo, além de representarem uma fonte de renda complementar — ou, em alguns casos, a principal — contribuindo para o fortalecimento do mercado local e das redes de vizinhança.

Apesar de sua importância social, econômica e cultural, essas práticas agropecuárias de base comunitária têm sido majoritariamente conduzidas com o uso de agroquímicos. Tal uso, embora frequentemente associado à tentativa de maximizar a produtividade, acarreta impactos ambientais negativos, como a contaminação do solo e da água, e revela um modelo de produção pouco sustentável, que compromete a saúde dos produtores e do ecossistema.

Figura 6 – Exemplo de loteamento utilizado para produção em terreno/propriedade de pequeno produtor rural. Estrada de Areias para Pedro Leopoldo/MG



Fonte: Acervo do autor (2023).

Ainda vale destacar a presença de um conjunto habitacional do Programa “Minha Casa Minha Vida”, do Governo Federal, na divisa com o município de Vespasiano (Figura 7), onde residem em torno de 300 famílias. Ainda que em área pertencente a outro município, essa população impacta grandemente no acesso aos serviços públicos, como saúde, educação e mobilidade, uma vez que são separados apenas por uma ponte sobre o já citado Rio Areias.

Figura 7 – Condomínio do Projeto “Minha Casa, Minha Vida” situado na divisa entre o município de Vespasiano e o bairro Areias de Baixo, município de Ribeirão das Neves



Fonte: Acervo do autor (2023).

No bairro Areias, percebe-se a presença de loteamentos irregulares, de invasões em áreas de risco que comprometem, inclusive, os recursos hídricos (Figura 8). Nas áreas invadidas há um número expressivo de residências em situação precária de habitabilidade. Verifica-se a predominância de uso residencial unifamiliar horizontal, voltado à ocupação por famílias de baixa renda.

Figura 8 – Ocupação do solo de forma precária às margens do Rio Areias



Fonte: Acervo do autor (2023).

Em uma parte do território do Areias de baixo surgiu, em 2013, a ocupação Tomás Balduino (Figura 9) com cerca de 400 famílias, advindas de várias partes da periferia de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. A ocupação constitui um espaço delimitado dentro do bairro Areias de Baixo, caracterizando-se como uma espécie de “bolsão” territorial. Sua organização é orientada por princípios de autogestão, demonstrando certa autonomia em relação ao funcionamento e às dinâmicas do bairro. Essa independência estrutural sugere uma dinâmica interna particular, ainda que mantenha vínculos — mesmo que não diretamente dependentes — com o contexto urbano circundante.

A ocupação reúne famílias em vulnerabilidade que lutam por moradia digna. Inspirada no bispo Dom Tomás Balduino, defensor dos direitos humanos, a ocupação resiste à especulação imobiliária e à falta de políticas habitacionais. Movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), organizam a iniciativa, enfrentando desafios como insegurança jurídica e precariedade de infraestrutura. As famílias utilizam a ocupação como forma de pressionar por regularização e urbanização. Há anos travam uma luta social pelo direito de permanência e conquista da terra. Nessa comunidade há algumas famílias que trabalham produzindo alimentos com base na agroecologia, comercializando-os, inclusive, em um sistema de cestas semanais para consumidores diretos em Belo Horizonte e participando de feiras na região.

Na ocupação existe um projeto de agricultura urbana, desenvolvido pelos moradores juntamente com o coletivo Agroecologia na Periferia. O projeto tem duas frentes de trabalho. Uma delas trata do saneamento, discutindo o tratamento e uso das águas. Na outra frente, o projeto trabalha a produção agroecológica em quintais e em uma horta comunitária.

Figura 9 – Ocupação Tomás Balduino no bairro Areias de Baixo



Fonte: Acervo do autor (2023).

A comunidade cigana (Figuras 10 e 11) está dispersa ao longo da rodovia que liga Ribeirão das Neves a Pedro Leopoldo, apresentando um crescimento acelerado. Esse processo inclui a construção de edificações em terrenos compartilhados, evidenciando dinâmicas próprias de ocupação e expansão territorial.

Figura 10 – Edificações da comunidade cigana na estrada entre Areias de Baixo e Pedro Leopoldo



Fonte: Acervo do autor (2023).

Figura 11 – Edificações da comunidade cigana ao longo da rodovia entre Areias de Baixo e Pedro Leopoldo



Fonte: Acervo do autor (2023).

O acesso ao bairro Areias de Baixo se dá por, pelo menos, três vias principais: a estrada que liga a região a Pedro Leopoldo; o trajeto no sentido Morro Alto, a partir de Vespasiano; e a avenida principal que atravessa toda a localidade, conhecida por diferentes nomes ao longo do percurso — Rua Pedro Leopoldo, Avenida Paranaíba, Rua Principal e, finalmente, Rodovia de Areias para Pedro Leopoldo. Ao adentrar o bairro pela Avenida Paranaíba (Figura 12), proveniente de Areias de Cima, observa-se uma concentração de estabelecimentos comerciais típicos de um bairro com essas características, como materiais de construção, farmácias, padarias, pequenas lojas de vestuário, barbeiros, mercados e supermercados. Esses comércios se distribuem principalmente ao longo das vias de acesso e corredores de transporte coletivo.

Figura 12 – Avenida Paranaíba, um dos acessos ao bairro Areias de Baixo



Fonte: Acervo do autor (2023).

3.2.1 O cotidiano do bairro

Quanto à dinâmica cotidiana do bairro, de segunda a sexta-feira, é possível observar uma variação de pessoas que estão pelas ruas do bairro. A partir das 4 horas da manhã encontram-se os trabalhadores que se deslocam para prestação de serviços em Belo Horizonte, bem como os que vão buscar ajuda médica ou outros serviços. Entre 6 e 7 horas da manhã, se dá a abertura de parte do comércio e uma movimentação de adolescentes e jovens com suas mochilas em direção às escolas. A partir das 8 horas, percebe-se uma movimentação de donas de casa e de adolescentes que não estudam nem trabalham procurando resolver alguma situação familiar ou doméstica, como, por exemplo, fazendo compras.

Entre 11h30 e 13 horas, há o contraturno escolar, no qual o vaivém de adolescentes da manhã se mistura com o das crianças à tarde. Após esse período, o movimento cessa um pouco, retomando no fim da tarde, em torno das 17 horas, com a saída das crianças da escola, os que retornam de Belo Horizonte que foram buscar algum serviço e o grupo de pessoas que praticam caminhada ao longo da estrada para Pedro Leopoldo.

A partir das 18 horas, intensifica-se o movimento dos ônibus do transporte público vindos dos terminais do Move (Sistema Metropolitano de Transporte), transportando o maior número de pessoas advindas de seus trabalhos em Belo Horizonte. Até as 20 horas ainda se registra o grupo de caminhantes. Depois desse horário há um declínio considerável do movimento.

Chegando aos sábados, percebe-se pela manhã um movimento maior de homens e crianças procurando resolver alguma situação familiar, doméstica ou de bem-estar. Às tardes de sábado é característica a ocorrência de encontros em bares locais e confraternizações familiares. Na noite dos sábados, tem-se como opções os bares locais, as festinhas domésticas ou bailes *funk* na região. Já aos domingos, há uma concentração em locais específicos, como, pela manhã, na padaria, à tarde, em bares como o do Tatá (Figura 13) e o dos Brahmeiros (Figura 14), no campo de futebol em Vespasiano, no limite com o bairro (Figura 15), e no campo de terra (Figura 16) no Areias de Baixo. Esporadicamente, registra-se, com público específico, em alguns fins de semana, a realização de cavalgadas.

Figura 13 – Bar do Tatá



Fonte: Acervo do autor (2023).

Figura 14 – Bar dos Brahmeiros



Fonte: Acervo do autor (2023).

Figura 15 – Campo de futebol em Vespasiano, na divisa com o bairro Areias de Baixo



Fonte: Acervo do autor (2023).

Figura 16 – Campo de terra no bairro Areias de Baixo



Fonte: Acervo do autor (2023).

Ainda se registra em Areias de Baixo grande presença de locais utilizados por várias denominações religiosas, sejam católicas ou evangélicas. São elas: Igreja Assembleia de Deus; Igreja Assembleia de Deus Visão Mundial; Igreja Batista Connect; Igreja Casa de Oração para todas as Nações; Igreja Católica Nossa Senhora Aparecida; Igreja Católica São Vicente de Paulo; Igreja Deus é Amor; Igreja Internacional Aliança Eterna com Cristo; Igreja Pentecostal Engrenagem da Fé; Igreja Pentecostal Guerreiros de Cristo; Igreja Quadrangular; Igreja Universal; Batista e Adventista. Percebe-se que as

igrejas evangélicas estão em maior número, com pastores locais e de fácil acesso. Registramos ainda a existência de um terreiro candomblecista.

No que se refere à presença de atores políticos institucionais, destaca-se a atuação do vereador Leonardo Alves Rocha (conhecido como Leo de Areias), cuja presença foi particularmente marcante no período que antecedeu e durante a realização da pesquisa. Ele foi eleito por três mandatos consecutivos: 2013–2016, 2017–2020 e 2021–2024. Segundo informações disponíveis na seção “biografia” do portal da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves (2025), o vereador Léo de Areias atua de forma intensa na área da saúde, com especial atenção aos portadores de necessidades especiais e idosos. Além disso, é descrito como um articulador em setores como trânsito e transporte, educação, obras e meio ambiente (Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, 2025).

A caracterização e análise do bairro Areias de Baixo e de seu entorno desenvolvidas até este ponto foram elaboradas por meio da combinação de dados obtidos em documentos públicos, fontes secundárias e registros disponibilizados em plataformas digitais, como o Google Maps e bases de dados governamentais. Além disso, a observação direta realizada pelo pesquisador ao longo do trabalho de campo, com caminhadas, visitas aos comércios e moradias teve um papel fundamental. Essa abordagem permitiu não apenas uma visão objetiva dos aspectos estruturais e socioeconômicos da região, mas também a percepção de dinâmicas sociais e do cotidiano dos moradores, aspectos que muitas vezes não são capturados exclusivamente por fontes documentais.

O trabalho de campo possibilitou a observação direta de diversas dinâmicas do bairro, revelando nuances do espaço urbano que vão além do que os dados secundários podem indicar. Foi possível identificar como os moradores utilizam os espaços públicos, os horários de maior circulação, os fluxos de deslocamento e as formas de interação social no cotidiano. A partir da experiência de campo, também se destacaram elementos estruturais relevantes, como a qualidade das vias e calçadas, a distribuição dos pontos comerciais mais movimentados, bem como a presença (ou ausência) de áreas de convivência. Além disso, o campo evidenciou problemas de infraestrutura que impactam diretamente a qualidade de vida local. Particularidades da organização comunitária também se fizeram presentes, como a atuação de lideranças locais, a influência de grupos religiosos e políticos e o papel ativo das associações de moradores nas decisões coletivas.

3.3 Perfil dos entrevistados

Neste capítulo, partimos da contextualização do Areias de Baixo a partir do território mais amplo ao qual pertence: o Município de Ribeirão das Neves. Embora o bairro possua especificidades, ele compartilha com o município condições sociais, culturais e econômicas, o que justifica essa abordagem inicial. Outro fator determinante para a escolha é a escassez de dados e estudos específicos sobre o Areias de Baixo, que será descrito na sequência com base na pesquisa empírica realizada ao longo deste trabalho.

Após a contextualização inicial, apresenta-se o estudo empírico realizado por meio de pesquisa de campo, que envolveu observação direta no bairro Areias de Baixo e aplicação de questionários a 87 moradores, o que permitiu a análise da realidade local. A aplicação dos questionários foi organizada mediante contato prévio com as lideranças comunitárias, a fim de estabelecer os dias e horários mais adequados para a coleta de dados. Os dados coletados foram confrontados com teorias sociais e comparados com pesquisas similares já publicadas.

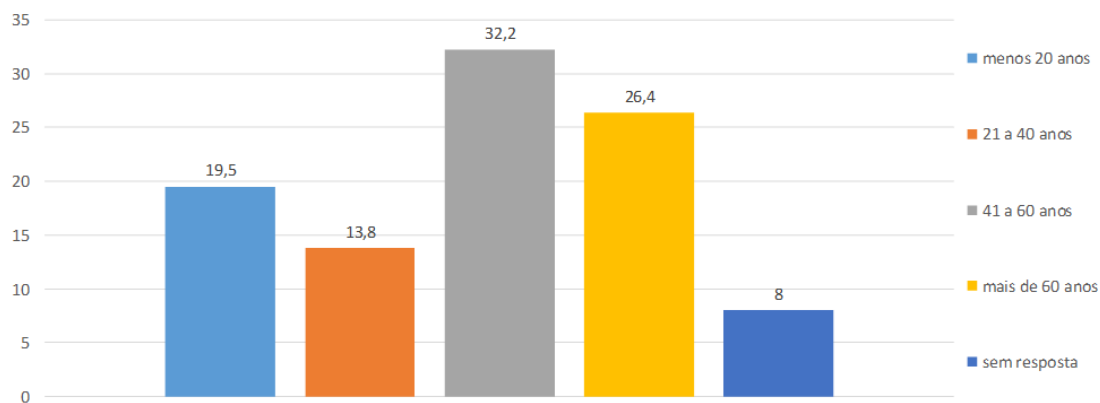
Os questionários estruturados foram aplicados junto a integrantes de organizações locais, incluindo grupos de jovens, pais ou responsáveis, agentes religiosos e políticos, além de lideranças comunitárias. O instrumento de coleta de dados foi composto por cinco seções: (i) informações sobre o entrevistado, (ii) opinião sobre o bairro, (iii) percepção sobre política, (iv) visão sobre religião e (v) relação entre política e religião no contexto do bairro Areias de Baixo.

A etapa de análise dos dados foi realizada com o auxílio de software estatístico especializado, Software IBM SPSS Statistics. Essa ferramenta possibilitou a tabulação, organização e interpretação quantitativa das respostas obtidas nos questionários, proporcionando uma visão mais estruturada dos padrões e tendências identificados na pesquisa, buscando categorizar os principais temas emergentes e compreender as dinâmicas sociopolíticas e religiosas presentes no bairro Areias de Baixo.

As informações obtidas por meio dos questionários possibilitaram traçar um perfil detalhado dos moradores entrevistados, permitindo uma análise mais aprofundada de suas características sociodemográficas. Os dados coletados abrangeram diferentes aspectos, incluindo idade, gênero, ocupação profissional, nível de escolaridade, tempo

de residência no bairro, prática religiosa e participação em grupos sociais ou comunitários.

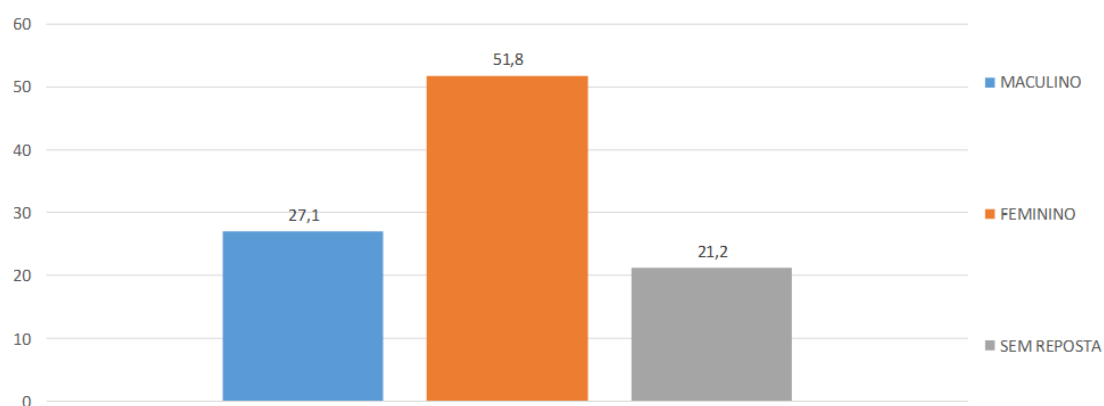
Gráfico 1 – Idade dos entrevistados



Fonte: Dados do autor.

Quanto à idade, os entrevistados acima de 40 anos somaram (58,6%). Isso se deve à forma de coleta de dados, que privilegiou o contato com grupos nas igrejas, cujos membros se encontram nas faixas etárias entre 41 e 60 anos (32,2%) e mais de 60 anos (26,4%). A soma dos entrevistados com idade até 40 anos corresponde a 33,3%; com idade de 21 a 40 anos correspondem a 13,8%; e os com menos de 20 anos correspondem a 19,5%. Sete entrevistados (8%) não informaram a idade. (Gráfico 1). Diante dos indicadores constata-se que o conjunto dos entrevistados é formado por uma parcela equilibrada em idade, considerando a percentagem dos que têm menos de 20 anos (19,5%) e os que têm de 21 a 40 anos (13,8%), totalizando 33,3%, ou seja, 1/3 dos entrevistados. Os com mais de 41 anos são 32,2% e os com mais de 60 anos são 26,4% dos entrevistados.

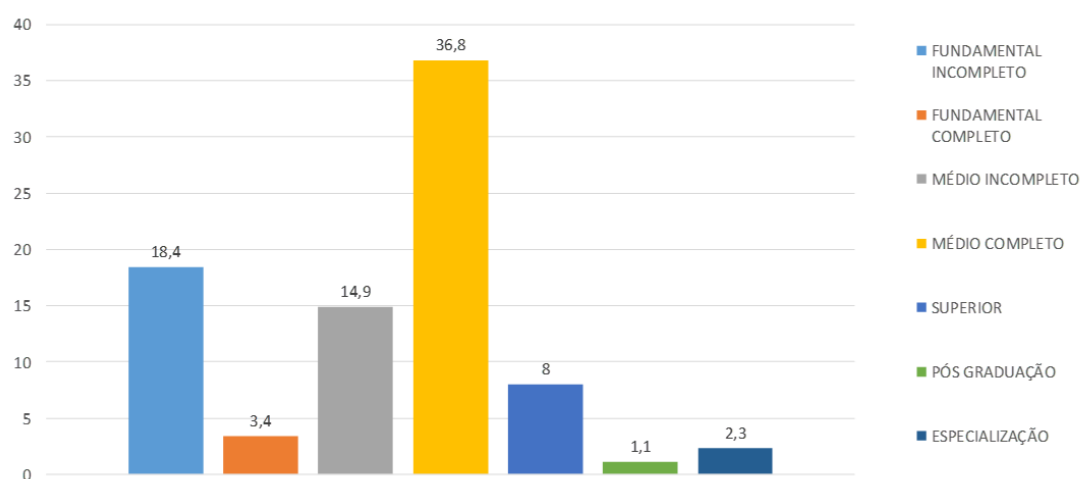
Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados



Fonte: Dados do autor.

Quanto ao sexo, no conjunto dos entrevistados, 51,8% são do sexo feminino e 27,1% do sexo masculino; 21,2% não responderam (Gráfico 2).

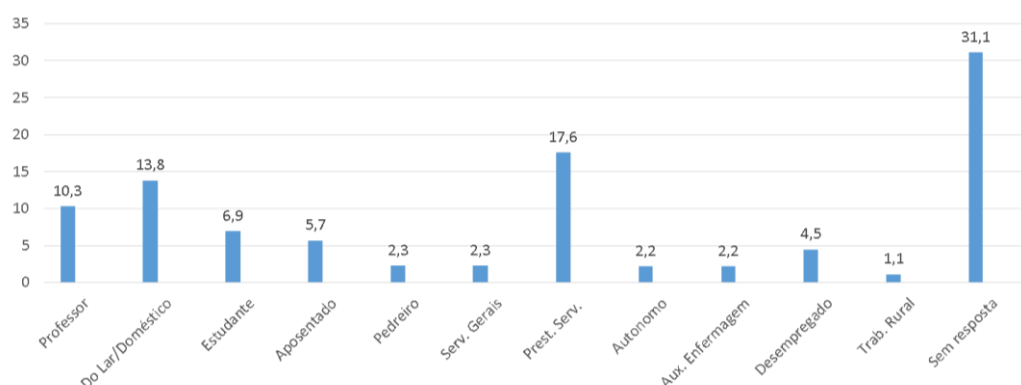
Gráfico 3 – Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Dados do autor.

No que se refere à escolaridade, 15,1% dos entrevistados não responderam. Os demais são distribuídos da seguinte forma: ensino fundamental incompleto – 18,4%, ensino fundamental completo – 3,4%, ensino médio incompleto – 14,9%, ensino médio completo – 36,8% e 11,4% informaram a escolaridade ensino superior completo, especialização ou pós-graduação (Gráfico 3). Portanto, predominaram respondentes do sexo feminino com mais de 40 anos, em sua maioria com ensino médio completo.

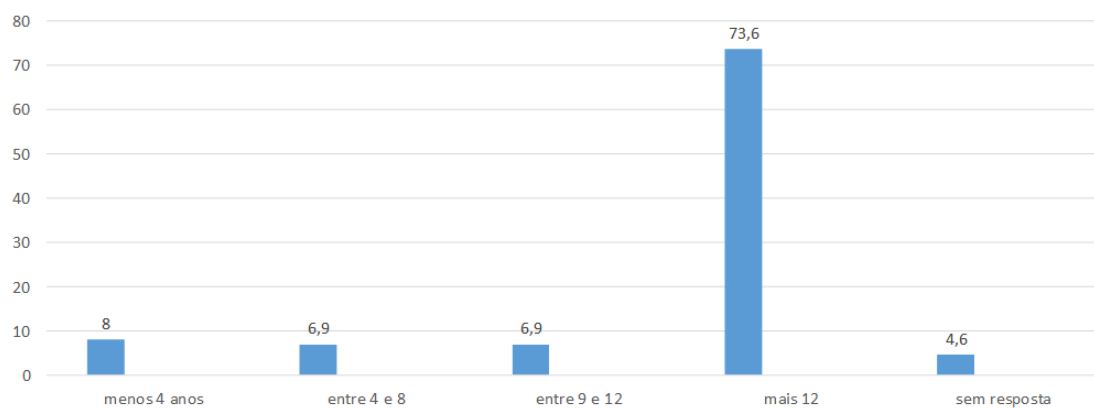
Gráfico 4 – Profissão dos entrevistados



Fonte: Dados do autor.

Quanto à profissão (Gráfico 4), as mais frequentemente mencionadas foram: prestadores de serviços informais (17,6%), pessoas do lar/domésticas (13,8%), professores (10,3%), aposentados (5,7%), estudantes (6,9%), pedreiros (2,3%), auxiliares de serviços gerais (2,3%) e desempregados (4,5%); 31,1% não responderam. A análise dos dados coletados revela que a maior parte dos entrevistados (73,6%) reside no bairro de Areias de Baixo há mais de 12 anos (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Tempo de residência no bairro

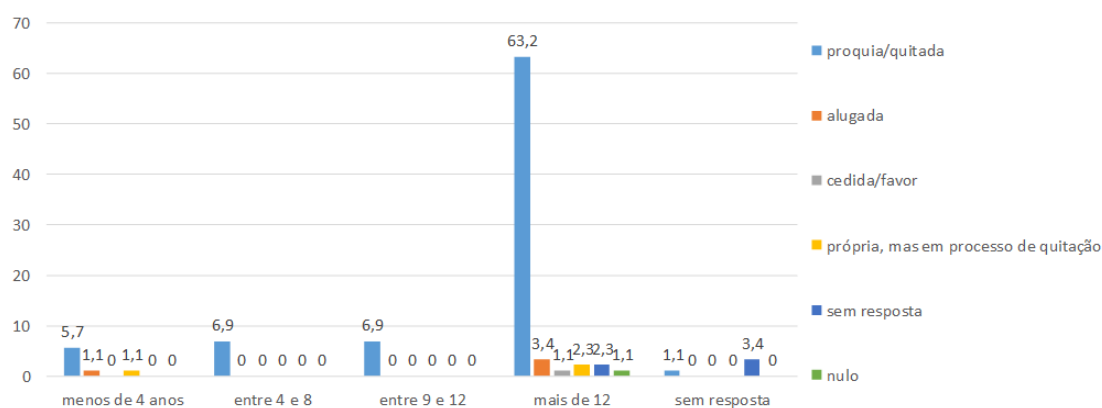


Fonte: Dados do autor.

Esse período significativo de permanência sugere que esses indivíduos acompanharam e, provavelmente, participaram ativamente do processo eleitoral no município, incluindo as eleições para prefeito e vereadores da Câmara Municipal, realizadas nos anos de 2012, 2016, 2020 e 2024. Além disso, 13,8% dos entrevistados declararam residir no bairro em um período entre 4 e 12 anos, enquanto 8% relataram uma permanência de até 4 anos. Um percentual menor, correspondente a 4,6% dos entrevistados, optou por não responder à questão.

No que diz respeito à relação entre o tempo de residência e o tipo de moradia (Gráfico 6), observa-se uma tendência de convergência entre esses dois aspectos. Ao longo dos anos, há uma evidente preocupação por parte dos residentes em garantir que suas moradias sejam próprias e quitadas, o que reflete um desejo de estabilidade e enraizamento no local. Essa dinâmica sugere que, à medida que o tempo de permanência no bairro aumenta, cresce também a busca pela consolidação da propriedade da moradia.

Gráfico 6 – Tempo de residência no bairro e tipo de moradia



Fonte: Dados do autor.

Conforme destacado no Gráfico 6, a maioria dos entrevistados vive no bairro há mais de 12 anos, o que lhes permite vivenciar e avaliar as condições locais de forma aprofundada. Diante desse cenário, o próximo passo da análise consiste em explorar as opiniões dos residentes sobre diversos aspectos relacionados ao Areias de Baixo, buscando compreender suas percepções e experiências no contexto comunitário.

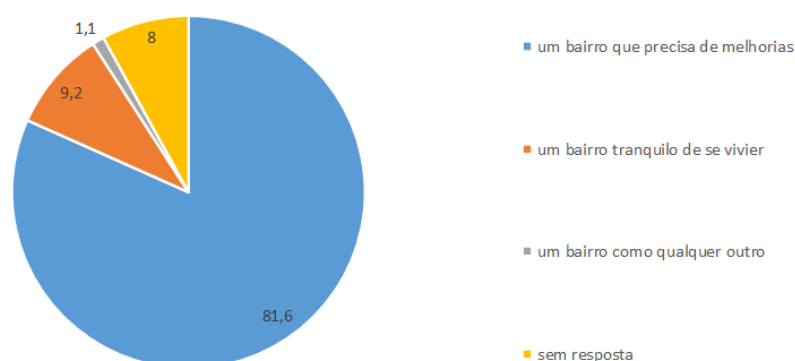
3.4 Opiniões sobre o bairro

Neste item, serão apresentados os dados de questionários com a percepção dos moradores entrevistados sobre o território em que vivem. Ao serem questionados sobre diversos aspectos do bairro, os entrevistados expressaram opiniões variadas, que refletem tanto aspectos positivos quanto problemas percebidos na comunidade. As respostas obtidas ajudam a identificar as principais demandas e pontos de satisfação em relação à infraestrutura, segurança, convivência social e a outros fatores que influenciam a qualidade de vida no bairro.

A maioria dos entrevistados, 81,8%, afirmou que o bairro necessita de melhorias, o que pode indicar a existência de desafios em áreas como infraestrutura, serviços públicos ou qualidade de vida. Por outro lado, 9,2% dos entrevistados consideraram o Areias de Baixo um bairro tranquilo para se viver, destacando aspectos positivos relacionados à convivência e ao ambiente local. Além disso, 1,1% dos participantes avaliaram o bairro como semelhante a qualquer outro, enquanto 8% optaram por não responder à pergunta (Gráfico 7).

Essas percepções revelam uma diversidade de visões sobre o Areias de Baixo, sugerindo que, embora o bairro apresente características positivas, como a tranquilidade apontada por parte dos moradores, há um consenso predominante sobre a necessidade de investimentos e aprimoramentos para elevar a qualidade de vida e o desenvolvimento local.

Gráfico 7 – A opinião sobre o bairro

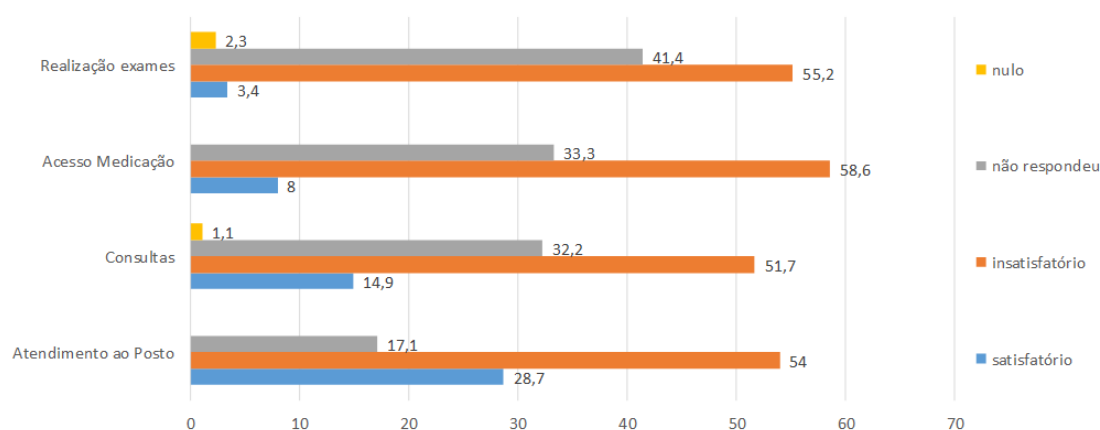


Fonte: Dados do autor.

3.4.1 Saúde

A seguir, serão apresentadas as opiniões dos moradores entrevistados acerca dos serviços públicos de saúde, com destaque para questões como a realização de exames, o acesso à medicação, as consultas médicas e o atendimento oferecido no posto de saúde local. Conhecer essas percepções permitirá compreender com mais precisão as principais necessidades e desafios enfrentados pela comunidade no que tange à oferta de serviços de saúde, refletindo as condições reais do atendimento disponível para os moradores do Areias de Baixo (Gráfico 8).

Gráfico 8 – A opinião sobre os serviços de saúde no bairro



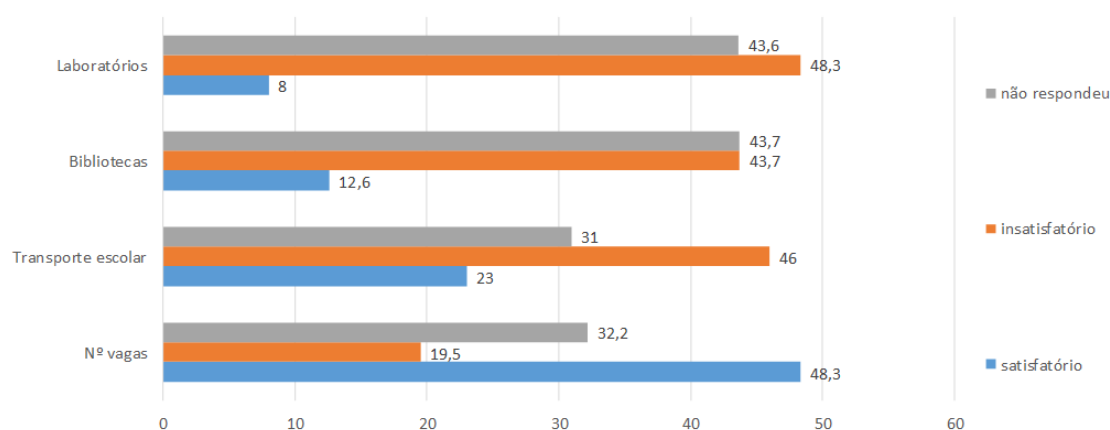
Fonte: Dados do autor

Uma das primeiras avaliações para se medir o IDHM de um município é a longevidade. Este critério está ligado diretamente à saúde da população. Para um número considerável de moradores, esse serviço de saúde é percebido como insatisfatório, conforme apontado pelos entrevistados. Assim, como critério inicial da pesquisa sobre os serviços públicos no bairro Areias de Baixo, constata-se que o atendimento público em saúde (Gráfico 8) está insatisfatório para 54% dos entrevistados. Esse cenário pode ser atribuído à presença de um pequeno posto de saúde no bairro, que conta com apenas um médico disponível. Além disso, a instalação da Ocupação Tomás Balduino, em 2013, com cerca de 300 famílias, aumentou significativamente a população de Areias de Baixo, passando de 2.360 para aproximadamente 3.860 habitantes (Brandão, 2022). Considerando que o posto médico disponibiliza apenas um clínico geral, o acesso a consultas, medicação e exames é limitado e a morosidade na marcação desses serviços agrava ainda mais a situação.

3.4.2 Educação

Na pesquisa também foi abordada a percepção dos moradores sobre os serviços públicos de educação, especificamente em relação ao número de vagas disponíveis nas escolas, ao transporte escolar, à infraestrutura das bibliotecas e à presença de laboratórios. A seguir, apresentaremos as opiniões dos entrevistados sobre esses aspectos (Gráfico 9), que são fundamentais para a qualidade da educação no bairro Areias de Baixo e refletem as necessidades e desafios enfrentados pela comunidade.

Gráfico 9 – A opinião sobre os serviços de educação no bairro



Fonte: Dados do autor.

Em relação ao serviço público de educação, mais especificamente quanto ao número de vagas nas escolas públicas, 48,3% dos entrevistados consideraram-no satisfatório; 19,5% insatisfatório e 32,2% não responderam (Gráfico 9). No entanto, é importante destacar que, dentro dos limites do bairro Areias de Baixo, existe apenas uma escola municipal, a Maria da Conceição Silva, de ensino fundamental. Já no bairro vizinho, Areias de Cima, estão localizadas uma escola estadual de ensino médio (Escola Estadual Romualdo José da Costa) e uma escola municipal de ensino fundamental (Escola Municipal Pedro Fernandes da Silva Junior). Essa distribuição geográfica gera a necessidade de deslocamento para os moradores, o que pode justificar a insatisfação em relação ao serviço de educação, especialmente no que tange ao transporte escolar (46%).

No que se refere especificamente à existência e ao acesso a bibliotecas e laboratórios escolares, observou-se uma porcentagem considerável de insatisfeitos (43,7%). Além disso, houve uma expressiva taxa de respostas como: “sem resposta” ou “não sei responder”. É importante destacar que os jovens e estudantes representam uma parcela reduzida dos entrevistados, o que pode indicar que uma parte significativa das respostas sobre a educação foi influenciada pelas perspectivas indiretas de pais ou responsáveis por alunos. Outro ponto relevante é que alguns entrevistados podem não ter informações detalhadas ou vivência direta sobre o tema, o que pode ter impactado a profundidade e a natureza das respostas fornecidas.

3.4.3 *Infraestrutura urbana*

Ribeirão das Neves está entre os piores índices de bem-estar urbano² (IBEU) da RMBH, apresentando baixos indicadores em várias dimensões (infraestrutura urbana, habitação, acesso a serviços públicos, segurança e meio ambiente e qualidade do espaço público). O IBEU é composto por cinco dimensões e varia de 0 a 1; valores mais próximos de 1 indicam melhores condições urbanas. Ele é classificado em três níveis: de 0 a 0,500 (ruim ou péssimo), de 0,501 a 0,800 (intermediário) e de 0,801 a 1,000 (bom ou excelente).

Neves se destaca pela alta quantidade de pessoas com baixíssimas condições de vida urbana: apenas 4,6% da população desfruta de condições intermediárias, concentradas na sede municipal. A quinta dimensão do IBEU, infraestrutura urbana (D5), discutida nesta parte da pesquisa com ênfase no bairro de Areias de Baixo, é composta por sete indicadores essenciais para a qualidade de vida: iluminação pública, pavimentação, calçadas, meio-fio/guia, bueiros ou bocas de lobo, rampas para cadeirantes e identificação dos logradouros. Esses elementos estão relacionados à acessibilidade, saúde e bem-estar urbano, medindo a proporção de domicílios que possuem essas condições no entorno imediato (Nazário, 2015).

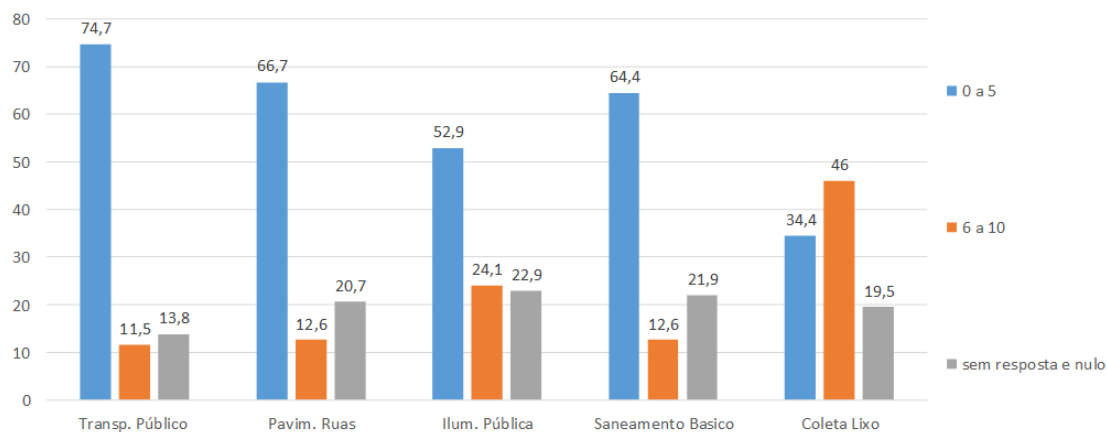
A dimensão de infraestrutura urbana do IBEU revela desigualdades marcantes entre e dentro das metrópoles brasileiras. A média nacional nas 15 principais regiões metropolitanas é de 0,618, enquanto, no recorte local, os 189 setores analisados na RMBH mantêm uma média semelhante (0,617), refletindo ampla insatisfação. Entre eles, 43 setores estão no nível mais baixo do índice e 85 no segundo nível mais baixo. Ribeirão das Neves destaca-se negativamente com áreas de ponderação que registram índices abaixo de 0,300, revelando um quadro alarmante de precariedade.

Embora os dados do IBEU sejam relativos ao ano de 2010, eles ainda constituem um parâmetro relevante para compreender os problemas estruturais persistentes em Ribeirão das Neves, que remontam aos seus processos iniciais de urbanização. A partir das percepções dos entrevistados sobre serviços públicos essenciais — como transporte público, pavimentação de ruas, iluminação, saneamento básico e coleta de lixo — observa-se a persistência de padrões de desigualdade e

² O Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) é um indicador desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com o objetivo de avaliar a qualidade de vida nas cidades brasileiras a partir de aspectos estruturais e sociais do ambiente urbano. Ele busca mensurar o acesso da população urbana a condições adequadas de infraestrutura, mobilidade e serviços básicos, funcionando como uma ferramenta importante para o planejamento urbano e a formulação de políticas públicas.

precariedade urbana na RMBH. Para esta avaliação, foi solicitado aos moradores que atribuísem notas de 0 a 10 a cada um desses itens relacionados à infraestrutura urbana (Gráfico 10).

Gráfico 10 – A opinião sobre os serviços públicos no bairro

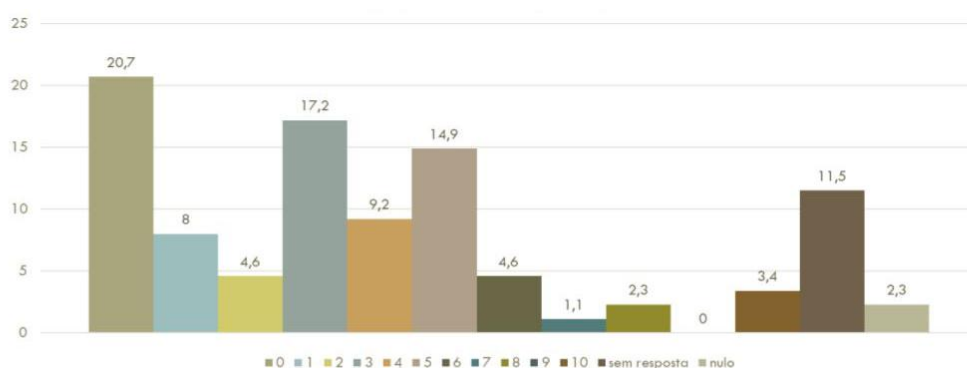


Fonte: Dados do autor.

A nota máxima, que indicaria um nível de satisfação ideal, seria 10. No entanto, ao analisar os aspectos específicos, como transporte, pavimentação e saneamento, observa-se que apenas cerca de 12% dos entrevistados atribuíram notas superiores a 6. Esse dado revela uma alta insatisfação em relação a esses serviços. Por outro lado, em itens como iluminação pública e coleta de lixo, as proporções de notas mais altas são significativamente maiores, indicando um nível de satisfação relativamente superior em comparação aos demais aspectos avaliados.

No que diz respeito ao serviço de transporte público (Gráfico 11), observa-se que a maior parte das avaliações está concentrada nas notas mais baixas, entre 0 e 4, totalizando 74,7% das respostas. Esse resultado reflete a realidade do bairro: os moradores apontam dificuldades significativas no acesso e na qualidade do transporte, evidenciando uma insatisfação generalizada com o serviço disponível. A concentração de notas mais baixas sugere que os problemas relacionados ao transporte público impactam diretamente a rotina dos habitantes, dificultando a mobilidade e, consequentemente, afetando a qualidade de vida na comunidade.

Gráfico 11 – A opinião sobre o transporte público



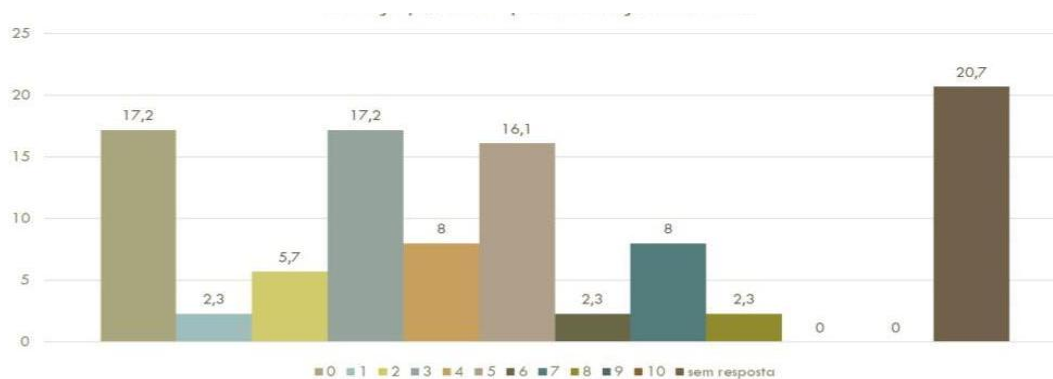
Fonte: Dados do autor.

Segundo Marina Tôrres (2018), pesquisadora do Observatório das Metrópoles – núcleo RMBH, os impactos negativos dos deslocamentos urbanos recaem sobre toda a sociedade, mas afetam de modo mais intenso as populações que vivem distantes dos centros urbanos e dependem do transporte coletivo. A limitação do acesso ao transporte agrava a segregação socioespacial, resultado das dinâmicas de ocupação territorial impulsionadas pelo capital imobiliário. Conforme a autora, a precariedade da mobilidade representa uma barreira significativa à inclusão social, sendo agravada pela oferta insuficiente, tarifas elevadas e baixa qualidade dos serviços, o que restringe o acesso a empregos, lazer e infraestrutura urbana aprimorada. Maricato (2008), ao analisar as dinâmicas sociais em favelas do Rio de Janeiro, evidencia que “o transporte é precário, obrigando a população a longas jornadas a pé ou ao ‘exílio na periferia’ [expressão cunhada pelo geógrafo Milton Santos (1990)], ou seja, grande parte da população [...] raramente deixa o bairro que oferece poucas condições para as práticas de lazer, esportes ou cultura” (Maricato, 2008, p. 10).

Na RMBH, o transporte público é operado por dois tipos de empresas, sendo uma delas a concessionária responsável pelo Move — sistema inspirado no modelo BRT, com corredores exclusivos e estações de integração. Apesar das promessas de eficiência, André Veloso (2024), do movimento Tarifa Zero, destaca limitações estruturais do Move, como a má articulação entre linhas alimentadoras e o sistema troncal, gerando longas filas e dificuldades para moradores dos bairros. O pesquisador também aponta a falta de integração tarifária com o metrô, a ausência de bilhete único, os altos preços das passagens e a carência de bicicletários, revelando que, na prática, o sistema ainda está distante de atender plenamente às necessidades da população (Baeta, 2024).

O outro tipo de serviço de transporte público é prestado pelas concessionárias que administram as linhas municipais da cidade de Ribeirão das Neves, que fazem a integração entre os bairros da cidade. Sobre esse serviço, percebe-se, como pontos falhos, desrespeito aos horários fixados, a manutenção e a limpeza dos ônibus e “janelas” (situação ocorrida quando o motorista salta os pontos). Além do transporte público, a pavimentação das ruas influencia significativamente a mobilidade urbana. A percepção dos entrevistados quanto a essa matéria (Gráfico 12) é apresentada por meio de nota atribuída de 0 a 10 por eles. Percebe-se que as maiores notas estão entre 0 e 5, que correspondem a 66,5% dos entrevistados avaliando negativamente a pavimentação das ruas.

Gráfico 12 – A opinião sobre a pavimentação das ruas



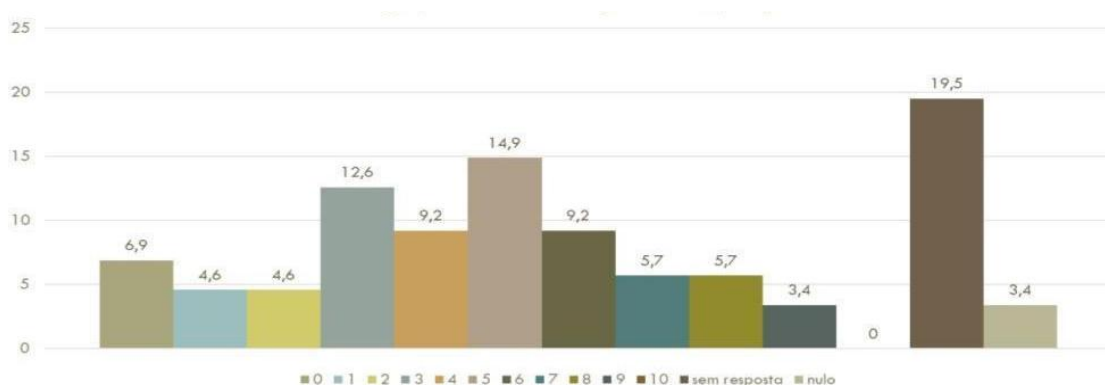
Fonte: Dados do autor.

Em 2025, o alto número de proposições legislativas voltadas à pavimentação em Ribeirão das Neves — 618 no total, das quais 22 se referem especificamente ao bairro Areias de Baixo — evidencia, tanto pelos dados quanto pela experiência cotidiana dos moradores, a precariedade da infraestrutura viária. Observa-se no bairro que as obras de pavimentação de ruas, frequentemente indicadas por vereadores — com destaque para a concentração de indicações feitas pelo vereador Léo de Areias (Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, 2025) — são executadas de maneira apressada e com baixa qualidade técnica. Em muitos casos, essas intervenções não incluem elementos essenciais de infraestrutura, como calçadas, bueiros, bocas de lobo, rampas de acessibilidade para cadeirantes ou a devida identificação dos logradouros. Tais obras configuram-se, assim, como soluções paliativas, cujo principal

objetivo parece ser o favorecimento político dos parlamentares responsáveis por sua indicação, especialmente em períodos eleitorais.

A melhoria da infraestrutura viária nas periferias urbanas, como a pavimentação de ruas, apresenta um papel estratégico na reconfiguração da mobilidade e no direito à cidade. Tal transformação pode ampliar significativamente as possibilidades de circulação, acesso a serviços públicos e inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a redução de desigualdades socioespaciais. Outro aspecto essencial para a qualidade da vivência urbana é a presença de infraestrutura pública relacionada à iluminação de ruas e praças, que contribui não apenas para a mobilidade noturna e a prevenção da violência, mas também para a apropriação dos espaços públicos pela comunidade. No Gráfico 13 é apresentada a distribuição das notas, de 0 a 10, atribuídas pelos entrevistados no que se refere ao serviço público de iluminação de ruas e praças: de 0 a 5, soma-se 52,8%, e, de 6 a 10, soma-se 24%; sem resposta são 19,5% e nulo são 3,4%.

Gráfico 13 – A opinião sobre a iluminação de ruas e praças



Fonte: Dados do autor.

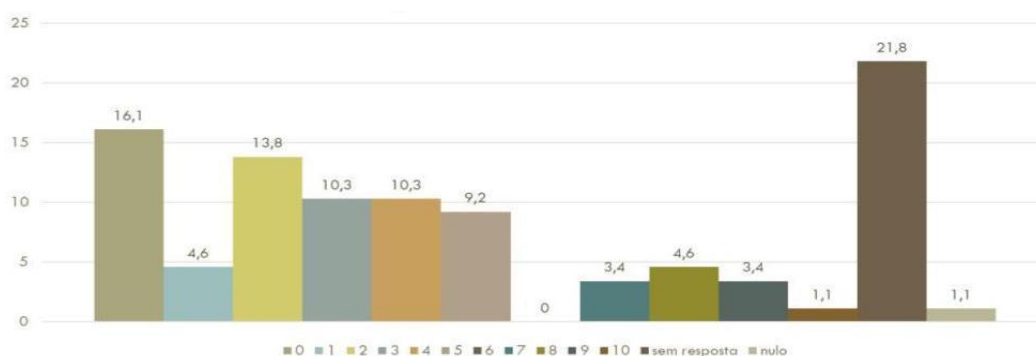
Em consonância com os baixos índices atribuídos pela maioria dos entrevistados, constata-se a precariedade — ou mesmo a ausência — de iluminação pública, o que intensifica a sensação de insegurança e limita significativamente o uso dos espaços urbanos durante o período noturno. Ruas e praças bem iluminadas tornam-se espaços mais acessíveis e seguros, incentivando a circulação de pessoas, o uso do espaço público e o fortalecimento da convivência social. Em contrapartida, a ausência de iluminação adequada restringe o acesso a esses locais, limitando a mobilidade e a inclusão social, além de potencializar a ocorrência de crimes, como assaltos e outras formas de violência urbana. Essa ausência de infraestrutura básica, que articula

segurança e sociabilidade, é justamente o que explica as avaliações negativas relativas à pavimentação e iluminação das ruas e praças.

De acordo com o *Mapa das Desigualdades da RMBH 2021* — publicação produzida pelo Instituto Nossa BH³ (2021) por meio da pesquisa entre 487 bairros da capital e entre 14 municípios da RMBH, cujo objetivo é evidenciar as desigualdades socioespaciais em Belo Horizonte e na Região Metropolitana —, enquanto as áreas de maior poder aquisitivo contam com iluminação pública moderna e bem conservada, reforçando a sensação de segurança, as comunidades periféricas ainda enfrentam a ausência de infraestrutura básica.

No que diz respeito ao saneamento básico — reconhecido como um dos principais indicadores de qualidade de vida —, o tema ainda representa um problema em áreas periféricas. Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), o acesso adequado aos serviços de saneamento é essencial para a promoção da saúde, a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da população. Os altos custos de implantação e manutenção, somados à segregação socioespacial, dificultam o acesso da população ao direito fundamental ao saneamento, comprometendo a saúde pública e a dignidade urbana. Esse cenário é evidente em Areias de Baixo, onde 64,4% dos entrevistados atribuíram notas iguais ou inferiores a 5 ao serviço de saneamento básico. O Gráfico 14 indica essa percepção, destacando a distribuição das notas dadas pelos moradores quanto à qualidade do serviço na localidade.

Gráfico 14 – A opinião sobre o saneamento básico

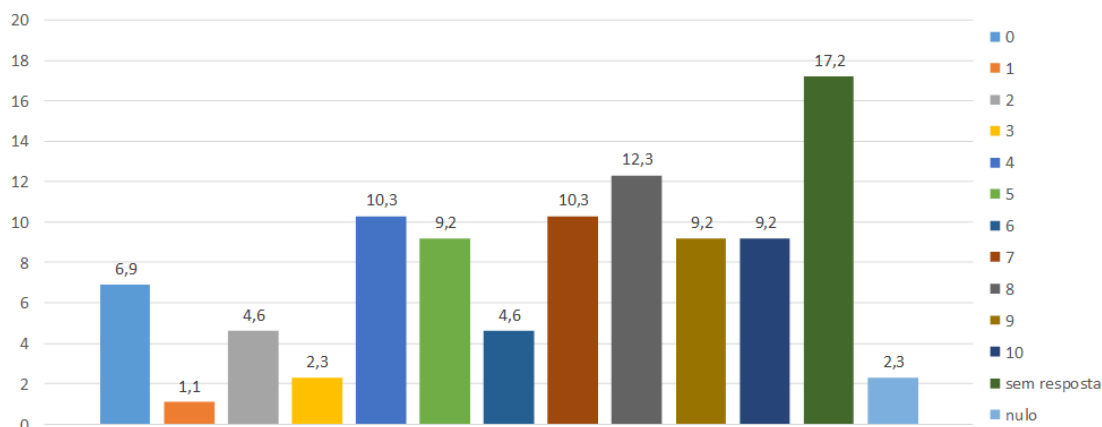


Fonte: Dados do autor.

³ Atua como protagonista na promoção do direito à cidade e na construção de uma cidade mais sustentável e inclusiva, abordando temas como política urbana, mobilidade, mudanças climáticas e desigualdades sociais. Desde 2017, com apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS), mantém atuação constante e relevante nas políticas públicas locais e metropolitanas.

Dando continuidade à análise sobre os serviços públicos essenciais no bairro Areias de Baixo, o Gráfico 15 expressa a opinião dos moradores do bairro Areias de Baixo sobre a coleta de lixo, destacando a percepção da população em relação à eficiência e regularidade desse serviço na localidade.

Gráfico 15 – A opinião sobre a coleta de lixo



Fonte: Dados do autor.

Percebe-se que bairros periféricos são excluídos ou por vezes não têm um sistema regular de coleta, o que é evidenciado pelo uso constante e normalizado de lotes vagos como depósitos de resíduos no Areias de Baixo. Conforme Salgado (2019), os serviços de limpeza urbana em Ribeirão das Neves são precários e desigualmente distribuídos. A coleta de lixo domiciliar é comprometida pela falta de pavimentação e drenagem em muitas ruas, dificultando o acesso dos caminhões, especialmente no período chuvoso. A ausência de regularidade no serviço leva ao descarte inadequado de resíduos em terrenos baldios, córregos e vias públicas. Conforme a pesquisadora, atividades como varrição, capina e coleta de entulho são concentradas nas áreas centrais, enquanto bairros periféricos sofrem com abandono, mato alto e ausência de infraestrutura. Essa precariedade reflete e intensifica a degradação socioambiental, contribuindo para a proliferação de doenças, como a dengue, e para a perda da qualidade de vida da população (Salgado, 2019).

Evidencia-se que a precariedade dos serviços de limpeza urbana não é apenas um problema de gestão, mas expressão concreta das desigualdades socioespaciais que marcam Neves e seus bairros. A negligência do poder público nas áreas periféricas revela um padrão histórico de exclusão, em que a ausência de políticas públicas eficazes contribui para a reprodução da marginalização urbana e ambiental.

Maricato (1999) chama atenção para uma dimensão estrutural da desigualdade urbana no Brasil, que se manifesta não apenas nas formas de moradia e ocupação do solo, mas também na distribuição profundamente desigual dos serviços públicos essenciais. Em suas palavras, trata-se de uma “exclusão ambiental e urbana, isto é, são áreas mal servidas pela infraestrutura e serviços urbanos (água, esgoto, coleta de lixo, drenagem, iluminação pública, varrição, transporte, telefonia, etc.)” (Maricato, 1999, p. 1).

Para a autora, essa condição evidencia um padrão de urbanização excludente, que relega amplas parcelas da população, sobretudo as mais pobres, a viverem em territórios negligenciados pelo poder público. A ausência ou precariedade desses serviços não apenas compromete a qualidade de vida cotidiana, mas também reforça mecanismos históricos de segregação socioespacial, estigmas e negação da cidadania ativa.

3.4.4 Segurança pública

Dando sequência à análise sobre os serviços públicos essenciais, abordaremos agora a opinião dos entrevistados referente ao policiamento no bairro Areias de Baixo. Assim como os temas anteriormente abordados, a segurança é um aspecto fundamental para a qualidade de vida dos moradores, e sua percepção influencia diretamente a sensação de bem-estar e pertencimento à comunidade.

De acordo com o *Atlas da Violência 2024* (Cerqueira; Bueno, 2024), Ribeirão das Neves ocupa a 148ª posição no ranking nacional de homicídios entre os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Com uma população estimada em 329.794 habitantes, o município apresentou uma taxa de 24 homicídios por 100 mil habitantes, totalizando 79 casos registrados em 2022. Esse índice é mais que o dobro do limite considerado tolerável pela Organização Mundial da Saúde, que define como epidêmico qualquer valor superior a 10 homicídios por 100 mil habitantes. Os dados do Atlas baseiam-se em registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, e utilizam como referência a população residente informada pelo Censo Demográfico de 2022. A colocação de Neves no Atlas evidencia uma situação preocupante de violência letal em Ribeirão das Neves, especialmente quando comparada com outras cidades de Minas Gerais. No contexto estadual, o município está entre os que apresentam as maiores taxas de homicídios, ficando atrás apenas de Governador Valadares, Nova Serrana, Itabira, Betim e Sabará.

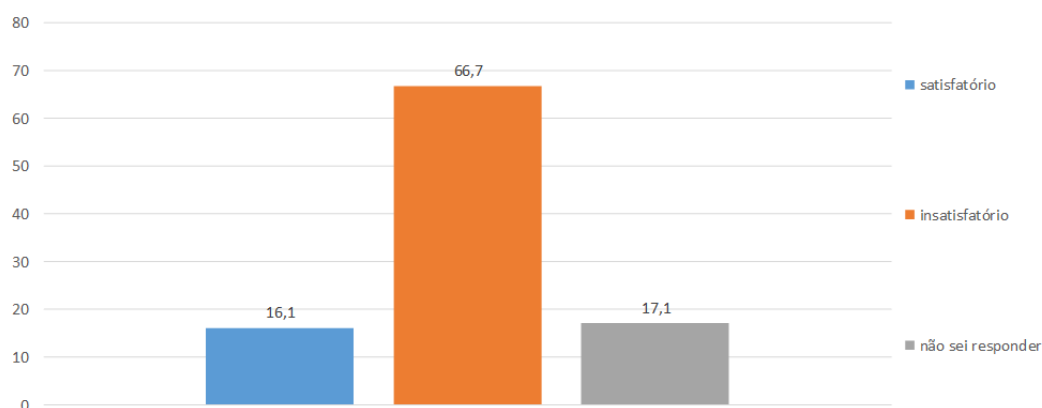
Um estudo, encomendado pela Prefeitura Municipal e conduzido em 2023, teve a participação de 1.200 residentes, dos quais 53% eram mulheres e 47% homens. Os resultados indicaram que a segurança é percebida como o principal problema do município, com apenas 15% dos entrevistados classificando-a como “ótima” ou “boa”. Em contrapartida, 20% consideraram-na “regular”, enquanto a maioria, 63%, expressou insatisfação, avaliando-a como “péssima” ou “ruim”. Apenas 2% dos participantes optaram por não responder ou não souberam opinar. Essa pesquisa, realizada pelo Instituto Realtime Big Data⁴, revelou dados importantes sobre a percepção dos moradores do município de Ribeirão das Neves em relação à segurança pública.

Essa percepção negativa reflete uma preocupação generalizada com a eficácia do policiamento e a sensação de insegurança que permeia o cotidiano dos moradores. Ribeirão das Neves, assim como outras cidades de médio porte, enfrenta desafios estruturais e operacionais na área de segurança pública, como a falta de efetivo policial adequado, a carência de recursos tecnológicos e a dificuldade em garantir uma presença ostensiva e preventiva em todos os bairros. Esses fatores contribuem para a insatisfação da população, que demanda ações mais efetivas por parte das autoridades.

No caso específico do bairro Areias de Baixo, os dados coletados nesta pesquisa confirmaram essa realidade. Conforme apresentado no Gráfico 16, 66,7% dos entrevistados consideraram o serviço público de policiamento insatisfatório, reforçando a necessidade de investimentos e estratégias direcionadas para melhorar a segurança local. A falta de uma presença policial constante e eficiente no bairro pode estar associada a problemas como a ocorrência de crimes e a dificuldade em estabelecer um ambiente de convivência seguro.

⁴ O Real Time Big Data é um instituto de pesquisa brasileiro fundado em 2015, com foco na coleta e análise de dados sobre opinião pública, mercado e política. Utiliza métodos como entrevistas por telefone e presenciais para produzir resultados rápidos e confiáveis. Atua em parceria com veículos como Record TV e CNN Brasil, fornecendo dados estratégicos para decisões públicas e privadas.

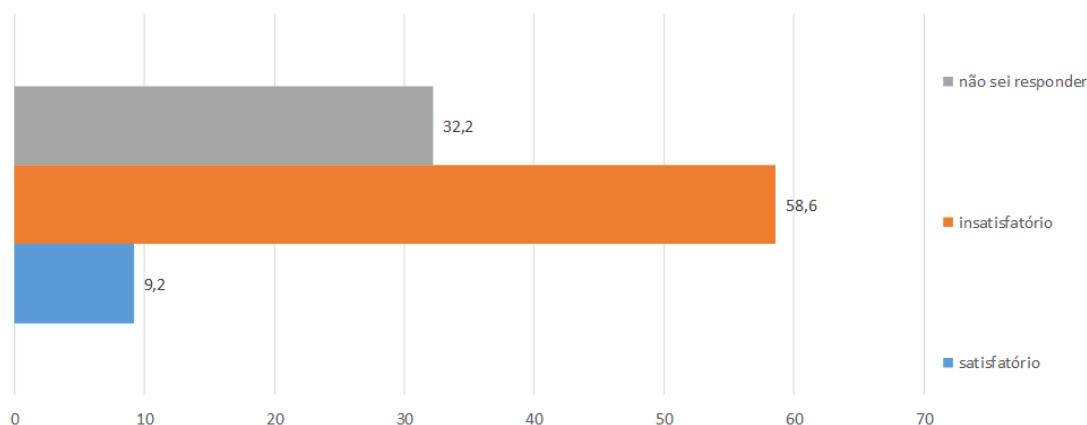
Gráfico 16 – A opinião sobre o policiamento



Fonte: Dados do autor.

Dando continuidade à análise dos serviços públicos essenciais, destaca-se a percepção dos entrevistados sobre o sistema de comunicação — que inclui os serviços de telefonia e internet — no bairro Areias de Baixo. Esse serviço é apontado como um dos pontos críticos, com 58,6% dos entrevistados expressando insatisfação, conforme indicado no Gráfico 17.

Gráfico 17 – A opinião sobre o sistema de comunicação



Fonte: Dados do autor.

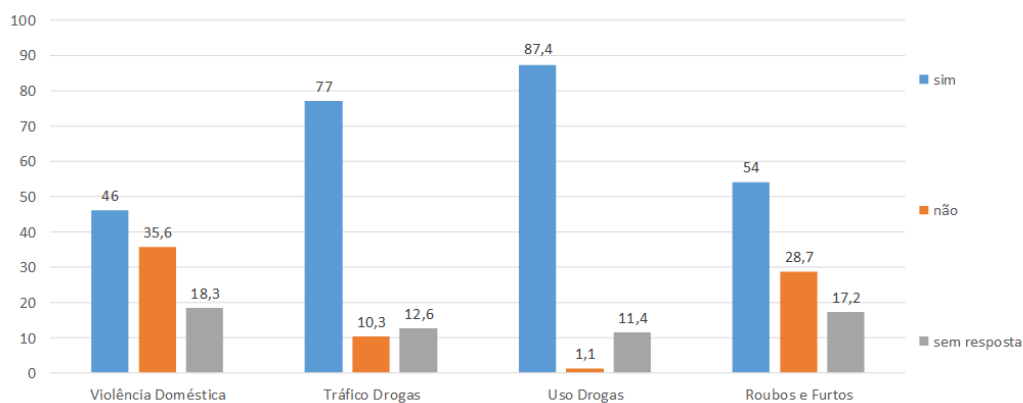
A precariedade do acesso a redes de comunicação eficientes compromete a capacidade de organização social e mobilização política das comunidades periféricas, dificultando o exercício pleno da cidadania. A exclusão digital contribui significativamente para a marginalização de determinados territórios no planejamento urbano, negando-lhes não apenas o direito à cidade — entendido como o acesso pleno a serviços públicos e à infraestrutura —, mas também o direito à comunicação segura e eficaz, elemento essencial para o exercício da cidadania e da participação democrática.

(CGI.BR, 2019). Essa invisibilidade comunicacional remete à ideia de “zonas de exílio” proposta por Milton Santos (1990), na qual a ausência de redes de informação e conectividade limita o protagonismo político das periferias e perpetua ciclos de desigualdade. Para o autor, o território é também constituído pelas redes de informação que o atravessam; sua ausência aprofunda processos de segregação tanto espacial quanto simbólica.

Percebe-se que a insuficiência dos sistemas de comunicação limita o desenvolvimento econômico das periferias, uma vez que a economia digital e o comércio *online*, meio bastante utilizado pelos moradores de bairros periféricos, dependem fortemente de uma rede de comunicação acessível, eficiente e segura. A precariedade desses serviços, observada no Areias de Baixo pela falta de serviço qualificado, evidenciado pelas constantes quedas de sinal, roubos de cabos e demora no atendimento, reforçam o isolamento dessas áreas, impedindo que as periferias se integrem plenamente à economia urbana e ampliando as desigualdades sociais e territoriais.

Dando sequência à apresentação de dados relacionados à percepção da população do Bairro Areias de Baixo sobre os serviços públicos e a segurança, abordamos, neste momento, as situações frequentes de violência vivenciadas pelos moradores. A percepção da população sobre a presença e o impacto de episódios violentos na comunidade é crucial para compreender a realidade local e os desafios enfrentados pelos residentes. A seguir, serão apresentados os dados coletados sobre a percepção quanto à ocorrência de violência no bairro. Os moradores do bairro Areias de Baixo foram consultados também sobre a possível ocorrência no bairro de situações como tráfico e uso de drogas, roubo e violência doméstica (Gráfico 18).

Gráfico 18 – A opinião sobre a violência

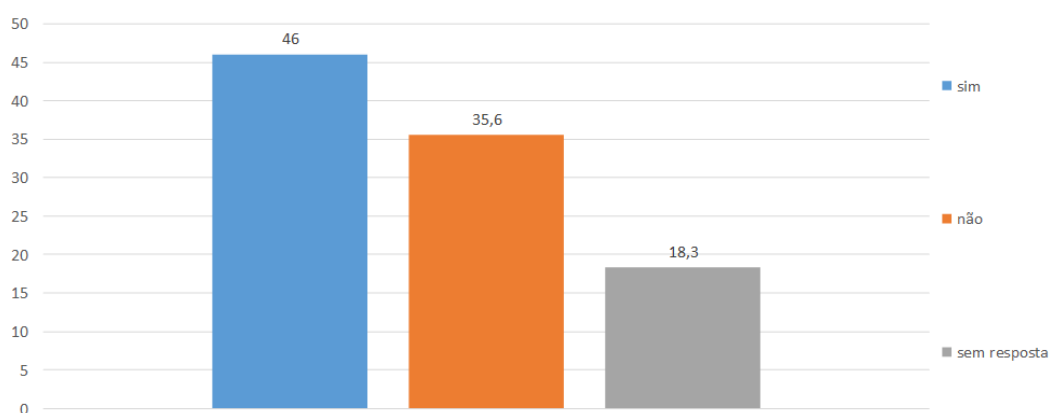


Fonte: Dados do autor.

A violência doméstica, mencionada por 46% dos entrevistados como uma situação frequente no bairro Areias de Baixo, ultrapassa as formas tradicionais de agressão física, psicológica ou sexual e está profundamente entrelaçada com as condições socioeconômicas da comunidade. No caso específico de Areias de Baixo, a fragilidade das políticas públicas locais e a ausência de uma rede efetiva de proteção social aprofundam a vulnerabilidade dos moradores diante da violência. Monteiro (2021) ressalta que o tecido social dessas periferias é marcado por relações de poder assimétricas e por uma cultura de tolerância à violência, muitas vezes naturalizada nas relações domésticas.

A marginalização econômica e social dessas populações, comum em áreas periféricas da RMBH, contribui para a reprodução das condições que alimentam o ciclo da violência doméstica, já que o estresse gerado pela insegurança econômica, falta de emprego e acesso precário a serviços públicos funciona como um gatilho para conflitos internos familiares. O Gráfico 19 mostra a percepção dos moradores sobre a ocorrência desse tipo de violência na localidade.

Gráfico 19 – A opinião sobre a ocorrência de violência doméstica



Fonte: Dados do autor.

Os bairros de periferia, como o Areias de Baixo, têm por característica, como se percebe nesta pesquisa, moradias inadequadas e por vezes superlotadas, falta de saneamento básico e infraestrutura urbana deficiente, o que pode intensificar os níveis de estresse e tensão entre os membros das famílias. Conforme a urbanista Poliana Monteiro (2021), a ineficácia do Estado nas periferias das cidades brasileiras, especialmente no que diz respeito a políticas públicas direcionadas para a saúde da mulher, a segurança pública e a justiça, faz muitas mulheres que sofrem violência

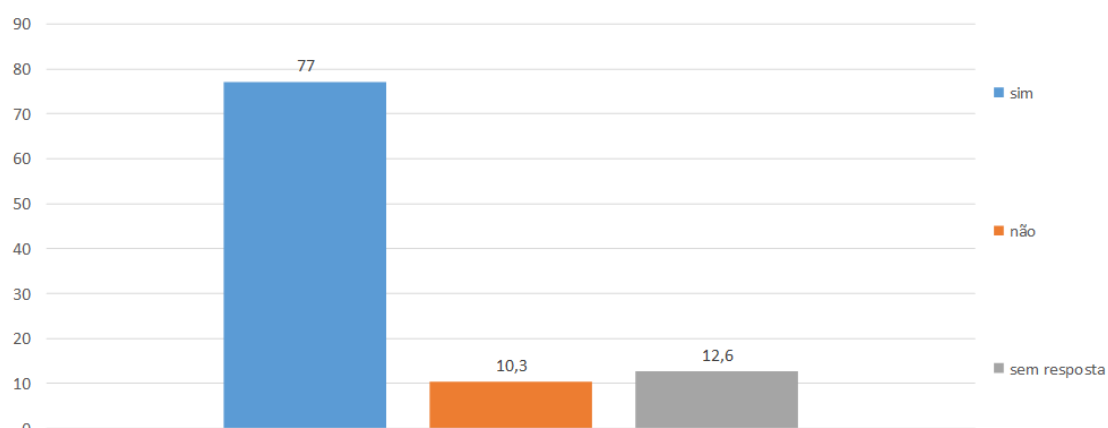
doméstica enfrentarem grandes dificuldades para denunciar seus agressores ou acessar serviços de proteção, o que perpetua o ciclo de violência (Monteiro, 2021).

Outro aspecto importante a ser considerado na realidade das mulheres, especialmente aquelas que vivem nas periferias urbanas, é a vivência de uma dupla desigualdade: a desigualdade de classe e racial, que as coloca em uma situação de vulnerabilidade econômica e social, e a desigualdade de gênero, que as torna mais suscetíveis à violência doméstica e à falta de proteção. Muitas mulheres nas periferias, frequentemente privadas de acesso à educação de qualidade e a oportunidades de emprego (DIEESE, 2003), são financeiramente dependentes de seus agressores, o que dificulta sua capacidade de romper com o ciclo de violência. Essa dependência é ainda mais agravada pela escassez de políticas públicas voltadas para a autonomia econômica das mulheres, como programas de qualificação profissional e geração de renda, conforme apontado por Monteiro (2021).

Estes dois últimos pontos analisados, segurança pública e as desigualdades de classe e gênero, podem ser consideradas como explicação para que, na pesquisa feita no Areias de Baixo, 35,6% dos entrevistados, sendo em sua maioria do sexo feminino (50,6%) tenham dificuldade de assumir que a violência doméstica é uma situação que ocorre com frequência na vida do bairro. Assim como apontado por Monteiro (2021) em pesquisas realizadas nas periferias urbanas do Rio de Janeiro — realidade que também pode ser observada em Areias de Baixo —, um fator crítico a ser considerado é a insuficiência de creches em período integral. Essa carência impede que muitas mulheres ingressem no mercado de trabalho formal, uma vez que precisam dedicar-se aos cuidados com os filhos. Tal situação compromete sua independência econômica e as expõe a contextos de vulnerabilidade, nos quais a violência doméstica pode ser recorrente (Monteiro, 2021).

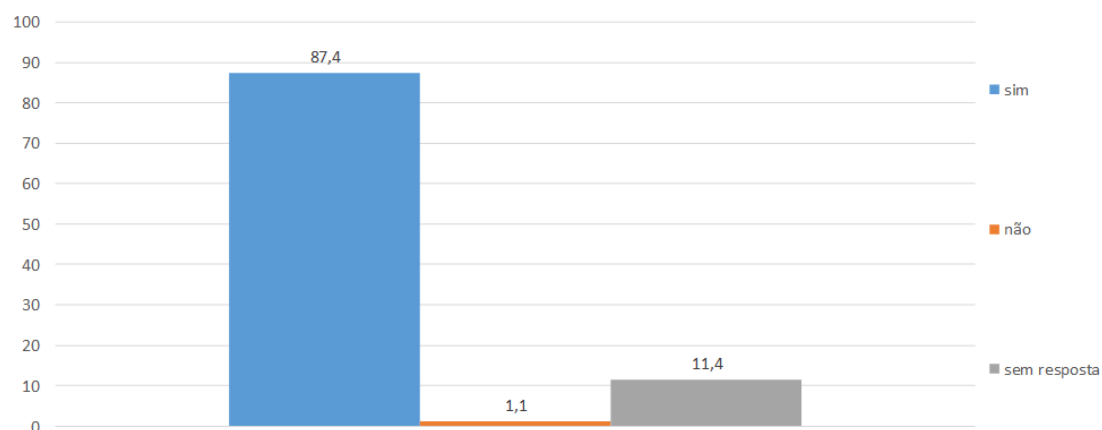
Os problemas de infraestrutura urbana e deficiência de serviços públicos estão frequentemente associados a elevados índices de criminalidade e à presença de economias ilícitas. A seguir, nos gráficos 20, 21 e 22 são apresentadas informações sobre a percepção dos moradores quanto ao tráfico de drogas, o uso de entorpecentes e a incidência de roubos e furtos no bairro Areias.

Gráfico 20 – A opinião sobre o tráfico de drogas



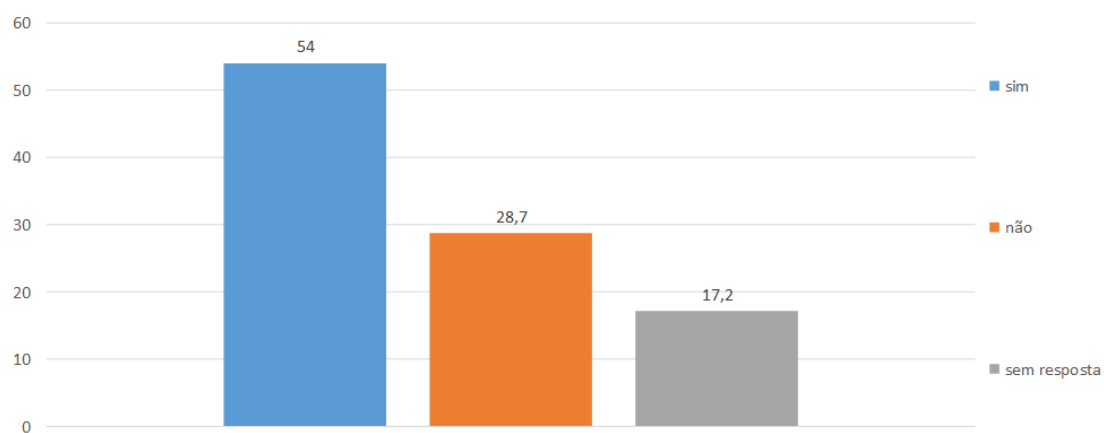
Fonte: Dados do autor.

Gráfico 21 – A opinião sobre o uso de drogas



Fonte: Dados do autor.

Gráfico 22 – A opinião sobre roubos e furtos



Fonte: Dados do autor.

Uma avaliação negativa relacionada à frequência de tráfico de drogas (77%) (Gráfico 19), ao uso de drogas (87,4%) (Gráfico 20) e à incidência de roubos e furtos (54%) (Gráfico 21) nas áreas urbanas, como o bairro Areias de Baixo, apontam para a necessidade de uma análise multifacetada, que leve em consideração tanto os fatores socioeconômicos quanto às políticas públicas de segurança (66,7% dos entrevistados insatisfeitos) e urbanização (81,6% dos entrevistados consideram que o bairro precisa de melhorias). Esses elementos tornam a região particularmente vulnerável a práticas ilícitas, como o tráfico de drogas e a criminalidade associada.

Como vimos anteriormente, o Areias de Baixo é um bairro que sofre com a ausência de políticas públicas eficazes, incluindo infraestrutura adequada, saneamento básico e segurança. A insuficiência de equipamentos sociais, como escolas, centros comunitários e espaços de lazer (com 70,1% dos entrevistados considerando as áreas de lazer insatisfatórias), combinada com a carência de oportunidades de emprego, torna o bairro suscetível ao controle de organizações criminosas que operam no tráfico de drogas. Wacquant (2008), denomina de “guerra urbana” o conjunto de circunstâncias em que o abandono estatal gera a territorialização da violência e a formação de economias paralelas como mecanismo de sobrevivência em contextos de exclusão social profunda.

A relação entre o tráfico de drogas e o aumento da violência urbana, como roubos e furtos, segundo estudiosos desses fenômenos (Misse, 2006), gera uma cadeia de crimes, na qual os indivíduos que consomem drogas ilícitas frequentemente cometem delitos menores para sustentar seu vício, e as próprias redes do tráfico utilizam a violência para manter controle territorial e intimidar a população local. Essa dinâmica está presente no Areias de Baixo, onde a precariedade urbana e a ausência de oportunidades reforçam essa cadeia de violência. Uma das evidências é a briga pelo controle do tráfico local, que provocou, em 23 de maio de 2024, uma chacina que deixou três mortos e dois feridos, entre eles duas crianças de 9 e 11 anos, conforme amplamente divulgado pela imprensa (Werneck; Rios Neto, 2024).

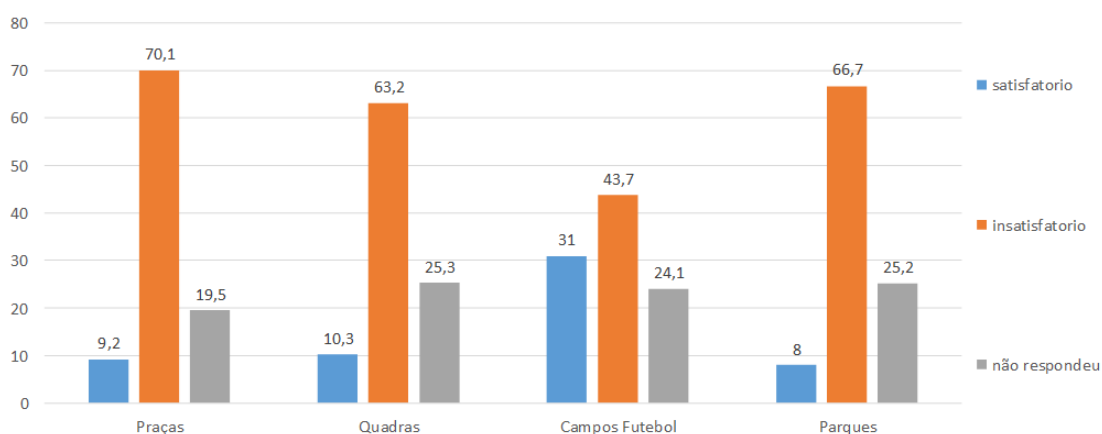
Além disso, a precariedade de serviços públicos, como iluminação inadequada, ruas sem pavimentação adequada e falta de equipamentos de segurança, como câmeras de monitoramento, contribui para a vulnerabilidade da população local, que fica mais exposta a crimes. Misse (2006) destaca que a ausência de planejamento urbano e de investimentos em infraestrutura nas periferias reflete a lógica da urbanização excludente, onde os bairros de baixa renda são negligenciados em termos de segurança pública, o que contribui para a escalada de crimes como furtos e roubos.

O aumento da criminalidade patrimonial, como roubos de residências, estabelecimentos comerciais e veículos, é um reflexo direto da marginalização socioeconômica. A ausência de policiamento adequado e a ineficiência das políticas de segurança pública reforçam a sensação de impunidade e o aumento dessas práticas criminosas.

3.4.5 Lazer

Outro aspecto do bairro sobre o qual os entrevistados foram consultados considera aspectos que impactam a qualidade de vida e a convivência social dos moradores, como o acesso a áreas públicas de lazer. O acesso a espaços como praças, quadras, campos de futebol, parques e reservas naturais pode desempenhar um papel fundamental na promoção do bem-estar, na redução da violência e na criação de um ambiente mais saudável e seguro para a comunidade. Assim, passamos agora a analisar (Gráfico 23) a percepção dos entrevistados sobre a oferta e a qualidade dessas áreas no bairro, um fator que está intimamente ligado à qualidade de vida urbana e à coesão social.

Gráfico 23 – A opinião sobre as áreas de lazer



Fonte: Dados do autor.

A análise em questão aborda um tema relevante para o desenvolvimento humano e a qualidade de vida nas áreas urbanas: a escassez de espaços públicos de lazer, como praças, quadras esportivas, campos de futebol, parques e reservas naturais. Esses elementos são fundamentais para o bem-estar das populações, especialmente nas regiões periféricas, onde a carência de infraestrutura e investimentos públicos é mais evidente. Os dados coletados por meio do questionário no Areias de Baixo revelam um

alto índice de insatisfação da população em relação à disponibilidade de espaços de lazer, esportes e cultura: 70,1% dos entrevistados manifestaram insatisfação em relação à oferta de praças, 63,2% em relação a quadras esportivas, 43,7% em relação a campos de futebol e 66,7% em relação a parques e reservas naturais. Esses números evidenciam uma tendência histórica das políticas públicas segundo a qual são priorizados investimentos em áreas de maior valor imobiliário, ficando negligenciadas as regiões periféricas. Essa dinâmica reforça ciclos de exclusão e privação, impactando diretamente a qualidade de vida dos moradores dessas localidades.

A importância desses espaços vai além da recreação. Para crianças e jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade social, as áreas de lazer representam uma oportunidade crucial para o desenvolvimento de atividades saudáveis e educativas, contribuindo para a formação cidadã e a redução da exposição a riscos sociais. Além disso, parques e reservas naturais desempenham um papel essencial na educação ambiental e na preservação dos ecossistemas urbanos, aspectos fundamentais para a sustentabilidade das cidades.

No caso específico do bairro Areias de Baixo, a situação é ainda mais crítica. A área conta apenas com uma pequena praça, equipada com alguns aparelhos de academia ao ar livre, e um único campo de futebol, localizado fora dos limites do bairro, no vizinho bairro Vida Nova, pertencente à cidade de Vespasiano. Apesar da precariedade da infraestrutura, esses espaços são amplamente utilizados pelos moradores como locais de convivência e fortalecimento dos laços comunitários.

No que diz respeito a parques e reservas naturais, a situação é alarmante. Embora o bairro esteja situado às margens do Rio Areias, o local encontra-se degradado devido a construções irregulares que avançam sobre a mata ciliar, além da presença de entulhos, extração de areia, despejo de lixo e esgoto. As áreas de mata remanescentes e as antigas fazendas ao redor estão sendo progressivamente destruídas para dar lugar a empreendimentos imobiliários, o que agrava ainda mais a perda de áreas verdes e a degradação ambiental.

A partir da análise de Maricato (1999) sobre as periferias do Rio de Janeiro, é possível observar, com base nos dados anteriormente apresentados sobre os problemas de mobilidade enfrentados pelos moradores do Areias de Baixo e na insatisfação quanto à escassez de áreas de lazer, que a realidade descrita para as favelas cariocas — marcada pelo chamado “exílio na favela”, expressão que denuncia o isolamento territorial e

social dos moradores em relação ao restante da cidade — tende a se repetir nas periferias da RMBH, especialmente no que se diz respeito ao Areias de Baixo.

À luz da reflexão de Mendonça (2002), observa-se que tanto a distância física quanto a social, características da segregação socioespacial nas cidades contemporâneas, se manifestam de maneira expressiva no bairro. A localização afastada do centro metropolitano, associada à carência de infraestrutura básica e à ineficiência do transporte público, resulta em uma dupla exclusão: a distância geográfica e a distância social, perpetuando a dependência dos moradores em relação aos serviços públicos e às oportunidades concentradas em outras regiões urbanas. Em resposta à segregação socioespacial, os moradores do Areias de Baixo, em busca de alternativas para a sobrevivência, desenvolvem estratégias coletivas, práticas de solidariedade voltadas ao atendimento de necessidades urgentes e básicas, evidenciando a capacidade de resistência e mobilização da comunidade. Essas práticas de organização social, destacadas nas respostas dos moradores entrevistados, serão apresentadas no item a seguir.

4 ENTREAJUDA E AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES

A constituição de ações e grupos de solidariedade no bairro Areias, em Ribeirão das Neves, exemplifica de modo concreto como a teoria de cultura política pode ser observada e reinterpretada em contextos periféricos. As iniciativas de auto-organização no bairro, descritas ao longo desta parte da pesquisa, revelam a articulação entre práticas coletivas, fortalecimento identitário e resistência política, demonstrando que a participação política se manifesta não apenas por meio de canais institucionais, mas também através de mobilizações locais voltadas à promoção de direitos, cultura e reconhecimento territorial (Kuschnir; Carneiro, 1999). Essa dinâmica evidencia que, mesmo em contextos marcados por vulnerabilidades, as periferias, como o Areias de Baixo, constroem formas próprias de ação política.

Em contextos como o de Areias, onde há desafios históricos relacionados à regularização fundiária e ao reconhecimento territorial, a cultura política se expressa tanto na atuação em espaços formais quanto na valorização de práticas culturais e coletivas que fortalecem a identidade local e reivindicam direitos básicos.

Em meio às dinâmicas de fragmentação e desigualdade que marcam o espaço urbano contemporâneo, Milton Santos (1997) afirma que a escala local — muitas vezes desvalorizada pelas lógicas globais — permanece como um território de resistência e reconstrução. Para o autor, “os lugares e os agentes locais podem fortalecer as horizontalidades, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (Santos, 1997, p. 227). Essa afirmação destaca a importância de reconhecer o local não apenas como palco da exclusão, mas também como espaço de criação ativa de novas formas de sociabilidade, solidariedade e organização social.

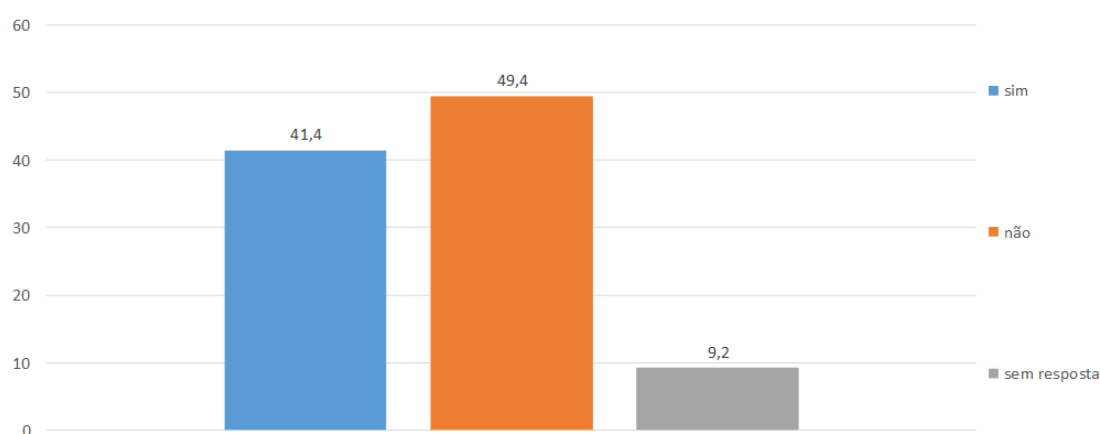
Em contraposição, conforme o autor, às hierarquias impostas pelas forças globais, as práticas locais — ainda que aparentemente fragmentadas — carregam em si a potência de recompor redes de apoio, confiança e pertencimento. Nesse sentido, o “local” não é compreendido como um espaço de isolamento, mas como um território dinâmico, onde as experiências e demandas imediatas se entrelaçam com um projeto mais amplo de reconstrução social fundamentado no cotidiano vivido.

Portanto, mais do que resistências pontuais, as práticas locais se tornam, na visão de Santos (1997), estratégias de (re)invenção do espaço social, gerando não apenas sobrevivência, mas também esperança ativa. A aposta no local como potência

política e como espaço de reconstrução da coesão social é, assim, uma aposta no protagonismo das populações marginalizadas — não como vítimas passivas da exclusão, mas como agentes transformadores de sua própria realidade. Diante das condições precárias de infraestrutura e serviços públicos no bairro Areias de Baixo, destacadas no item anterior, os moradores têm criado redes de ajuda mútua, fortalecendo laços de solidariedade e cooperação no cotidiano.

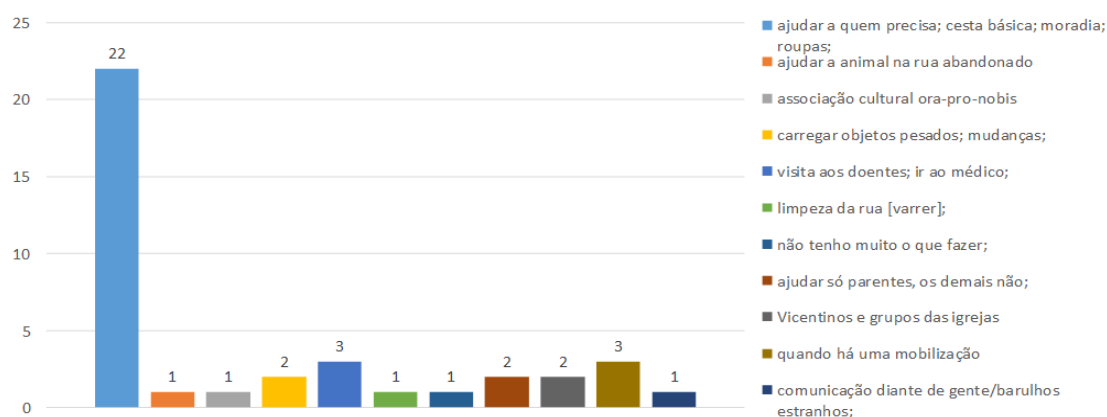
Na pesquisa realizada, 41,4% dos entrevistados relataram a existência de ajuda mútua entre vizinhos, enquanto 49,45% afirmaram não haver cooperação e 9,2% não souberam responder (Gráfico 24), evidenciando tanto a presença de laços de solidariedade quanto as dificuldades para a construção de uma confiança interpessoal mais ampla no território. Tal cenário dialoga com a noção de Almond e Verba (1963) de que a confiança interpessoal, a participação associativa e o engajamento cívico são elementos fundamentais para a consolidação de uma cultura política democrática, mas também frágeis em contextos de desigualdade e precariedade. A cooperação entre os moradores do Areias de Baixo, conforme dados da pesquisa, se dá de maneira pontual e emergencial, sendo evidenciada principalmente em momentos de necessidade imediata (Gráfico 25).

Gráfico 24 – Opinião sobre a existência de ajuda mútua no bairro



Fonte: Dados do autor.

Gráfico 25 – Exemplos de ajuda mútua citados pelos entrevistados



Fonte: Dados do autor.

Sem acesso satisfatório a bens e serviços garantidos pelo Estado, como segurança, saúde, educação e lazer, conforme discutido nos subcapítulos anteriores, os moradores do bairro Areias de Baixo recorrem à ajuda de grupos e vizinhos, sustentando formas próprias de solidariedade. Essa cooperação emerge como uma estratégia de enfrentamento diante da precariedade, embora se revele limitada e insuficiente para suprir todas as necessidades da comunidade.

O processo de entreajuda pode ser compreendido como um sistema de reciprocidade baseado em laços de confiança e proximidade, essencial em contextos de vulnerabilidade social. Essa dinâmica é amplamente observada nas Ciências Sociais, que destacam como, diante da insuficiência do Estado, redes de solidariedade tornam-se mecanismos fundamentais de gestão da vida cotidiana e enfrentamento das adversidades (Domingues; Santos, 2022). Nesse contexto, a solidariedade entre vizinhos configura-se como uma necessidade prática, sustentada pelas condições materiais adversas enfrentadas por aqueles que compartilham a mesma realidade.

Em Areias de Baixo, a manifestação da entreajuda ocorre de formas variadas e pontuais, conforme indicado no Gráfico 25: doações de cestas básicas e vestuário, visitas e acompanhamento a doentes, comunicação para segurança diante de situações suspeitas, auxílio em mudanças e transporte de objetos pesados, limpeza de ruas e cuidado com animais abandonados. Essas práticas constituem o que as Ciências Sociais conceituam como capital social, entendido como o conjunto de redes de confiança, reciprocidade e cooperação que viabilizam a coesão e moldam as relações sociais.

O conceito de capital social é central para compreender essas dinâmicas. Segundo Bourdieu (1986), trata-se do conjunto de recursos atuais ou potenciais associados à posse de uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos. Para o autor, essas redes são construídas por meio de estratégias individuais e coletivas e podem ser mobilizadas para acessar benefícios materiais e simbólicos, funcionando como um ativo passível de conversão em outras formas de capital, como o econômico ou o cultural.

Nesse sentido, a insuficiência de políticas públicas e de acesso a direitos básicos em Areias de Baixo faz com que redes de vizinhança e ajuda mútua se tornem essenciais para a sobrevivência cotidiana. Baseadas em confiança, reciprocidade e proximidade, essas redes constituem um capital social que, embora emergencial e muitas vezes pontual, é vital para a coesão social e para o enfrentamento das adversidades (Domingues; Santos, 2022). Como destaca Bourdieu (1980), o volume de capital social de um agente depende da extensão e da qualidade das redes de relações que ele pode mobilizar — redes estas construídas a partir de investimentos sociais, conscientes ou não, que transformam relações contingentes em laços estratégicos.

Autores como Putnam (2000) ampliaram esse conceito ao enfatizar a importância da confiança mútua, da cooperação e da participação em organizações sociais para a formação e fortalecimento do capital social. Para ele, esse capital não apenas facilita a ação coletiva, mas também contribui para o desenvolvimento de comunidades mais democráticas. No caso de Areias de Baixo, a cooperação entre vizinhos — expressa em práticas como doações, auxílio em situações de doença, vigilância comunitária e cuidado com o espaço público — evidencia a presença de um capital social que, mesmo diante de limitações estruturais, fortalece os laços comunitários e produz repertórios de sobrevivência. O caso de Areias de Baixo guarda semelhanças com a aldeia japonesa descrita por Putnam (2000) em sua análise sobre capital social, caracterizada pela “permuta de serviços, a troca de presentes, o mutirão para construir e reformar casas, o amparo das comunidades em casos de morte, doença e outros transtornos etc.” (Putnam, 2000, p. 179). O capital social, entendido como recurso relacional e coletivo, é fundamental para explicar como comunidades periféricas constroem estratégias de enfrentamento diante da precariedade, ao mesmo tempo que revela os limites dessas redes frente à ausência do Estado e à persistência das desigualdades sociais.

Putnam (2000) define o capital social como o conjunto de redes, normas e relações de confiança que facilitam a cooperação e a ação coletiva em benefício da comunidade. O autor sustenta que a vitalidade da vida cívica (participação ativa dos cidadãos em suas comunidades e instituições sociais), depende da densidade dessas redes de reciprocidade, de modo que comunidades com maior estoque de capital social tendem a apresentar maior participação política, solidariedade e capacidade de enfrentar desafios coletivos. No contexto de Areias de Baixo, as redes de ajuda mútua podem ser entendidas como um “estoque” de capital social indispensável à sobrevivência cotidiana diante da insuficiência do Estado.

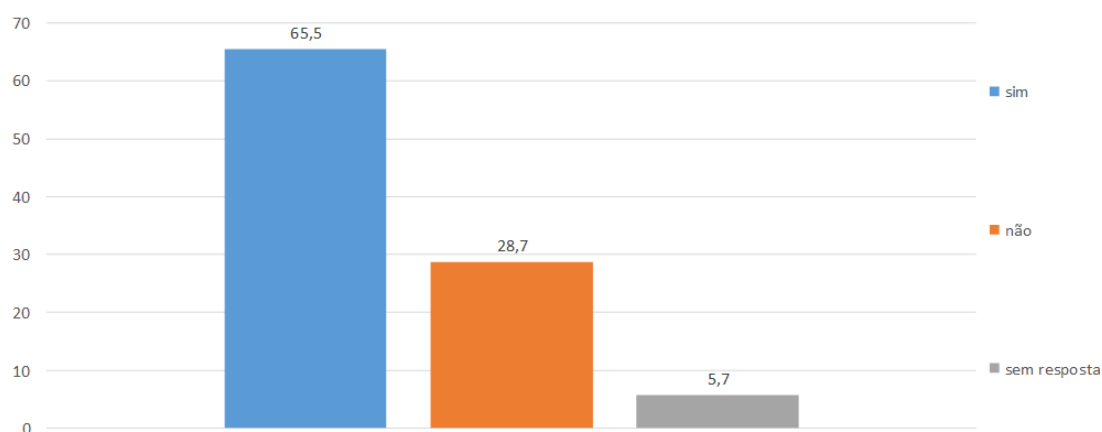
As redes de solidariedade constituem uma das principais formas de enfrentamento das vulnerabilidades sociais no bairro pesquisado, sendo sustentadas, em grande parte, pelo protagonismo feminino. A presença das mulheres se revela fundamental na organização comunitária, especialmente por meio da atuação articulada de coletivos e redes que promovem o apoio mútuo, a mobilização local e a construção de vínculos de cuidado e resistência entre os moradores. 51,8% dos entrevistados são mulheres (Gráfico 2) e elas se destacam pela sua presença constante no cotidiano local e por sua participação ativa na vida comunitária. A expressiva participação feminina entre os entrevistados revela-se igualmente na constituição das bases dos grupos comunitários citados, indicando o protagonismo das mulheres nas dinâmicas sociais e organizativas do bairro.

Conforme a pesquisadora Amanda Paulista (2013), ao analisar grupos políticos periféricos em São Paulo sob uma perspectiva de gênero, observa que as mulheres, além de exercerem papel central na liderança familiar, são protagonistas na luta cotidiana contra a pobreza e as deficiências das políticas públicas. Frequentemente, acumulam múltiplas jornadas de trabalho, com ocupações informais e, muitas vezes, mal remuneradas, tornando-se, em muitos casos, a principal ou única fonte de sustento de suas famílias. Conforme informações do DIEESE (2023), “a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias.” Essas mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com crianças, idosos e pessoas enfermas — funções que, em geral, não são compartilhadas de forma equitativa pelos homens da família, quando presentes. Essa realidade, marcada pela sobrecarga de trabalho e pela centralidade feminina na manutenção da vida cotidiana, também pode ser observada entre as mulheres do Areias de Baixo.

As mulheres são, portanto, protagonistas de um processo contraditório: enquanto são as maiores vítimas das desigualdades estruturais, também são as principais responsáveis por impulsionar processos de mudança social dentro de suas comunidades. Elas não apenas articulam redes de solidariedade que garantem a sobrevivência coletiva, mas também constroem discursos de resistência que desafiam a ordem excludente. Na compreensão de Paulista (2009), sustentam tanto a luta contra a estrutura patriarcal que limita suas possibilidades de autonomia, quanto a luta contra a estrutura classista que as marginaliza economicamente. O papel das mulheres, em muitas periferias urbanas, inclusive no Areias de Baixo, vai além da garantia da sobrevivência imediata das suas famílias, sendo essencial para a organização e manutenção da vida social no bairro. Suas atuações contribuem diretamente para promoção da ajuda mútua entre os moradores.

A partir das percepções dos entrevistados e da presença do pesquisador no bairro, foi possível observar, além de ações individuais, a atuação de diversos grupos e organizações sociais na construção de redes de apoio do bairro. Alguns desses grupos operam de forma independente, ou seja, sem apoio de organizações externas, enquanto outros são impulsionados por iniciativas fora do bairro, como demonstraremos mais adiante. No entanto, o que se observa é que a grande maioria dos integrantes desses grupos são, de fato, moradores do próprio bairro, o que configura a formação de redes de apoio e entreajuda entre os moradores. Dos entrevistados, 65,5% relatam ter conhecimento da atuação de grupos sociais no bairro (Gráfico 26).

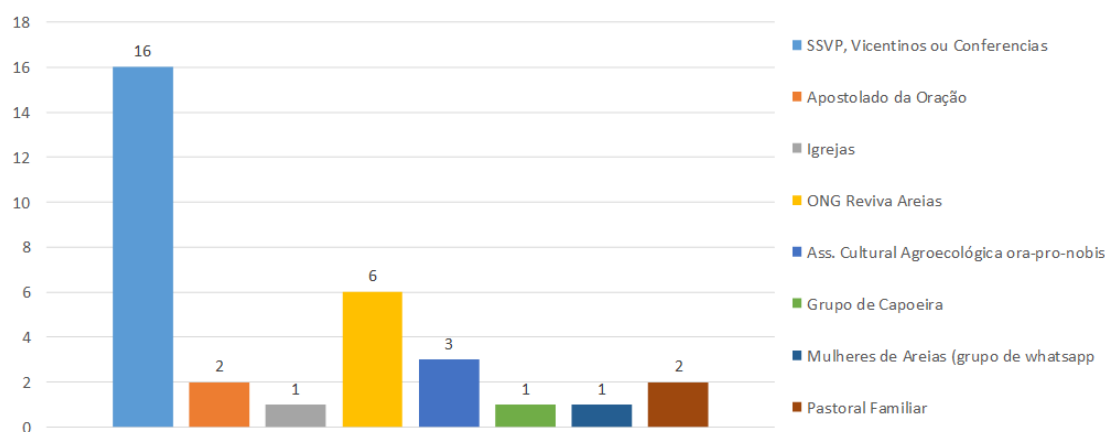
Gráfico 26 – Conhecimento sobre grupos sociais



Fonte: Dados do autor.

Os grupos mais citados pelos entrevistados — conforme apresentado no gráfico 27 — emergem de organizações e coletivos que desempenham um papel estratégico na dinâmica de enfrentamento das condições de segregação em Areias de Baixo.

Gráfico 27 – Identificação de grupos sociais



Fonte: Dados do autor.

Esses grupos não apenas prestam serviços imediatos à população, mas também configuram formas de organização social que buscam romper, ainda que parcialmente, com as lógicas de segregação socioespacial que marcam a realidade local.

A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP ou Vicentinos) exemplifica esse movimento, atuando como uma rede de solidariedade estruturada em princípios da caridade cristã. Fundada em 1833, em Paris, por Frédéric Ozanam e um grupo de jovens universitários, a SSVP visa atender pessoas em situação de vulnerabilidade social sem distinções, articulando fé e ação prática na tentativa de mitigar os efeitos da exclusão. Sua presença no bairro reforça a importância de organizações confessionais na oferta de suporte material e simbólico às populações periféricas.

De maneira semelhante, o Apostolado da Oração, expressão da espiritualidade católica coletiva, oferece uma dimensão de resistência simbólica ao integrar a prática religiosa individual a um propósito comunitário e missionário. Ao promover a oração cotidiana por intenções universais, essa prática fortalece os laços comunitários e sustenta emocionalmente os moradores diante das adversidades sociais.

No âmbito das organizações civis, a ONG Reviva Areias representa uma resposta local à ausência de políticas públicas voltadas para a infância e juventude. Fundada por moradores atentos ao risco social decorrente da ociosidade de crianças e

adolescentes, a organização busca transformar realidades por meio de ações culturais, esportivas e educativas, reforçando a centralidade da mobilização comunitária como estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades.

A Associação Cultural Agroecológica Ora-pro-nóbis também se inscreve nesse cenário como um exemplo de resistência cultural e política. Utilizando a arte, a música e os debates sobre direitos humanos como instrumentos de fortalecimento identitário e de reivindicação por direitos básicos, a associação aponta para a articulação entre cultura e luta pelo direito à cidade, especialmente no que tange à regularização fundiária e ao reconhecimento territorial.

O coletivo Mulheres de Areias evidencia, por sua vez, uma dimensão organizativa que emerge a partir da comunicação digital, mas que se concretiza em ações de reivindicação política. Através da identificação de demandas locais e da mediação com o poder público, essas mulheres constroem novas formas de participação e de protagonismo social por vias digitais, especificamente pelo aplicativo WhatsApp. Teorias contemporâneas sobre cultura política que exploram o uso das redes sociais, como WhatsApp, para a expansão da participação política e a organização de cidadãos. Pesquisas recentes apontam que as redes sociais digitais vêm criando espaços inovadores para a formação de identidades coletivas e para a comunicação de demandas políticas. Essas plataformas funcionam como uma nova modalidade de socialização política, permitindo maior interação, troca de informações e mobilização de grupos para participação em protestos, campanhas e debates públicos (Sampaio, 2010).

Embora as agências tradicionais de socialização política (família, escola, igreja) ainda sejam influentes, as redes sociais digitais têm protagonizado novas formas de mobilização social e política, facilitando a organização de cidadãos em torno de causas comuns e a disseminação de informações políticas em tempo real. O fenômeno do “net-ativismo” ou “e-participação” (Sampaio, 2010) é abordado como uma expressão contemporânea de participação política mediada por redes digitais, onde aplicativos como WhatsApp desempenham papel central na articulação de movimentos e na coordenação de ações coletivas. Complementam o panorama dos grupos sociais atuantes no bairro a atuação da Pastoral Familiar e das diversas igrejas locais, que, além de promoverem apoio espiritual, configuram espaços de acolhimento, socialização e promoção de valores comunitários.

Embora a entreatajuda esteja presente no bairro, seja por meio da solidariedade entre vizinhos ou da atuação de grupos sociais, seu alcance é limitado.

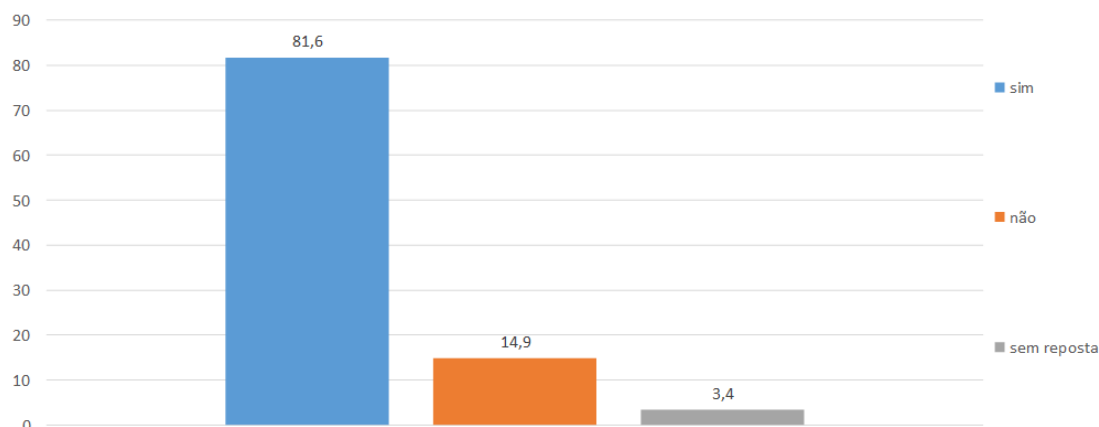
Diferentemente de outros contextos em que o capital social pode resultar em benefícios econômicos e políticos, no bairro Areias de Baixo essa rede de apoio funciona principalmente como uma estratégia emergencial de sobrevivência, sem, no entanto, promover uma ascensão social significativa ou contribuir para uma emancipação coletiva. Isso se deve porque tal entreatajuda é limitada pela própria precariedade estrutural em que as pessoas se encontram. Quando os serviços públicos se tornam insatisfatórios, a entreatajuda acaba por se tornar uma resposta reativa, no entanto, sem a capacidade de transformar as condições de vida que geram a dependência. Assim, a entreatajuda passa a ser considerada como um mecanismo de amortecimento das desigualdades, e não de superação delas.

Percebe-se que, mesmo de forma precária, os moradores do bairro Areias de Baixo desenvolvem estratégias de sobrevivência e se organizam em redes de solidariedade como um mecanismo de amortecimento das desigualdades para suprir a ausência ou insuficiência das políticas públicas. No que se refere ao conhecimento dos moradores sobre alguma organização entre eles que favoreça o acesso aos direitos básicos⁵ (Gráfico 28) no bairro Areias de Baixo, eles indicam: organização não governamental Reviva Areias; Sociedade de São Vicente de Paulo (Vicentinos) e o Centro de Referência e Assistência Social (Cras)⁶ (Gráfico 29).

⁵ Os direitos básicos garantidos pela Constituição Federal de 1988 incluem direitos fundamentais como vida, igualdade, liberdade, segurança e propriedade, além de direitos sociais, como acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, cultura, previdência e assistência social. Leis complementares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso e o Código de Defesa do Consumidor, reforçam essas garantias, assim como tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Esses direitos visam assegurar dignidade, justiça social e inclusão para todos os cidadãos.

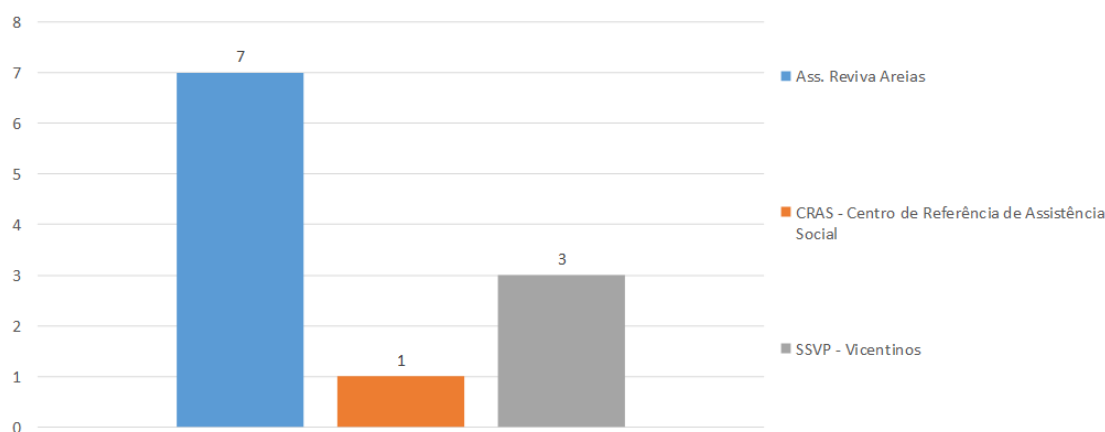
⁶ Unidade pública que presta serviços socioassistenciais a famílias em situação de vulnerabilidade, oferecendo atendimentos, encaminhamentos e promovendo ações de inclusão e proteção social. A equipe é composta por assistentes sociais, psicólogos e orientadores sociais. Embora não seja uma organização comunitária, sua menção na pesquisa pode estar ligada ao fato de o Cras ser um dos poucos equipamentos públicos acessíveis na região, oferecendo suporte em questões como acesso a benefícios sociais, fortalecimento de vínculos familiares e articulação com outras políticas públicas essenciais.

Gráfico 28 – Conhecimento sobre organizações entre os moradores que favoreçam o acesso aos direitos básicos no bairro



Fonte: Dados do autor.

Gráfico 29 – Indicação de organizações entre os moradores que favoreçam o acesso aos direitos básicos no bairro



Fonte: Dados do autor.

As redes de apoio e solidariedade nas periferias são multidimensionais e interligadas, articulando laços pessoais, institucionais e espaciais que sustentam a vida comunitária diante das desigualdades e ausências estruturais. No caso do bairro Areias, essas manifestações revelam tanto a criatividade social quanto a resiliência da população na busca por justiça social e qualidade de vida, emergindo como respostas coletivas às condições de vulnerabilidade social e à insuficiência da presença estatal na provisão de serviços básicos e direitos. Essas redes são estruturadas a partir das relações pessoais e comunitárias que se consolidam no cotidiano, criando laços de cooperação e proteção mútua entre famílias e vizinhos. No bairro Areias, por exemplo, essas dinâmicas se manifestam em campanhas solidárias, como a distribuição de cestas básicas e a organização de mutirões para a construção de moradias, evidenciando a

força das trocas informais como mecanismos para suprir necessidades imediatas e construir uma forma própria de segurança social.

A religiosidade e a cultura popular também desempenham um papel central nesse contexto, atuando não apenas como espaços de fé, mas como instituições que promovem o sentimento de pertencimento e a coesão comunitária. As organizações religiosas locais, como o Apostolado de Oração e a Sociedade São Vicente de Paulo, funcionam como importantes agentes intermediadores, oferecendo suporte material e psicológico. Essas instituições incorporam valores e normas que orientam as práticas de solidariedade e convivência, ampliando a rede de proteção para além do âmbito familiar, especialmente em territórios marcados pela precariedade social.

Além disso, a apropriação criativa do espaço urbano torna-se uma forma estratégica de resistência e luta por direitos. A ocupação e o uso coletivo dos espaços, muitas vezes nas bordas ou em áreas marginalizadas da cidade, configuram modos de expressão da reivindicação por reconhecimento e acesso à regularização fundiária. No bairro Areias de Baixo, a Ocupação Tomás Balduino exemplifica essa dinâmica, mostrando como a população constrói territórios de resistência que desafiam a exclusão espacial e pressionam o Estado a responder às demandas por melhoria das condições urbanas e habitacionais.

Por fim, este capítulo evidencia que os moradores entrevistados do bairro Areias de Baixo, mesmo diante de condições adversas, desenvolvem estratégias coletivas de participação política e sobrevivência sustentadas por redes de apoio mútuo. Tais práticas atenuam os efeitos das desigualdades, mas não são capazes de superá-las, pois surgem como respostas informais à ineficiência do Estado — ou seja, à ausência de políticas públicas adequadas que garantam direitos básicos e infraestrutura suficiente para elevar os níveis de bem-estar social no bairro. A solidariedade local, nesse contexto, funciona como um mecanismo paliativo, que busca preencher lacunas deixadas pelo poder público, mas que não resolve os problemas estruturais da comunidade.

No capítulo seguinte, discutiremos os limites da cidadania e os desafios da participação social no bairro Areias de Baixo, marcado por desigualdades estruturais decorrentes do modelo de urbanização e das relações assimétricas de poder político e religioso. Analisaremos como essas condições restringem o acesso da população a direitos e espaços institucionais, moldando formas específicas de engajamento e exclusão.

5 A POLÍTICA, OS POLÍTICOS E A PASSIVAÇÃO

O conceito de *passivação política* pode ser compreendido em interlocução com as categorias de cidadania passiva e cidadania ativa, que permitem apreender os distintos modos de incorporação dos sujeitos à esfera pública. A cidadania passiva refere-se a uma forma de pertencimento político mediada pela lógica da concessão estatal, na qual os direitos são ofertados como favores e não reconhecidos como conquistas coletivas, reproduzindo estruturas de dependência, subalternidade e exclusão ancoradas em marcadores sociais como classe, raça e território (Benevides, 2001). Em contraponto, a cidadania ativa implica a constituição de sujeitos politicamente engajados, capazes de reivindicar e ampliar direitos, instaurando novas formas de participação e de incidência sobre a ordem institucional e social vigente.

Fromm (2023), a partir de uma abordagem da psicologia social, contribui para a compreensão de como os indivíduos internalizam ou resistem às pressões sociais, elucidando os processos subjetivos que influenciam a *passivação política*. O autor analisou questões relacionadas à adaptação social, identidade e liberdade, destacando as diferentes formas de reação às pressões sociais e os efeitos dessas interações na construção de subjetividades. Segundo ele, esse processo de inibição da autonomia política configura-se quando o indivíduo, apesar de possuir consciência crítica sobre sua realidade, torna-se progressivamente dependente das instituições burocráticas e dos sistemas sociais que estruturam suas relações (Fromm, 2023). Essa dependência fragiliza a capacidade de contestação diante das autoridades, conduzindo a uma perda gradual de autonomia. Trata-se de um mecanismo de adaptação, condicionado por fatores sociais, culturais, institucionais e psicológicos, que pode levar à internalização de valores e ideologias dominantes, conformando o indivíduo acriticamente às normas e expectativas sociais.

No contexto desta pesquisa, o conceito de *passivação política* revela-se relevante para a compreensão das dinâmicas de participação, na medida em que explica como sujeitos inseridos em culturas políticas marcadas pela sujeição — caracterizadas por uma baixa expectativa de influência nas decisões coletivas — tendem a se afastar da esfera pública e do engajamento ativo. As reflexões dos entrevistados, somadas à análise das respostas e à observação direta do cotidiano no Areias de Baixo, evidenciam que a *passivação política* assume, muitas vezes, a forma de uma estratégia adaptativa diante das limitações estruturais e das condições adversas de vida. Trata-se menos de

apatia e mais de um não enfrentamento consciente, moldado por contextos históricos de exclusão, desigualdade e descrença nas possibilidades reais de transformação social. Esse desinteresse emerge como um mecanismo de resignação a um contexto de privações e desamparo institucional.

Ao final do preenchimento do questionário, cada entrevistado respondia, de forma individual e reservada, à pergunta: “Qual sentimento te causou ao responder este questionário?”. O objetivo era compreender se o questionário gerou reflexões ou desconforto diante das questões sobre a realidade local, bem como se despertou esperança de mudança.

Expressões como “perda de tempo”, “angústia”, “decepção”, “prisão sem chave”, “tristeza” e “abandono” revelam um sentimento coletivo de impotência e desesperança. A metáfora da “prisão sem chave”, expressa por um entrevistado, sintetiza a percepção de enclausuramento social: os moradores reconhecem-se aprisionados em uma realidade opressiva, mas, na ausência de mecanismos efetivos de transformação, resignam-se à imobilidade. Essa dinâmica é reforçada por falas como “insatisfação com o bairro que não sai do lugar” e “não tem melhoria para nós”, que denunciam a naturalização da estagnação. Apesar de pontuais manifestações de “esperança” — muitas vezes vinculadas a instâncias externas, como a Igreja ou a expectativa de que “autoridades olhem para o bairro” —, prevalece a delegação da agência a terceiros, sintoma de uma alienação social que distancia os sujeitos de sua própria potencialidade transformadora.

Por meio dos tipos de orientação política propostos por Almond e Verba (1963), que estruturam as avaliações subjetivas dos atores políticos, é possível pensar como os moradores do Areias de Baixo percebem e interagem com o sistema político no qual estão inseridos. A partir da análise das falas dos entrevistados mencionadas acima, evidencia-se a orientação valorativa, que combina as emoções e sentimentos dos indivíduos em relação ao sistema político e social com suas crenças e conhecimentos acerca do funcionamento do sistema político e dos papéis que desempenham no processo de tomada de decisões.

A confiança nas instituições contrasta com a descrença e a apatia manifestadas por muitos moradores. A frustração diante da corrupção e da ineficácia do Estado resulta na desmobilização política e no afastamento dos processos democráticos. Além disso, a transferência de responsabilidade para o Estado, somada à conformação acrítica às normas vigentes, consolida a *passivação política* como fenômeno

sociológico. Os moradores, embora conscientes de suas carências, internalizam a ideia de que a transformação depende de agentes externos, renunciando à participação ativa. Essa dinâmica é observável em falas como “as autoridades precisam resolver” ou “só Deus pode mudar isso”, que revelam a naturalização da *passivação política*.

A cultura política do Areias de Baixo pode ser associada ao conceito de cultura política súdita, em que os indivíduos reconhecem a autoridade governamental, mas não se veem como agentes ativos na tomada de decisões (Almond; Verba, 1963). Esse modelo é típico de regimes autoritários, mas também aparece em democracias frágeis, onde o eleitorado se sente impotente diante do clientelismo (Nunes, 2003). Conforme Rocha (2003), o clientelismo é uma característica histórica marcante na relação entre políticos e cidadãos no Brasil.

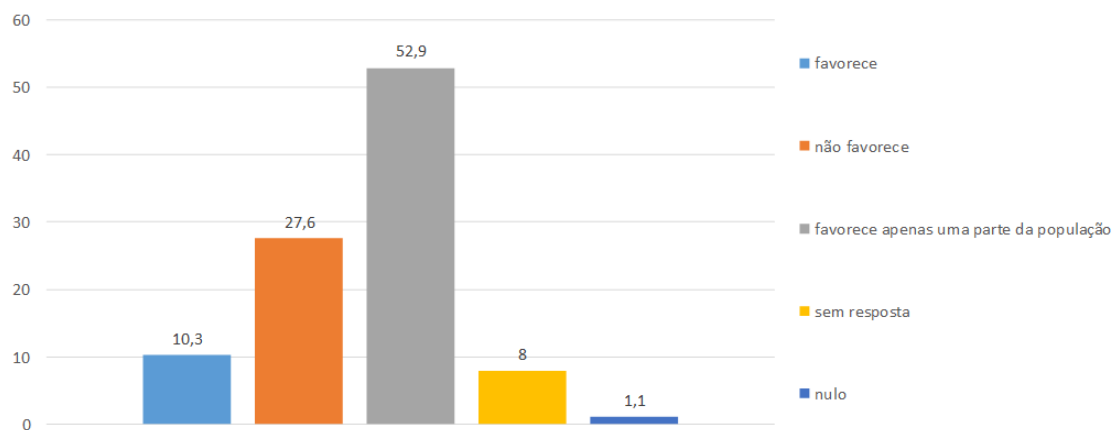
[...] pelo menos desde a República Velha, o jogo político dá-se em torno da disputa de posições no interior do Estado, visando garantir a possibilidade de controlar e manipular os seus recursos, com o objetivo de garantir apoios e votos. Nesse sentido, as disputas sobre o desenho adequado das instituições públicas envolvem estratégias distintas, relacionadas com o controle dos recursos de poder estatais. (Rocha, 2003, p. 558).

Edson Nunes (2003) e René Dreifuss (1981) destacam que o clientelismo se mantém como gramática política persistente, baseada na troca desigual de favores, um sistema no qual os recursos públicos são apropriados pelos governantes como se fossem patrimônio privado, sendo distribuídos seletivamente para garantir apoio político e eleitoral. Nesse arranjo, políticos oferecem bens materiais ou serviços, como cestas básicas, favores, ajuda financeira ou empregos temporários, em troca de votos e lealdade, ou acesso a benefícios públicos. No Areias de Baixo, a mediação entre Estado e população ocorre predominantemente por figuras individuais (vereadores e líderes religiosos), reforçando laços de dependência pessoal em vez de participação institucionalizada. As trocas de favores políticos são facilitadas por condições estruturais marcadas pela persistente desigualdade social e pela insatisfação com a atuação do Estado na garantia de políticas públicas essenciais. Essa insatisfação — evidenciada pelos dados desta pesquisa — refere-se à precariedade no acesso a direitos básicos, como saúde, educação infraestrutura urbana, segurança pública e lazer.

A lógica clientelista, baseada na troca e na personalização do acesso ao Estado, contribui para uma percepção de injustiça e exclusão em relação aos processos político-institucionais de tomada de decisão. Para 52,9% dos entrevistados (Gráfico 30), a política praticada no bairro beneficia apenas uma parte da população, o que evidencia

o descrédito nas instituições e aprofunda o sentimento de marginalização. Tal percepção indica que, longe de promover inclusão, o sistema político local tende a reproduzir desigualdades históricas e a limitar a participação cidadã em sua forma mais plena.

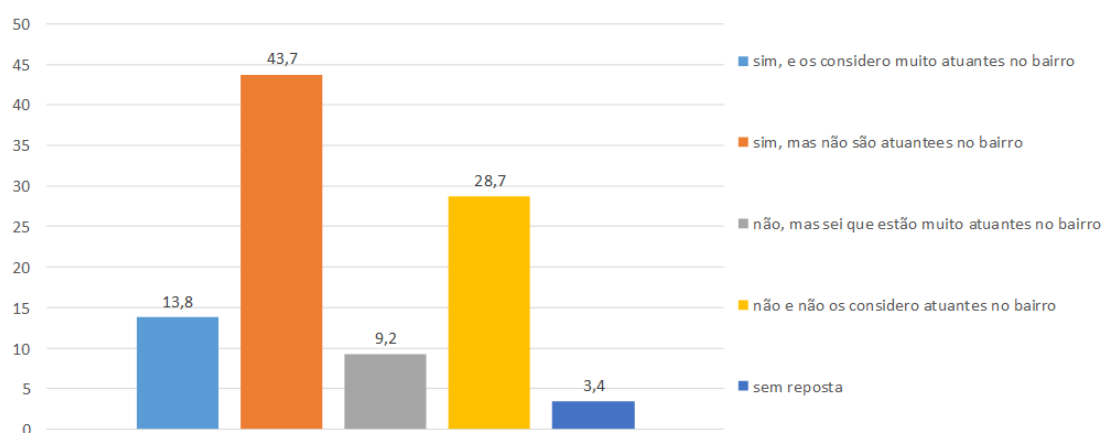
Gráfico 30 – A política, como é feita no bairro, favorece que os moradores do bairro Areias de Baixo tenham acesso aos direitos básicos?



Fonte: Dados do autor.

A visão dos moradores quanto ao acesso aos direitos básicos, demonstrada no Gráfico 30, é corroborada pelo fato de que 43,7% (Gráfico 31) dos moradores conhecem pessoalmente lideranças políticas, seja por amizade, familiaridade ou vizinhança, mas, destes, apenas 13,8% consideram que estão atuantes em relação ao atendimento às demandas do bairro, como educação, transporte e saúde. Esse dado indica que, mesmo quando os políticos estão presentes no território, sua atuação não é percebida como efetiva ou voltada para o bem comum. Em outras palavras, a presença dos políticos não se traduz em ações concretas que melhorem a qualidade de vida da população, mas sim em uma relação superficial e instrumental, centrada na manutenção do poder.

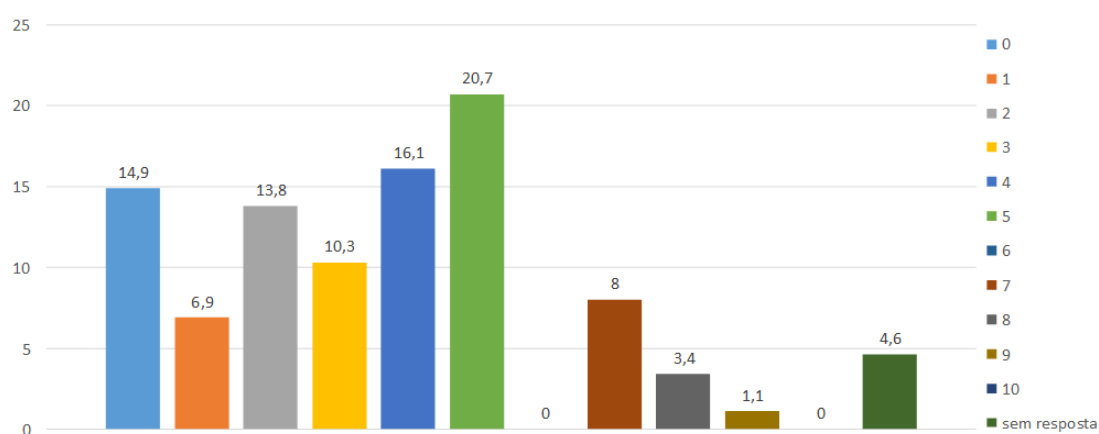
Gráfico 31 – Opinião sobre as lideranças políticas que atuam no bairro



Fonte: Dados do autor.

A falta de políticas públicas eficazes, bem como a carência de estratégias planejadas e de regulamentações adequadas para a urbanização das periferias, contribui para a consolidação de uma sensação de negligência por parte do poder público. Essa percepção é corroborada pelos dados: 82,7% dos entrevistados nesta pesquisa avaliam a atuação da Prefeitura em seu bairro com notas entre 0 e 5, em uma escala que vai de 0 a 10 (Gráfico 32). Tal avaliação evidencia não apenas a insatisfação da população, mas a ineficiência das ações governamentais voltadas para o desenvolvimento urbano e a melhoria das condições de vida nessas áreas.

Gráfico 32 – Nota da atuação da prefeitura no bairro

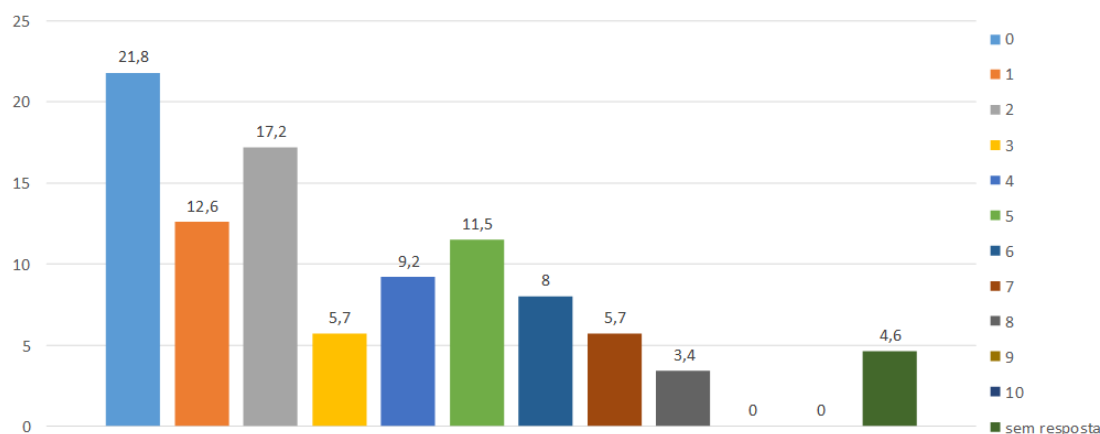


Fonte: Dados do autor.

A relação entre os moradores e os políticos eleitos apresenta um cenário marcado por uma evidente dependência dos cidadãos em relação aos representantes

políticos, ao mesmo tempo que há uma avaliação crítica do desempenho desses líderes. Conforme os dados apresentados, 78% dos entrevistados atribuem uma nota de desempenho entre 0 e 5 aos políticos eleitos (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Atuação dos vereadores/políticos no bairro



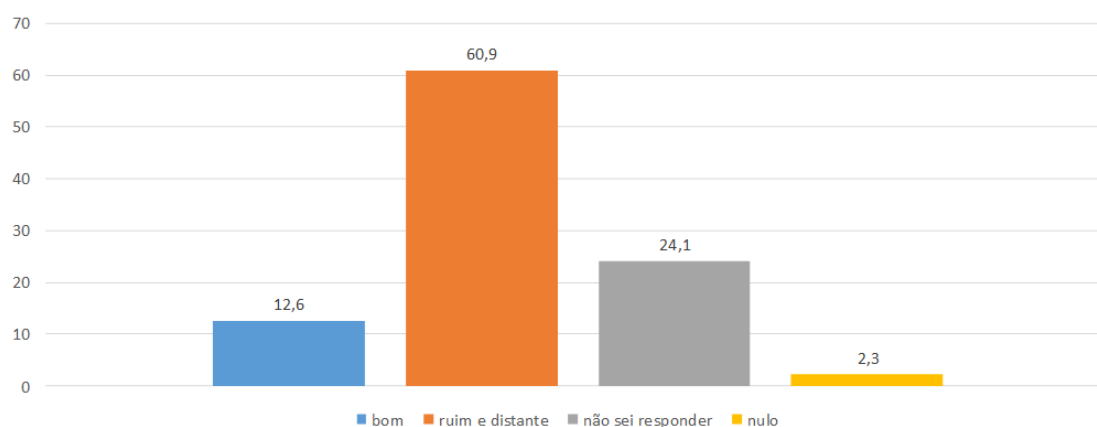
Fonte: Dados do autor.

Na pesquisa, conforme evidenciado nos gráficos 32 e 33, observa-se que, em uma escala de avaliação de 0 a 10, a Prefeitura apresenta uma avaliação percentualmente superior, ainda que marginalmente, em comparação aos políticos mais votados. Essa diferença, embora pequena, sugere que, no geral, os entrevistados tendem a atribuir uma nota um pouco mais alta à administração municipal do que aos próprios representantes políticos eleitos. Esse resultado pode indicar uma percepção ligeiramente mais positiva em relação à gestão pública como um todo, em contraste com a avaliação crítica direcionada aos políticos individualmente.

No entanto, é importante ressaltar que ambas as avaliações permanecem em patamares relativamente baixos, refletindo um cenário de insatisfação generalizada com a atuação tanto dos agentes políticos quanto da estrutura administrativa. Percebe-se empiricamente a gestão pública como uma estrutura mais impessoal e complexa, o que pode atenuar, em parte, a avaliação negativa. Há uma percepção de que o governo é uma entidade distante e inatingível, responsável pela administração e imposição de regras, enquanto a população adota uma postura passiva, aceitando as diretrizes sem questionamento ou participação, ou seja, o modelo de cultura súdita. Por sua vez, os políticos eleitos são frequentemente associados a práticas clientelistas, corrupção e falta de representatividade, o que reforça a visão negativa em relação a eles.

Embora práticas clientelistas possam suprir necessidades imediatas da população em situação de vulnerabilidade social, elas reforçam relações de dependência, dificultam a construção de cidadania ativa e perpetuam a exclusão social. A presença de práticas clientelistas ajuda a explicar a aparente contradição entre os dados da pesquisa e a realidade do Areias de Baixo. Embora o Gráfico 31 indique certa proximidade entre os representantes políticos e a população local, quando questionados sobre a relação entre políticos e moradores do bairro, 60,9% dos entrevistados a classificam como ruim e distante (Gráfico 34).

Gráfico 34 – Falta de entrosamento entre os políticos e os cidadãos/moradores no bairro



Fonte: Dados do autor.

A falta de entrosamento apontada pelos moradores sugere uma relação frágil de confiança e colaboração mútua entre políticos e cidadãos, evidenciando também a ausência de representatividade política da população do bairro nos espaços de poder. O clientelismo, ao distorcer a relação entre o Estado e os cidadãos, substitui vínculos institucionais sólidos, transparentes e participativos por relações superficiais e despolitizadas. Nesse contexto, os moradores tendem a se sentir desconectados dos políticos, das políticas públicas e das ações governamentais que poderiam, de fato, atender às suas demandas concretas.

Embora os dados desta pesquisa evidenciem uma insatisfação com os políticos eleitos no bairro, esse sentimento contrasta com a votação expressiva e a eleição consecutiva do vereador Léo de Areias, filiado ao Partido Liberal (PL). Sua liderança local, consolidada ao longo de três mandatos consecutivos (2013-2016, 2017-2020 e 2021-2024), fundamenta-se em uma comunicação direta e emocional, capaz de

dialogar com eficácia com as dores, necessidades e aspirações da população. Essa estratégia é evidenciada em sua apresentação no portal da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves (2025), que destaca sua atuação voltada à proposição de medidas para o atendimento direto das demandas locais. Entre suas principais ações estão a solicitação de melhorias em infraestrutura administrativa e de saúde, a criação de uma linha de transporte público, a implantação de academias ao ar livre, a aquisição de micro-ônibus para transporte de pacientes e o apoio a trabalhadores rurais. Também sobressaem seu envolvimento em eventos comunitários, o incentivo ao esporte amador e a atenção direcionada a pessoas idosas e com deficiência. Sua atuação é retratada como a de um articulador político comprometido com a mediação de demandas populares junto ao Poder Executivo Municipal e ao governo estadual, com ênfase nas áreas de trânsito, transporte, saúde, educação, obras e meio ambiente (Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, 2025).

Em seus materiais de divulgação nas redes digitais, o parlamentar se apresenta como principal mediador ou solucionador direto das demandas comunitárias, especialmente na área de infraestrutura. Promessas recorrentes de pavimentação de ruas, ampliação das redes de água e esgoto e a construção de escolas e unidades de saúde são situações frequentemente mobilizadas como capital político. Essa forma de intermediação reforça práticas clientelistas, nas quais o acesso a direitos fundamentais é condicionado à figura do representante político ao invés de ser assegurado por meio de políticas públicas.

Essa narrativa institucional reforça uma imagem de proximidade, pragmatismo e eficiência, características que tendem a gerar reconhecimento simbólico e político nas periferias urbanas. O caso do vereador Léo de Areias ilustra como se constitui um *ethos* político-religioso particular através da sacralização da mediação: quando assume características carismáticas similares às lideranças religiosas, apresentando-se como canal exclusivo de acesso a benefícios; através da economia moral da ajuda: apresentando as pequenas conquistas materiais (transporte escolar, mobiliário público) como dádivas pessoais, não como direitos; e por fim, erotização do cotidiano: sua participação em eventos comunitários (cavalgadas, torneios esportivos) cria uma teatralização da proximidade que mascara assimetrias de poder muitas vezes construída com base na proximidade, seja ela real ou simbólica. É possível sugerir que políticos como Léo de Areias conseguem criar a sensação de que “são um dos nossos” ou de que entendem a realidade local, mesmo que isso nem sempre corresponda aos

fatos. Essa identificação cultural e emocional é um ponto-chave para alimentar a atitude de passividade entre os moradores.

O vereador se apresenta como um agente capaz de oferecer soluções rápidas e acessíveis para problemas complexos — característica especialmente atrativa em contextos marcados por desafios estruturais e pela sensação de abandono por parte das instituições formais. Sua atuação em Areias de Baixo o caracteriza como um parlamentar de perfil “paroquialista”, inclusive pelo uso político do nome do bairro. Segundo Rocha (2015), “esse termo designa parlamentares cuja atuação se concentra na destinação de recursos e benefícios a regiões geográficas específicas, geralmente coincidentes com seus redutos eleitorais” (Rocha, 2015, p. 588).

A conduta de Léo de Areias reflete uma estratégia recorrente em sistemas representativos com forte enraizamento territorial, nos quais o êxito político depende da capacidade de canalizar obras, investimentos e serviços para a comunidade de origem. Essa lógica aproxima-se do clientelismo, pois pressupõe o controle do acesso a recursos por meio de redes informais e relações assimétricas de troca. Nesse arranjo, o Estado atua como um distribuidor paternalista de benefícios em troca de apoio, reproduzindo padrões personalistas de representação que priorizam ganhos imediatos em detrimento de políticas públicas estruturantes (Nunes, 2013).

Esse modo de atuação contribui para a reprodução de um ciclo de dependência política, no qual a busca por melhorias coletivas é mediada por relações personalistas e acordos informais. Em vez de fomentar uma cidadania ativa e emancipada, essa configuração gera uma participação marcada pela assimetria, onde o acesso a direitos se dá de forma fragmentada e condicionada. Conforme afirma Rocha (2009), “em sociedades onde as instituições públicas se pautam pelo autoritarismo, pela coerção e pelo clientelismo, a mobilização do poder local torna-se dificultada, e as experiências participativas bem-sucedidas permanecem restritas” (Rocha, 2009, p. 863).

Tais práticas minam a construção de uma cultura democrática, ao deslocar o foco dos eleitores de propostas coletivas para recompensas imediatistas ou vínculos pessoais. A qualidade da representação é comprometida, uma vez que as escolhas eleitorais se baseiam mais em promessas pontuais do que em compromissos públicos duradouros.

Essa dinâmica é agravada por um histórico de ausência do Estado em políticas urbanas inclusivas. A escassez de políticas estruturantes nas periferias obriga os moradores a dependerem de intervenções localizadas e assistencialistas, que não

solucionam os problemas de forma definitiva, mas os administram e perpetuam. Nesse cenário, políticos se aproveitam das carências locais para trocar favores por apoio político, reforçando desigualdades e fragilizando a noção de cidadania ao transformar direitos em concessões condicionadas.

Apesar disso, a periferia também é espaço de resistência e organização. Movimentos sociais urbanos articulam demandas por direitos como habitação e mobilidade, funcionando como pontes entre a população e o poder público. No caso de Areias de Baixo, a atuação da ONG Reviva Areias e de coletivos de mulheres nas redes digitais — descritos no Capítulo 4 — revela a presença de práticas participativas. Essa cultura política emergente se expressa na criação de espaços onde os moradores não apenas reconhecem o sistema político, mas se engajam nele. No entanto, esse engajamento ainda é limitado por estruturas de poder que reforçam a centralidade das lideranças tradicionais e o papel passivo da população.

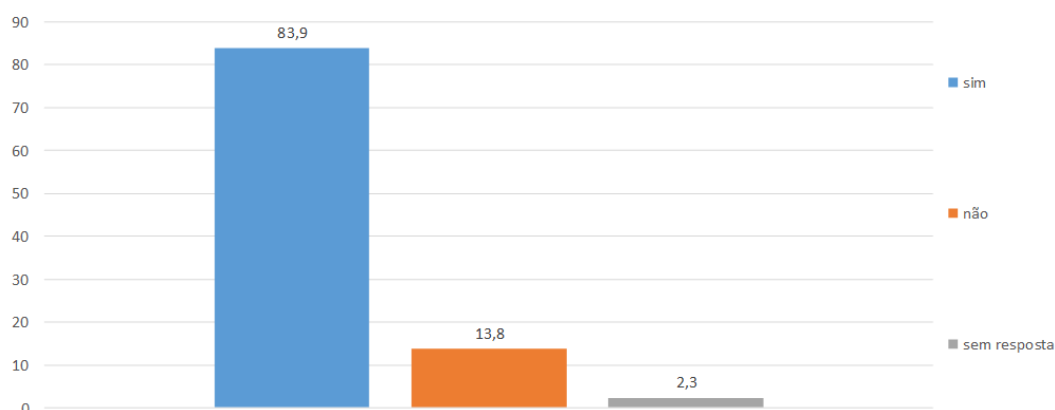
Embora os entrevistados expressem interesse em questões políticas e reconheçam a importância da mobilização, suas expectativas em relação aos representantes revelam uma visão instrumental da cidadania. Para muitos, o voto é compreendido mais como moeda de troca do que como direito. Isso é alimentado por um sistema que apresenta a provisão de direitos como favores seletivos, sustentando um padrão de exclusão e dependência.

O bairro Areias de Baixo ilustra a persistência de traços paroquialistas em contextos urbanos contemporâneos. Embora o conceito de cultura política paroquial, em seu sentido clássico, esteja associado a sociedades tradicionais, ele mantém relevância como ferramenta analítica para compreensão de realidades marcadas pelo personalismo e pela centralidade de lideranças locais. No caso analisado, observa-se uma forte imbricação entre vida cotidiana e dinâmica política, mediada por atores religiosos e políticos que operam como figuras de referência comunitária. Essa configuração revela uma cultura política híbrida, na qual coexistem elementos da cultura paroquial, da cultura de sujeição — marcada pelo reconhecimento das instituições estatais, mas com baixa agência política — e da cultura participativa, expressa em formas coletivas de mobilização e reivindicação, conforme a tipologia proposta por Almond e Verba (1963).

Foi possível identificar a coexistência dessas formas políticas entre os entrevistados. Quando questionados sobre quem deveria ser responsável pela solução dos problemas locais, 83,9% indicaram a mobilização da própria comunidade (Gráfico 35), sinalizando uma disposição à ação coletiva. Por outro lado, 97,2% apontaram os

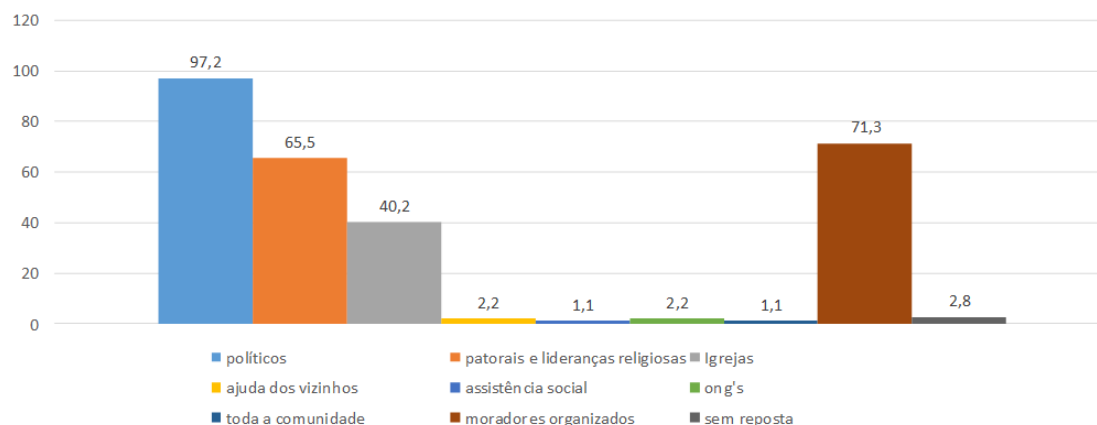
políticos como principais agentes de mudança (Gráfico 36), revelando a persistência de uma cultura de dependência. Essa tensão evidencia um cenário híbrido, no qual o reconhecimento da importância da participação convive com práticas que reproduzem assimetrias e limitam o exercício pleno da cidadania.

Gráfico 35 – Respostas à questão: se os moradores se mobilizassem, conseguiriam melhorias para o bairro?



Fonte: Dados do autor.

Gráfico 36 – Respostas à questão: quem deveria agir para conseguir resolver os problemas do bairro?



Fonte: Dados do autor.

A ambiguidade entre a crença na mobilização comunitária como instrumento de transformação e a expectativa de que os políticos devam resolver os problemas do bairro expressa a complexidade das relações entre a sociedade civil e o poder público. De um lado, 71,3% dos moradores reconhecem a importância da ação coletiva (Gráfico 36), indicando que percebem a união e a iniciativa da comunidade

como caminhos para pressionar por melhorias. Essa percepção aponta para uma concepção de cidadania em que o sujeito assume protagonismo na mudança de seu entorno. Por outro lado, a maioria ainda deposita nos representantes políticos a principal responsabilidade pela resolução das demandas (Gráfico 36), o que sugere uma possível desconfiança quanto à eficácia da mobilização local ou, ainda, a compreensão de que transformações estruturais dependem, em última instância, das esferas institucionais.

Essa tensão compromete o engajamento político: embora exista a valorização da organização coletiva, ela não se traduz necessariamente em disposição prática para assumir esse papel. Tal postura favorece a inércia e gera um estado de espera passiva por soluções externas. Como consequência, instala-se uma dinâmica de dependência em relação ao poder público, dificultando o fortalecimento de uma cidadania ativa. A vulnerabilidade social — evidenciada pelas avaliações negativas dos moradores em relação a serviços como saneamento, transporte público e segurança — aprofunda essa percepção de que os problemas só podem ser resolvidos “de cima”, por meio de ações estatais. Essa lógica contribui para o distanciamento entre os cidadãos e os mecanismos de participação, desestimulando a atuação autônoma mesmo diante das carências.

Ainda assim, a prevalência de uma cultura política orientada pela não participação não elimina a existência de iniciativas de resistência e organização no território. Há exemplos de mobilização voltados a questões urgentes como a escassez de água, as falhas no transporte ou a falta de infraestrutura básica. Essas ações, motivadas por necessidades cotidianas, expressam a disposição de enfrentar coletivamente o abandono institucional. No entanto, essas experiências organizativas também carregam contradições: muitos dos envolvidos mantêm vínculos com figuras políticas tradicionais, seja por promessas eleitorais ou laços pessoais, reproduzindo, ainda que involuntariamente, lógicas clientelistas. Esse movimento simultâneo entre autonomia e dependência revela a complexidade da articulação política nas periferias, onde práticas participativas coexistem com estratégias informais de mediação e troca.

Essa ambivalência também se manifesta na concepção de cidadania. Mais do que o simples cumprimento de deveres ou o acesso a direitos garantidos por lei, ela aparece aqui como um processo em disputa, atravessado por experiências de exclusão e pela busca por reconhecimento e dignidade. A mobilização comunitária, quando ocorre, pode ser compreendida como exercício de cidadania ativa, ao passo que as práticas clientelistas reforçam um modelo passivo, no qual os direitos são interpretados como

concessões, e não como garantias universais. Essa tensão dificulta a consolidação de uma democracia baseada na participação efetiva e no engajamento político dos cidadãos na formulação de políticas públicas.

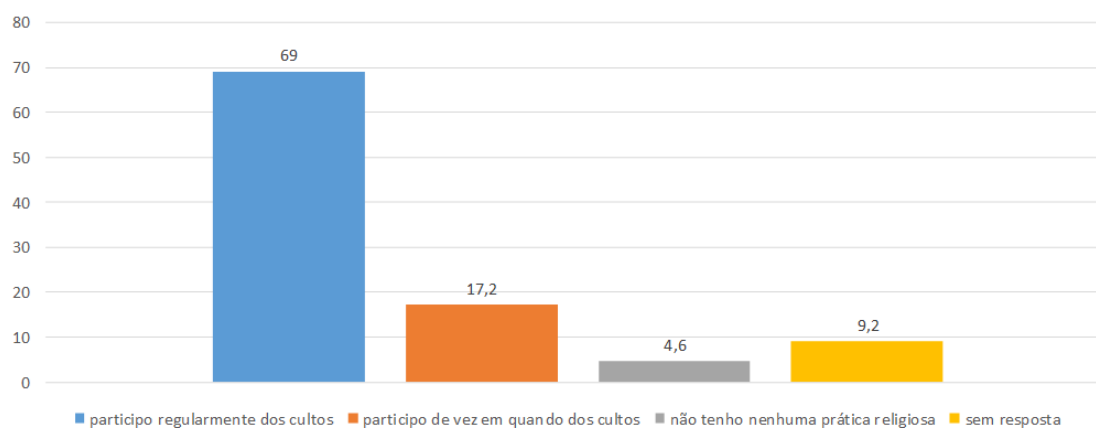
A análise da dinâmica de *passivação política* em Areias de Baixo evidencia não apenas os limites da atuação política local, mas também os dilemas que atravessam a política urbana nas periferias. Mais do que um retrato da desigualdade estrutural imposta por um modelo excludente de urbanização, o caso lança questionamentos sobre a capacidade das instituições estatais e da sociedade civil de produzir alternativas à apatia e à desconfiança generalizada. Trata-se de um cenário em que a precariedade material se articula com a fragilidade da representação política, produzindo obstáculos concretos ao exercício pleno da cidadania. A exclusão vivenciada nesses territórios não é apenas socioeconômica ou espacial, mas também política — marcada pela ausência de canais eficazes de escuta, interlocução e deliberação popular.

6 IGREJAS E PODER LOCAL

Este capítulo tem como objetivo analisar as percepções dos entrevistados sobre a atuação e a influência das igrejas na dinâmica local, analisando como essas instituições transcendem o âmbito espiritual (orações, celebrações, pregações, rituais, orientação moral e ensinamentos religiosos) para se tornarem agentes de transformação social e/ou mobilização política junto da população local. Em um contexto marcado pela carência de serviços públicos e pela exclusão social, as igrejas podem se apresentar como espaços de acolhimento, organização e resistência, mediando não apenas nas relações entre os indivíduos e a fé, mas também entre a comunidade e as estruturas de poder político. Busca-se identificar se a presença das igrejas no Areias de Baixo contribui para a construção de redes de solidariedade, a promoção de demandas coletivas e a reconfiguração de comportamentos políticos.

As respostas obtidas na aplicação de questionários entre os moradores do bairro entrevistados, indicam que a prática religiosa é expressiva, com 69% frequentando regularmente os cultos (Gráfico 37). É importante destacar que, conforme apresentado no perfil dos entrevistados, 86,2% se declararam seguidores da religião católica, 5,3% identificam-se como evangélicos, 2,3% seguem religiões de matriz africana e outros 2,3% afirmaram não ter vínculo com nenhuma religião. Como a maioria dos entrevistados se declarou católica, os resultados refletem predominantemente análises baseadas nas opiniões desse grupo, pois a maioria dos questionários foi aplicada a pessoas vinculadas à comunidade católica local, devido à dificuldade de acesso às igrejas pentecostais da região, o que pode ter influenciado o perfil religioso predominante entre os respondentes.

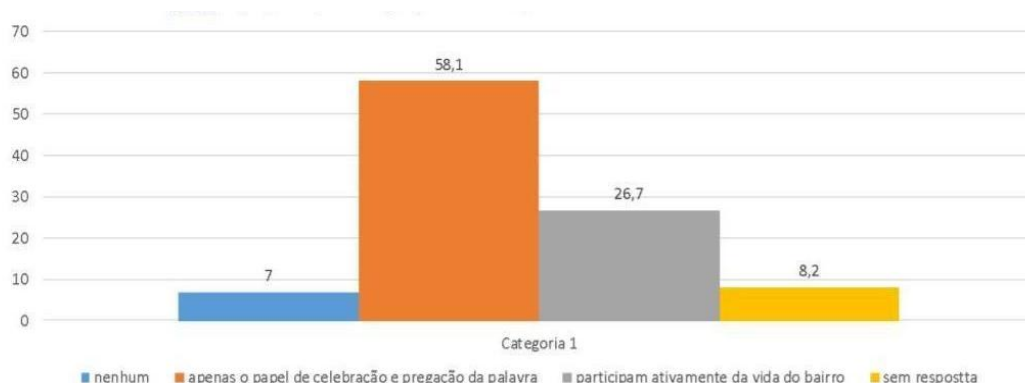
Gráfico 37 – Tipo de prática: frequência a cultos



Fonte: Dados do autor.

Há entre os entrevistados uma percepção significativa de que a atuação das igrejas se limita a funções litúrgicas e espirituais (Gráfico 38), já que 58,1% acreditam que seu papel se restringe à celebração e à pregação. Isso sugere que, apesar do envolvimento religioso, muitos não enxergam a Igreja como uma instituição com impacto social mais amplo.

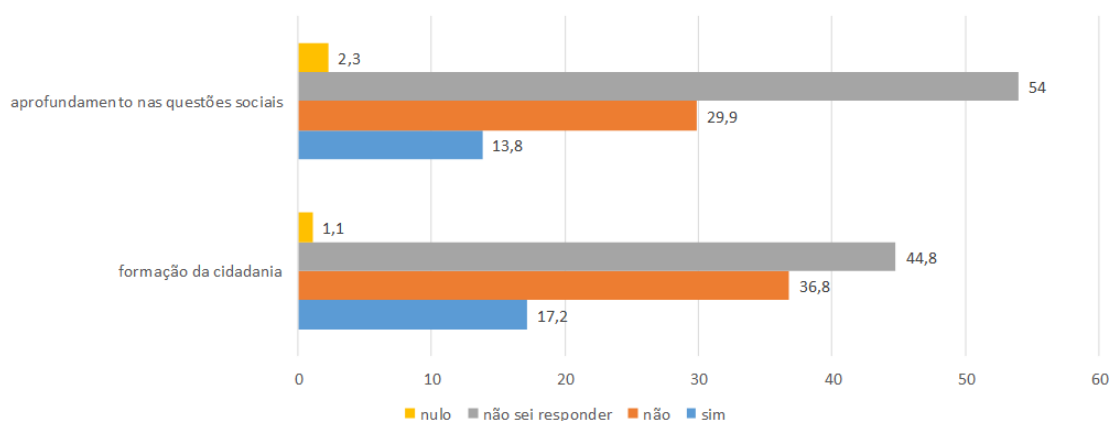
Gráfico 38 – O papel das igrejas



Fonte: Dados do autor.

Quando questionados sobre as ações das igrejas do bairro em relação a questões sociais e de cidadania (gráfico 38), a maioria dos entrevistados não soube identificar com clareza quais tipos de colaboração essas instituições oferecem à comunidade. Quando questionados sobre o envolvimento das igrejas no aprofundamento das questões sociais, apenas 13,8% responderam positivamente, enquanto, em relação à formação para a cidadania, esse percentual foi de 17,2%.

Gráfico 39 – Colaboração que as igrejas oferecem aos moradores quanto ao aprofundamento das questões sociais e formação da cidadania



Fonte: Dados do autor.

O fato de 54% dos entrevistados não saberem responder se as igrejas do bairro oferecem “aprofundamento das questões sociais” e 44,8% não saberem dizer se promovem “formação da cidadania” (Gráfico 39) pode apontar tanto para uma dificuldade de compreensão em relação ao conteúdo das perguntas quanto para uma possível ausência de abordagens explícitas sobre essas temáticas nas práticas religiosas locais. Nesse sentido, é possível pensar que, embora as igrejas exerçam um papel significativo no acolhimento espiritual e comunitário, sua atuação no campo da conscientização política e da transformação social mostra-se limitada. Essa lacuna reforça a percepção de que as igrejas, em muitos casos, deixam de estimular reflexões críticas e iniciativas voltadas ao enfrentamento das estruturas que sustentam as desigualdades e mantêm o *status quo* favorável às elites políticas e econômicas.

Como discutido no capítulo 2, o ideal de uma cidadania ativa e da construção coletiva do bem comum encontra obstáculos em determinadas práticas sociais que, embora promovam a coesão comunitária, contribuem pouco para a formação de sujeitos politicamente conscientes e engajados. É o caso de muitas igrejas, que, ao evitarem o debate sobre questões estruturais e a crítica às desigualdades, acabam por reforçar uma cidadania de baixa intensidade, desmobilizada e funcional à reprodução do *status quo*. Ao analisar as relações entre política e religião, Burity (2008) afirma que

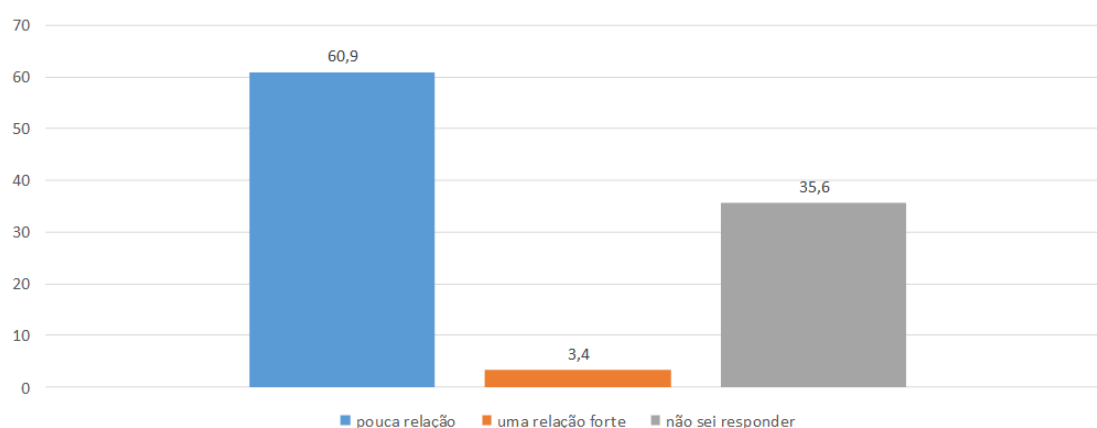
ora esses processos contribuem para caracterizar formas pluralistas e dialógicas de convivência e de enfrentamento de problemas sociais e políticos, ora apontam para o estreitamento dos canais de comunicação e para a escalada da violência e da intolerância. Em muitos países, organizações, movimentos e pessoas ligadas a diferentes religiões ocupam espaços de representação e de participação, em seu próprio nome ou como parte da sociedade civil organizada (Burity, 2008, p. 84).

Conforme o autor, as lideranças religiosas atuantes em periferias urbanas frequentemente promovem uma visão conservadora da sociedade, respaldando projetos políticos que mantêm privilégios e dificultam a redução das desigualdades sociais. No bairro Areias, onde as disparidades sociais são evidentes, esse conservadorismo se manifesta de maneira particularmente significativa. Líderes religiosos do bairro, muitas vezes inseridos em igrejas evangélicas de base comunitária, exercem forte autoridade simbólica e social, contribuindo para a conformação de uma cultura política pautada em valores tradicionais, obediência à ordem e resistência a pautas progressistas. Ao assumirem posturas alinhadas a discursos conservadores e, por vezes, reforçando o distanciamento da população em relação à participação crítica na política institucional,

essas lideranças acabam por naturalizar as condições de desigualdade, deslocando o foco das lutas sociais para soluções individuais baseadas na fé e na moral.

Os dados coletados na pesquisa (Gráficos 40 e 41), revelam uma percepção ambígua por parte dos entrevistados no que se refere à relação entre política e religião. De acordo com os resultados, 60,9% dos entrevistados percebem pouca relação entre política e religião no contexto local (Gráfico 40), o que sugere uma certa distância ou desconexão entre as ações de prefeitos e vereadores e as práticas religiosas no cotidiano do bairro.

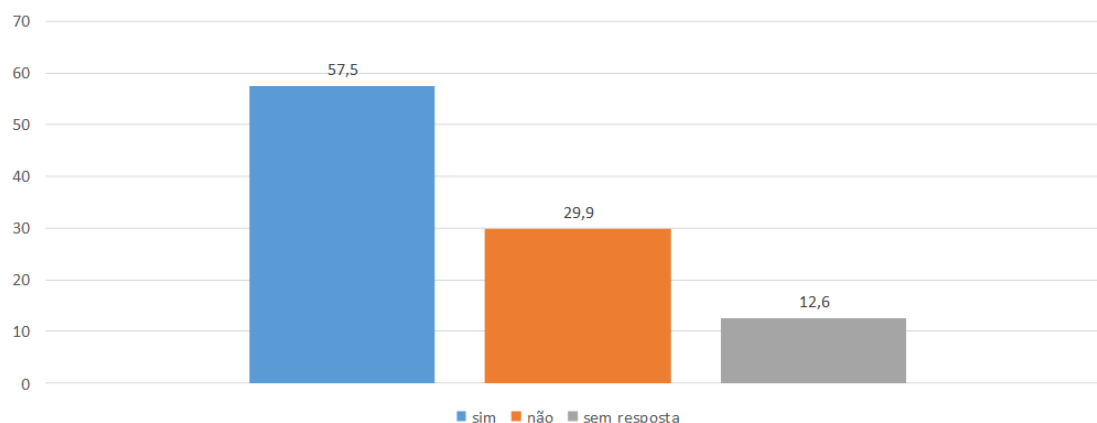
Gráfico 40 – Existência da relação entre política e religião no bairro Areias de Baixo



Fonte: Dados do autor.

A aparente separação entre religião e política não implica a inexistência de influências mútuas, uma vez que 57,5% dos entrevistados reconhecem que a relação entre política e religião pode, de alguma forma, interferir na vida dos moradores (Gráfico 41).

Gráfico 41 – A interferência da relação entre política e religião na vida dos moradores do bairro



Fonte: Dados do autor.

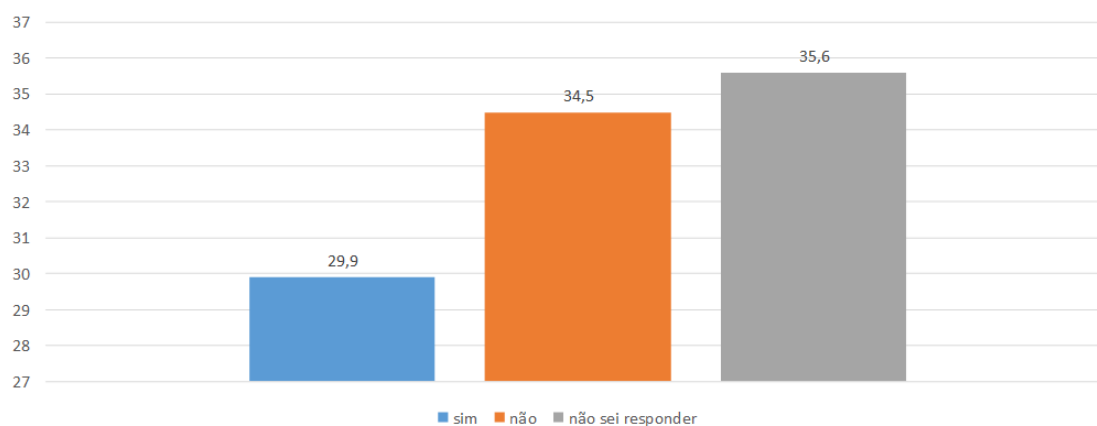
A contradição expressa nas respostas dos entrevistados (Gráficos 40 e 41) indica que, embora a conexão direta entre política e religião não seja percebida como forte ou explícita, os impactos indiretos dessa relação ainda se fazem presentes, seja por meio de valores (moral cristã, valorização da família, promoção da justiça social) disseminados pelas instituições religiosas, seja pela atuação de líderes religiosos que eventualmente transitam entre os dois campos. Como aponta Joanildo Burity (2008), “não se pode mais ignorar a visibilidade pública da religião na cena contemporânea. Quer no plano da cultura e do cotidiano, quer no da esfera pública e da política, os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu *ethos*, suas demandas, nas mais diversas direções” (Burity, 2008, p. 84). Mesmo que a interação entre política e religião não seja vista como central no bairro na percepção dos entrevistados, sua influência pode moldar comportamentos e dinâmicas comunitárias, refletindo-se na vida cotidiana dos moradores. Além disso, podem exercer influência sobre comportamentos, opiniões e escolhas dos eleitores durante as eleições.

Conforme Burity (2008), muitas igrejas exercem um papel relevante na mobilização eleitoral. Isso ocorre porque a relação de confiança e fidelidade dos fiéis permite que líderes religiosos influenciem suas decisões políticas, orientando e incentivando determinados posicionamentos e escolhas durante o processo eleitoral. Essa mobilização, porém, é frequentemente ambígua: ao mesmo tempo que promove um certo engajamento, também pode estimular práticas conservadoras e clientelistas, dependendo das alianças estabelecidas.

As igrejas ocupam um espaço central na vida de muitas comunidades, especialmente nas periferias urbanas. Segundo Mariano (2013), essas instituições, em alguns locais, não apenas oferecem suporte espiritual, mas também atuam como provedoras de assistência social, educação e até mesmo como mediadoras de conflitos locais. Essa capacidade de atuação multifacetada confere às igrejas uma legitimidade que é raramente alcançada por outras instituições, incluindo o próprio Estado. Além disso, a proximidade física e emocional que os líderes religiosos mantêm com suas comunidades facilita a identificação de demandas locais e a mobilização de recursos para atendê-las. Como destacam Machado e Burity (2014), essa relação de confiança e representatividade cria uma importante oportunidade para que as igrejas atuem como atores sociais estratégicos em contextos em que a presença do Estado é limitada ou ineficaz.

Quando questionados sobre a prática de lideranças religiosas apresentarem ou apoiarem candidatos durante os períodos eleitorais no bairro, 35,6% dos entrevistados não souberam responder se as lideranças religiosas locais apoiam ou indicam algum candidato específico, 34,5% afirmaram que as lideranças religiosas não indicam candidatos, e 29,9% disseram que sim (Gráfico 42).

Gráfico 42 – Opinião dos entrevistados se é costume alguma liderança religiosa apresentar e apoiar candidatos em períodos de eleição no bairro



Fonte: Dados do autor.

Embora a maioria dos entrevistados não soubesse afirmar se as lideranças religiosas locais apresentam ou apoiam algum candidato específico, foi possível observar no Areias de Baixo a influência de líderes religiosos sobre seus fiéis no contexto eleitoral. Em conversas durante o trabalho de campo, líderes religiosos foram mencionados como figuras centrais na mediação de votos em troca de promessas de

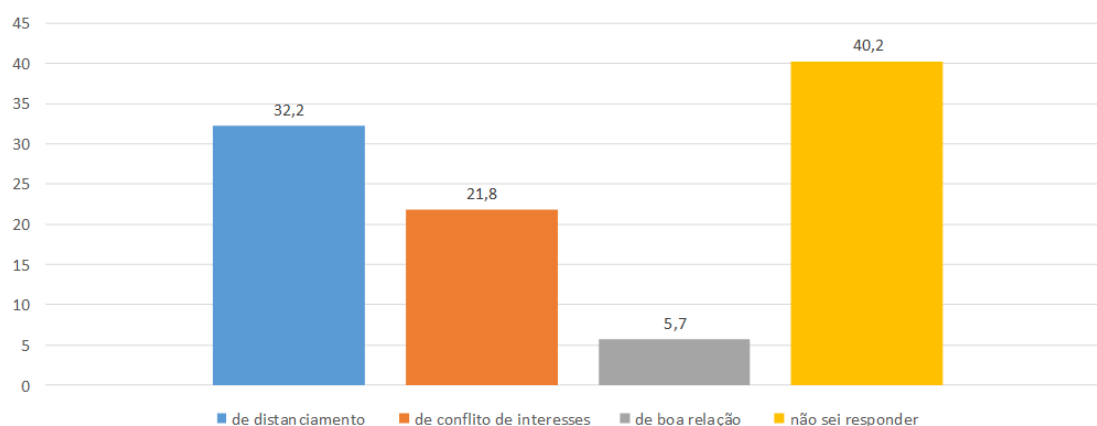
benefícios institucionais, como a concessão de terrenos, isenções fiscais e apoio a eventos religiosos locais. Contudo, esse protagonismo pode se revelar ambíguo: embora favoreça a inclusão social e a mobilização coletiva, também pode abrir espaço para a cooptação de lideranças comunitárias por interesses políticos, comprometendo sua autonomia e reforçando práticas clientelistas que perpetuam a dependência dos moradores em relação às estruturas de poder. Esse processo se insere em uma dinâmica mais ampla, historicamente constituída nas periferias urbanas brasileiras, onde a política opera frequentemente em regimes de informalidade, ou seja, vinculada a formas informais de organização e poder.

A persistência das favelas tem produzido uma série de espaços para a política e para atores sociais cuja própria existência está ligada à constituição de regimes de informalidade e que, historicamente, moldaram o desenvolvimento desses lugares como favelas, em oposição à chamada cidade “formal”. Os agentes políticos locais, a Igreja Católica, a política sindical, os arranjos clientelistas, os agentes comunitários, a “sociabilidade violenta” (Machado, 1995 *apud* Cavalcanti, 2013, p. 195).

A atuação das igrejas nas periferias, embora promova transformações individuais significativas, pode se articular com interesses eleitorais, contribuindo para práticas de cooptação e dificultando a efetivação de políticas públicas inclusivas (Fonseca, 2020). Segundo o autor, a intersecção entre religião, política e território periférico revela dinâmicas complexas de poder, que tanto podem fomentar formas de mobilização social quanto reforçar estruturas de exclusão. Nesse contexto, as instituições religiosas exercem papel estratégico ao influenciar o comportamento político de suas comunidades, muitas vezes fortalecendo projetos partidários que, embora não priorizem a justiça social ou a equidade, mantêm-se sustentados por uma base eleitoral coesa e alinhada a seus valores morais e ideológicos.

Sobre a relação de interesses e a possível influência entre os políticos e os religiosos no bairro Areias de Baixo, 40,2% dos entrevistados não souberam responder, 5,7% consideraram essa relação boa, 21,8% consideraram que nesta relação há conflito de interesses e 32,2% a consideram distante (Gráfico 43).

Gráfico 43 – A relação entre os políticos e os religiosos



Fonte: Dados do autor.

Os 32,2% que acreditam no distanciamento entre políticos e religiosos, juntamente com os 21,8% que apontam conflitos de interesse, revelam tensões que afastam esses dois grupos (Gráfico 43). Isso ocorre ainda que, ocasionalmente, possam trabalhar de forma colaborativa e compartilhar objetivos comuns, como a promoção do bem-estar das comunidades em que atuam. A articulação entre políticos e religiosos é movida por interesses específicos. Para os políticos, a aproximação com líderes religiosos representa uma estratégia eficaz de mobilização eleitoral, uma vez que esses líderes possuem grande capacidade de influência sobre seus fiéis. Exemplos são as igrejas evangélicas, em particular, que, conforme aponta Oro (2003), têm se tornado atores políticos relevantes, capazes de mobilizar grandes contingentes de votos em troca de benefícios ou em apoio a determinadas pautas.

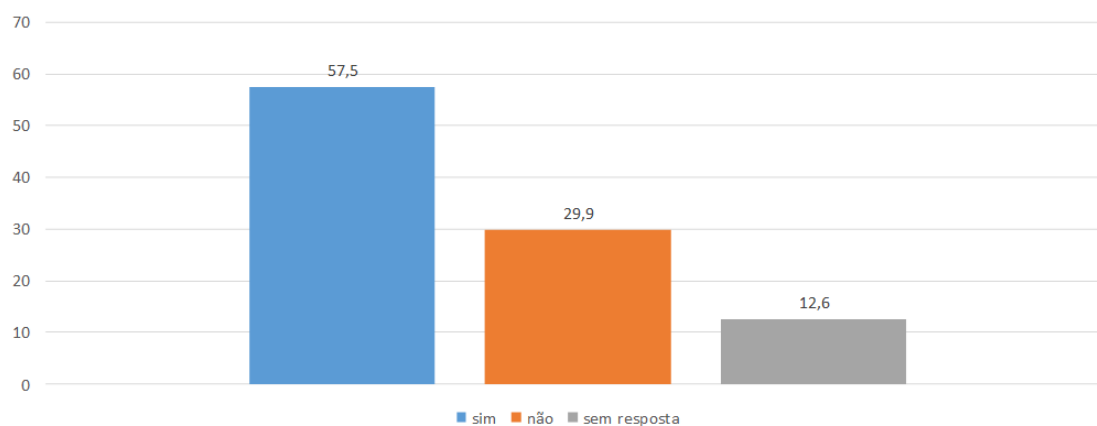
Por sua vez, os líderes religiosos buscam, nessa relação, ampliar seu poder de influência e obter recursos para suas comunidades e instituições. Essa troca de favores entre políticos e religiosos, no entanto, nem sempre se traduz em benefícios reais para a população. Os interesses particulares tanto de políticos quanto de lideranças religiosas podem se sobrepor às necessidades coletivas, provocando um distanciamento entre esses atores e as comunidades que deveriam representar. Por exemplo, como pode ser observado no Areias de Baixo, políticos se veem pressionados a atender demandas específicas de grupos religiosos influentes, como a liberação de recursos para obras em templos ou apoio a pautas conservadoras, o que pode restringir sua autonomia e gerar tensões com outros setores da sociedade civil, como movimentos sociais e grupos de direitos humanos. Por outro lado, líderes religiosos que se alinham publicamente a determinados políticos ou partidos correm o risco de comprometer sua legitimidade

diante da comunidade, especialmente quando esses representantes se envolvem em escândalos de corrupção ou não cumprem as promessas feitas durante a campanha.

A instrumentalização da fé para fins políticos tem sido alvo de críticas, tanto por parte de estudiosos quanto da própria sociedade. Como destacam Machado e Burity (2014), a “politização das igrejas” e a “religiosização da política”, termos usados pelos autores, podem levar à fragmentação do tecido social, uma vez que os interesses particulares de grupos religiosos e políticos passam a se sobrepôr às necessidades coletivas. A “politização da Igreja” é o processo em que instituições religiosas se envolvem ativamente em questões políticas, influenciando ou orientando a atuação política de seus membros. A “religiosização da política” é quando valores e princípios religiosos passam a influenciar ou moldar as decisões políticas e as políticas públicas.

A relação entre políticos e religiosos é marcada por uma complexa rede de interesses, oscilando entre a colaboração e o conflito, refletindo as contradições de um contexto social marcado pela desigualdade e pela busca de poder político. A interferência da relação entre política e religião na vida dos moradores foi reconhecida por 57,5% dos entrevistados, conforme apresentado no Gráfico 44, sendo avaliada de maneira predominantemente negativa.

Gráfico 44 – Resposta à questão: a relação entre política e religião interfere na vida dos moradores do bairro?

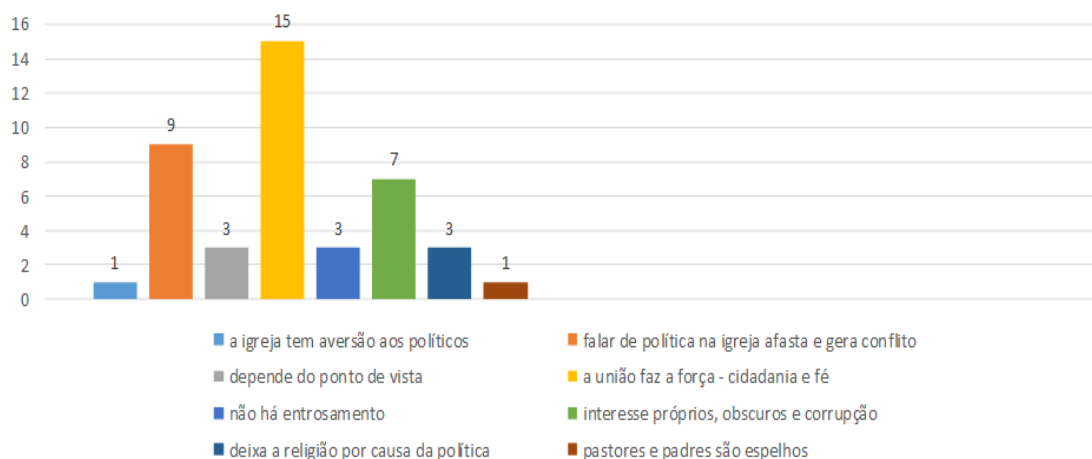


Fonte: Dados do autor.

Quando os participantes reconhecem a relação entre religião e política, tendem a associá-la a aspectos negativos, como revelam as respostas à pergunta aberta do questionário (Gráfico 45). Entre os relatos, destacam-se percepções da Igreja como tendo “aversão aos políticos”, “a ideia de que discutir política no ambiente religioso

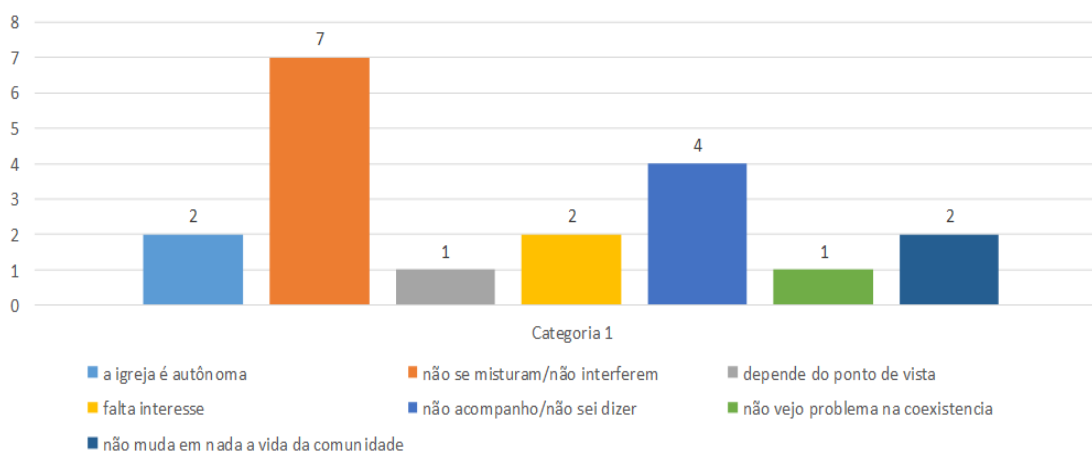
afasta fiéis e gera conflitos”, além de menções explícitas a “interesses próprios, obscuros e corrupção”.

Gráfico 45 – Opinião dos entrevistados do porquê a relação entre política e religião interfere na vida dos moradores do bairro Areias de Baixo



Fonte: Dados do autor.

Gráfico 46 – Opinião dos entrevistados do porquê a relação entre política e religião não interfere na vida dos moradores do bairro Areias de Baixo

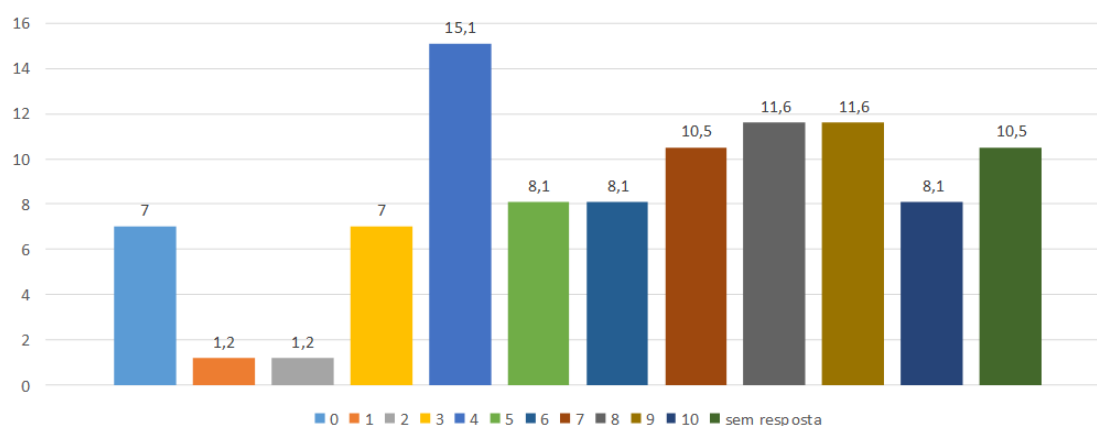


Fonte: Dados do autor.

Por outro lado, quando os respondentes afirmam não haver relação entre os dois campos, essa percepção também é interpretada negativamente, seja pela ideia de que “não se misturam/não interferem”, seja pela “falta de interesse” ou pela crença de que “não muda em nada a vida da comunidade”, como reforçado no Gráfico 46. Dessa forma, independentemente da existência ou não de vínculos entre religião e política, a avaliação predominante entre os entrevistados é desfavorável.

No entanto, é importante destacar que as igrejas também podem atuar como espaços de transformação social. Na pesquisa, 49,9% dos entrevistados atribuíram nota entre 6 e 10 para a colaboração da Igreja à qual pertencem no enfrentamento dos problemas sociais, enquanto 39,6% deram uma nota entre 0 e 5 (Gráfico 47).

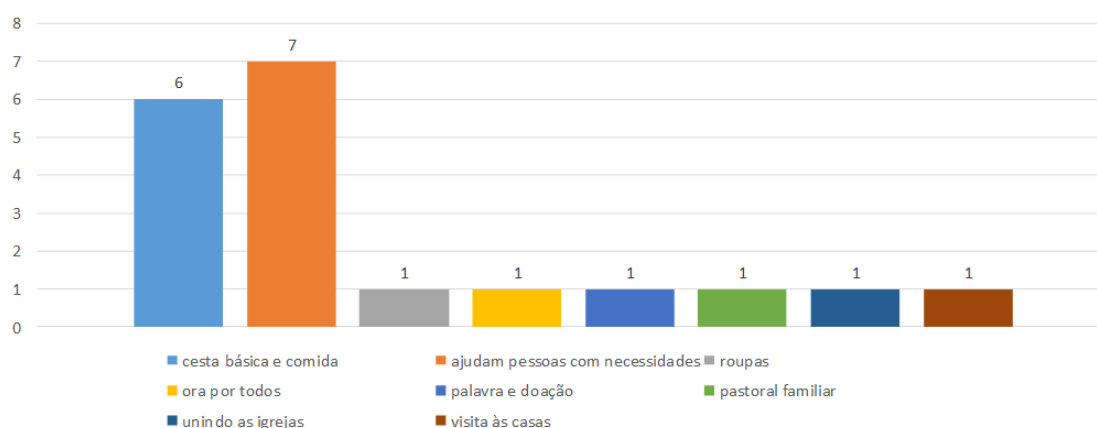
Gráfico 47 – Colaboração que a igreja da qual faz parte oferece para o enfrentamento dos problemas sociais



Fonte: Dados do autor.

Os dados desta pesquisa indicam que as igrejas desempenham um papel fundamental como espaços de acolhimento e redes de apoio para muitos moradores, oferecendo um senso de pertencimento e estratégias para enfrentar adversidades. As igrejas muitas vezes oferecem suporte material direto, como cestas básicas, doações diversas (para, por exemplo, medicamentos e construções), visitas às residências, assistência jurídica e apoio a programas de reabilitação para dependentes químicos e suas famílias (Gráfico 48), passando a desempenhar, ainda que de maneira pontual, funções substitutivas de um Estado cuja atuação se mostra ineficaz na implementação de políticas públicas.

Gráfico 48 – Como as igrejas participam da vida no bairro



Fonte: Dados do autor.

Observa-se que a atuação das igrejas no bairro está fortemente vinculada à assistência imediata às necessidades urgentes da população, como indicado pelos dados do gráfico acima. No entanto, assim como os agentes políticos locais, líderes religiosos — como pastores e padres — tendem a restringir sua intervenção ao plano assistencial, sem avançar para a promoção de transformações sociais mais estruturantes. As reuniões e cultos, embora funcionem como espaços de acolhimento e suporte emocional, concentram-se predominantemente em questões espirituais e financeiras, evitando o engajamento em pautas políticas que envolvam a luta por direitos e a melhoria das condições de vida. Essa desconexão entre o discurso religioso e as demandas concretas da comunidade contribui para a reprodução de uma cultura de desmobilização, alimentando sentimentos de alienação, frustração e impotência entre os fiéis. Trata-se, portanto, de uma atuação que, ao priorizar respostas imediatas e individuais, acaba por enfraquecer a construção de formas coletivas e críticas de ação política.

As igrejas do Areias de Baixo, apresentadas por meio de discursos que enaltecem a meritocracia e a vontade de Deus, contribuem para a legitimação de posições sociais hierárquicas e para a responsabilização individual pela pobreza, desviando o foco das causas estruturais (problemas nas áreas de saúde, educação, transporte e lazer, evidenciados pelos dados desta pesquisa) que geram e mantêm a exclusão social. Essa narrativa molda uma subjetividade que limita o potencial de mobilização política e busca por direitos, reforçando a *passivação política*.

7 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como foco a compreensão das condições de vida e os mecanismos sociais que contribuem para a *passivação política* no bairro Areias de Baixo, em Ribeirão das Neves (MG), atentando para suas articulações com a religião — especialmente com a atuação das igrejas locais — e com as ações de lideranças políticas no território. Ao investigar a baixa participação dos moradores nos processos decisórios, com base nos dados coletados, é possível sugerir a construção de uma rede de relações em que religião e política operem como forças modeladoras das identidades individuais e coletivas, bem como da cultura política vigente no bairro. A análise demonstra que essa passivação não se configura como simples ausência de ação, mas como uma forma específica de subjetivação política, produzida por estruturas históricas de exclusão e mediada por dispositivos institucionais, socioculturais e afetivos. Em lugar de uma retirada espontânea da vida pública, observa-se a delegação recorrente da agência política a figuras de autoridade — tanto religiosas quanto políticas — em um processo que silencia o protagonismo popular e reforça dinâmicas de dependência e desmobilização.

Na esfera religiosa, muitas tradições reforçam a ideia de submissão à autoridade divina ou às lideranças espirituais, legitimando hierarquias com base no mérito, na predestinação ou na autoridade carismática. Esse enquadramento simbólico pode favorecer a internalização de uma postura de dependência em relação a decisões externas, como se fosse necessário aguardar a validação de um líder religioso ou a orientação de uma doutrina para agir. Mensagens como “aceitar o destino” ou “confiar em Deus” — embora possam oferecer conforto espiritual —, em determinados contextos sociais, funcionam como mecanismos de naturalização da desigualdade, justificando a inação e o conformismo diante de situações de opressão estrutural e precariedade cotidiana. Essa dinâmica se manifesta de forma concreta na realidade de Areias de Baixo, onde a religiosidade, ainda que exerça papel central na organização da vida comunitária, pode também contribuir para a reprodução de uma cultura política de sujeição, marcada pela delegação das decisões a figuras de autoridade, tanto no campo religioso quanto no político.

As lideranças religiosas desempenham papel crucial nesse processo ao atuarem como mediadoras não apenas das questões espirituais, mas também das demandas políticas. Essa dupla atuação cria um ciclo paradoxal: ao mesmo tempo que

fortalece sua influência comunitária, pode contribuir para o enfraquecimento da autonomia política dos fiéis. No bairro Areias, observa-se a materialização concreta desse fenômeno. A emergência de lideranças religiosas carismáticas tem se mostrado particularmente eficaz em reforçar a *passivação política*. O carisma desses líderes, associado à estrutura de autoridade religiosa, cria um ambiente propício para a transferência da obediência religiosa para o campo político. Nesse contexto, a fé transforma-se em capital político, e a devoção religiosa converte-se em submissão política.

Já no campo político, o cenário é semelhante. Sistemas que centralizam poder ou desencorajam o pensamento crítico promovem a ideia de que os cidadãos devem apenas “obedecer às autoridades” ou “seguir as regras”, sem questionar, isto é, seriam mais súditos do que cidadãos. Isso pode ser reforçado por mecanismos de alienação, como a manipulação da informação ou o esvaziamento do debate público. Em vez de enxergar a política como um espaço de ação e transformação, muitos veem como algo distante ou reservado, acessível apenas para especialistas ou como uma atividade pouco recomendável, suspeita, sem valores.

A pesquisa realizada no Areias de Baixo identificou que a *passivação política* emerge de um processo histórico de formação social periférica, no qual o processo de urbanização precária da RMBH e do município de Ribeirão das Neves reproduziu antigos padrões de concentração de poder, perpetuando práticas clientelistas no bairro. Observou-se a cultura política local, marcada pela forte influência de políticos e lideranças religiosas, que atuam na mediação das demandas comunitárias, frequentemente limitando o engajamento ativo da população. A partir dessa análise, foram identificados três circuitos principais de reprodução da passivação política, sintetizados no Quadro 1:

Quadro 1 – Processo de passivação política

CIRCUITO	ATOR RELIGIOSO	ATOR POLÍTICO	EFEITO NA COMUNIDADE
ASSISTENCIAL	Oferece ajuda material	Patrocina ações pontuais	Substitui políticas públicas – <i>direitos</i> – por benesses
DISCURSIVO	Naturaliza desigualdades	Personaliza conquistas	Despolitiza demandas coletivas
ELEITORAL	Mobiliza fiéis	Oferece contrapartidas	Transforma fé em capital político

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro sintetiza os mecanismos que estruturam o que aqui denominamos *passivação política*. São apresentados três circuitos — assistencial, discursivo e eleitoral — por meio dos quais atores religiosos e políticos influenciam a cultura política local. Esses circuitos operam de forma interdependente e complementar, promovendo uma lógica que substitui a luta por direitos por relações de dependência e processos de despolitização.

No circuito assistencial, a relação entre lideranças religiosas e agentes políticos assume uma configuração simbiótica, em que a provisão de ajuda material — como cestas básicas ou pequenas reformas comunitárias — é articulada como favor, e não como direito. Ao invés de fortalecer a exigência por políticas públicas universais e estruturantes, essa lógica reforça a naturalização da carência, desviando o foco do Estado e deslocando para as figuras do político e do religioso o papel de provedores. Assim, o político consolida sua imagem de benfeitor e o líder religioso assume o papel de intermediário entre a população vulnerável e o poder institucional, perpetuando um ciclo de dependência e passividade.

No plano discursivo, a passivação se manifesta na construção de narrativas que individualizam a pobreza e naturalizam as desigualdades. Líderes religiosos, muitas vezes, interpretam a precariedade material como fruto da vontade divina ou como consequência de falhas morais individuais, afastando a compreensão das causas estruturais da exclusão, como a concentração de renda e a ausência de políticas públicas efetivas. Paralelamente, agentes políticos reforçam esse imaginário ao personalizar conquistas sociais, tratando melhorias como gestos individuais e não como resultados de lutas coletivas ou políticas de Estado. Essa lógica enfraquece a organização popular, promovendo gratidão ao invés de reivindicação e espera passiva ao contrário de mobilização coletiva.

Por fim, o circuito eleitoral revela o ponto mais visível da convergência entre religião e política. Líderes religiosos atuam como cabos eleitorais, orientando o voto de suas comunidades e utilizando seus púlpitos e redes sociais para promover candidatos. Em contrapartida, políticos oferecem verbas, cargos e apoio a pautas conservadoras, transformando a fé em moeda de troca eleitoral. O espaço religioso, que deveria ser voltado à espiritualidade e à acolhida comunitária, torna-se um território estratégico de barganha política. Assim, a escolha eleitoral passa a se basear em vínculos pessoais e promessas particulares, e não em projetos coletivos e transformadores.

Esses três circuitos revelam como a religião e a política, longe de fomentar uma cidadania ativa, reforçam práticas de sujeição, dependência e desmobilização social. O assistencialismo ocupa o lugar das políticas públicas, o discurso religioso justifica a desigualdade e o voto torna-se uma expressão de lealdade privada. No caso do bairro Areias de Baixo, essa dinâmica contribui para a manutenção da passividade política e dificulta a emergência de uma democracia efetivamente participativa, na qual os sujeitos se reconheçam como portadores de direitos e agentes de transformação social.

Como observação final desta dissertação, destaca-se o papel central das organizações religiosas como mediadoras sociais nas periferias urbanas. Ao oferecerem suporte material, simbólico e afetivo, essas instituições conquistam legitimidade junto às comunidades e se tornam atores estratégicos na articulação de demandas sociais e políticas. Para os agentes políticos, a proximidade com essas organizações representa uma importante fonte de capital social e eleitoral, cuja ausência pode fragilizar sua capacidade de mobilização e sustentação de base. No entanto, essa relação precisa ser pautada por princípios éticos e pelo compromisso com o bem comum, de modo a evitar práticas que comprometam a autonomia das instituições religiosas e a legitimidade das ações políticas.

Diante do exposto, conclui-se que a dinâmica entre política e religião em Areias de Baixo contribui significativamente para a manutenção de uma cultura política súdita, marcada pela passividade diante das adversidades socioeconômicas e pela instrumentalização da fé como mecanismo de controle social. No entanto, esse cenário não é estático: apesar das estratégias de acomodação promovidas tanto pelo Estado quanto pelas instituições religiosas, emergem iniciativas de resistência e mobilização que desafiam o *status quo*, especialmente quando a fé é ressignificada como força propulsora de transformação social.

Apesar da participação frágil e encapsulada, isto é, restrita a grupos isolados, com pouca permeabilidade a influências externas e limitada em sua capacidade de diálogo com o conjunto da sociedade, emergem iniciativas e possibilidades concretas de transformação. Embora a pesquisa tenha evidenciado fortes traços de *passivação política* no bairro Areias de Baixo — marcados pela desmobilização, pela delegação de poder a figuras religiosas e políticas e pela baixa expectativa de influência sobre as decisões coletivas — um resultado relevante que emergiu desta pesquisa foi a identificação de elementos de agência, mas são posturas que não se desenvolvem, como,

por exemplo, o protagonismo feminino na esfera comunitária. As mulheres apareceram como principais articuladoras em diversos grupos sociais mapeados, exercendo liderança em iniciativas de assistência, organização de eventos, apoio mútuo e até mesmo na mediação de demandas junto ao poder público.

Em contextos de vulnerabilidade, nos quais o Estado é frequentemente ausente ou atua de forma fragmentada, essas lideranças femininas assumem um papel fundamental na produção de formas alternativas de cuidado, solidariedade e resistência. Sua atuação política, embora muitas vezes invisibilizada ou não formalizada, representa uma potência transformadora no cotidiano da comunidade e desafia a lógica da passividade observada em outros segmentos. Trata-se de uma forma de engajamento enraizada na experiência concreta da vida cotidiana, que mobiliza afetos, redes de confiança e saberes locais, revelando que, mesmo em contextos marcados pela exclusão, há espaços de agência e construção coletiva impulsionados, sobretudo, pelas mulheres.

Assim, a *passivação política* analisada nesta dissertação revela-se como um momento decisivo, cuja superação depende da capacidade dos moradores de romper com a alienação, assumir o protagonismo político e exigir a efetivação de seus direitos, reafirmando o papel fundamental da cidadania ativa na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Evidenciam-se de forma contundente os efeitos da exclusão socioespacial e da presença precária do Estado na vida cotidiana das populações periféricas. Em um contexto marcado por desigualdades estruturais, ausência de políticas públicas eficazes e insegurança crônica, os moradores enfrentam não apenas a precariedade material, mas também a exclusão simbólica e política. Esses fatores limitam o exercício pleno da cidadania e aprofundam a sensação de abandono institucional.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível fortalecer mecanismos e espaços de participação popular como estratégias centrais para a superação da *passivação política* e para fortalecimento de uma cultura cívica. A criação e ampliação de conselhos comunitários, audiências públicas, fóruns territoriais e plataformas digitais de escuta ativa são caminhos promissores para aproximar o Estado das realidades locais e promover o protagonismo dos moradores nas decisões que impactam suas vidas. Mais do que dispositivos formais, esses espaços devem ser acessíveis, deliberativos e representativos, permitindo que as vozes historicamente silenciadas das periferias, como Areias de Baixo, possam incidir nas políticas públicas de forma crítica e autônoma.

Desse modo, a consolidação de uma cultura política participativa depende não apenas de reformas institucionais, mas também da valorização da participação popular e do fortalecimento da organização coletiva como instrumentos legítimos de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. La cultura política. *In: Diez textos básicos de Ciencia Política*. Ariel España, 1992. p. 171-201.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BAETA, Juliana. Move completa 10 anos em BH: relembre história, expansão, desafios e pontos críticos. **Diário do Comércio**. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/move-10-anos-em-bh/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BAIRRO JARDINS. *Bairro Jardins – Viva essa conquista*. Disponível em: <https://bairrojardins.com.br/>. Acesso em: 29 maio 2025.

BENEVIDES, Maria Victória. A questão social no Brasil: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. **Videtur Letras**, n. 3, p. 7-14, 2001. Acesso em: 24 maio 2025.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. *In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOFF, Leonardo. A crise da fé como chance de nova vida: elementos de uma teologia em crise. *In: Credo para manhã*. Petrópolis: Vozes, 1972. n. 3, p. 169-198.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOGUTCHI, Tânia ; RIGOTTI, José Irineu. Rendimento escolar e desigualdades socioespaciais na RMBH. *In: ANDRADE, L. T.; MENDONÇA, J. G.; DINIZ, A. M. A. (ed.) Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles/Belo Horizonte, MG/PUC-Minas, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. As formas do capital. *In: RICHARDSON, John G. (org.). Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Grazielle Silva. **As ocupações urbanas e o programa Minha Casa Minha Vida na RMBH**: uma avaliação a partir da produção acadêmica. 2022. 93 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/CienciasSociais_GrazielleSilvaBrandao_29983_Textocompleto.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES. **Site institucional**. Ribeirão das Neves: Câmara Municipal, 2025. Disponível em: <https://www.cmrn.mg.gov.br/>. Acesso em: 21 maio 2025.

CAMPOS, Paola Rogedo. **O município de Ribeirão das Neves: um ‘bairro popular’ em um centro metropolitano**. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/RAAO-7YKFL6>. Acesso em: 22 maio 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da “Pacificação”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 371-401, 2013.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 20 maio 2025.

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Desigualdades digitais no espaço urbano: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo**. São Paulo: CGI.br, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Sistema Prisional em Números**. Brasília: CNMP, 2021. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 5 maio 2025.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. **Indicadores de Saúde – Mortalidade Infantil por Município – 2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>. Acesso em: 5 maio 2025.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Boletim especial: mulheres no trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DOMINGUES, Michelle; SANTOS, Priscila. A gestão da vulnerabilidade social entre moradores de uma ocupação na região central do Rio de Janeiro: entre morar e resistir. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, v. 54, n. 2, 1 ago. 2022.

DREIFUSS, René Armand. **A política do clientelismo no Brasil**. Rio de Janeiro, 1981.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FONSECA, Alexandre Brasil. **Religião e política no Brasil contemporâneo**: evangélicos e o campo religioso em transformação. São Paulo: Loyola, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRESTON, Paul Charles. **Religião e política, sim. Igreja e estado, não**: os evangélicos e a participação política. Ultimato, 2022. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/file/capitulos/Religiao-Politica-cap1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

FROMM, Erich. **O medo da liberdade**. São Paulo: Leya, 2023.

GURVITCH, Georges. **A vocação atual da sociologia**. Vol. 2. Lisboa; São Paulo: Cosmos, 1968.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução e apresentação de Denilson Luís Werle. São Paulo: Unesp, 2014.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal IBGE**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

INSTITUTO NOSSA BH. **Mapa das desigualdades**: Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Instituto Nossa BH, 2021. Disponível em: <https://nossabh.org.br/uploads/2021/06/Mapa-das-desigualdades-da-RMBH-2021.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO REALTIME BIG DATA. Pesquisa de avaliação da qualidade dos serviços públicos de 10 cidades da Grande BH e de Divinópolis, na região Centro-Oeste. 28 nov. 2023. Disponível em: <https://realtimebigdata.com.br/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdades socioeconômicas e políticas públicas integradas**: abordagens e estratégias territoriais. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

JOUVENEL, Bertrand. Théorie politique pure. **Revue Française de Science Politique**, v. 11, n. 2, p. 71-88; 364-379, 1961.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/9RpfdDdGjSSGgtPHjGW97rPQ/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2025.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, p. 119-137, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Favelas: um universo gigantesco e desconhecido**. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP, 1999. Disponível em: https://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_favelas.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

MARICATO, Ermínia. O automóvel e a cidade. [Apresentação]. **Ciência e Ambiente**. Santa Maria: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008. Acesso em: 5 jan. 2025.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. Florestan Fernandes e os aspectos socio-históricos de uma integração híbrida no Brasil. **Sociologias**, v. 21, p. 182-209, 2019.

MARITAIN, Jacques. **O homem e o Estado**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1966.

MARSHALL, Thomas. Cidadania, classe social e status. In: BOTTOMORE, Tom (org.). **Cidadania e classe social**. Tradução de Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 64-125.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 252 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MONTEIRO, Poliana. A guerra dos homens e a vida das mulheres. As interfaces entre planejamento urbano, violência contra a mulher e segurança pública no Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. e202131, 2021.

MONTERO, Paula. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública”? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, v. 36, p. 128-150, 2016.

NAZÁRIO, Rejane de Oliveira. O índice de bem-estar urbano e a desigualdade das condições de vida da população urbana da RMBH. In: ANDRADE, Luciana Teixeira

de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (org.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Belo Horizonte, MG: PUC Minas; Observatório das Metrópoles, 2015.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Observatório das Metrópoles**. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em: 24 maio 2025.

O'DONNELL, Guillermo. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, p. 123-145, jul. 1993.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Comunidade, Igreja e poder: em busca de um conceito sociológico de “igreja”. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 47, n. 186, p. 299-319, 1987.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. **Publicações CID/Sociologia religiosa**, 1985.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, fev. 2003.

PAULISTA, Amanda. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Revista Humanidades em Diálogo**, n. 5/6, p. 44-51, out. 2013. Disponível em: https://humanidadesemdialogo.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/revhum_out13_05e06_baixa1.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES. **Perfil do município de Ribeirão das Neves**. 2021. Disponível em: <https://www.ribeiraodasneves.mg.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QEUD. **Ribeirão das Neves: Ideb**. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3154606-ribeirao-das-neves/ideb>. Acesso em: 23 maio 2025.

RIBEIRÃODASNEVES.NET. **Ribeirão das Neves: feito por nevenses, para nevenses**. 2019. Disponível em: <https://ribeiraodasneves.net/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ROCHA, Carlos Alberto de Vasconcelos. Democracia em duas dimensões: cultura e instituições. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 863-880, set. 2009.

ROCHA, Carlos Alberto de Vasconcelos. Geografia do voto para deputados estaduais: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ANDRADE, L. T.; MENDONÇA, J. G.; DINIZ, A. M. A. (org.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles / Belo Horizonte PUC-Minas, 2015.

ROCHA, Carlos Alberto de Vasconcelos. Anatomia de uma reforma: descentralização da educação pública de Minas Gerais e mudança institucional. **Dados**, v. 46, n. 3, p. 557-592, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Leya, 2020.

SALGADO, Nayara Amorim. **Ribeirão das Neves e o meio ambiente: o problema do lixo em Neves**. Ribeirão das Neves Online, 2019. Disponível em: <https://ribeiraodasneves.net/colunas/171-nayara-amorim/8095-ribeirao-das-neves-e-o-meio-ambiente-o-problemao-do-lixo-em-neves>. Acesso em: 18 maio 2025.

SALGADO, Nayara Amorim; ELÍZIO, Thárcio. Ensaio sobre Ribeirão das Neves e as políticas públicas. In: AUGUSTO, Guidyon (org.). **Ribeirão das Neves: pesquisa, cultura e novos tempos**. São Paulo: Estúdio Aspas, 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação Política e os potenciais democráticos da internet. **Revista Debates**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 29, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12430>. Acesso em: 26 maio 2025.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. Rio de Janeiro: Leya, 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Data MPE Brasil: indicadores econômicos municipais**. 2022. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2025.

SOUZA, Joseane de. Organização social do território e os movimentos pendulares na RMBH. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (ed.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Belo Horizonte; PUC-Minas; Observatório das Metrópoles, 2015.

TAVARES, Fábio Roberto; ALMEIDA, Márcia Bastos de; BARBOZA, Sergio de Goes. **Ética, política e sociedade**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014.

TAYLOR, Charles. O reconhecimento e a constituição da identidade. In: TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal, do público e do privado. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TÔRRES, Marina. Cruzar a metrópole: segregação urbana, exclusão social e a lógica mercantil dos serviços de transporte. **Plural**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 157-181, 2018.

Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/145969/150061>. Acesso em: 9 maio 2025.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Senhor e escravo. **Síntese: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 21, p. 3-20, 1981.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. São Paulo: Zahar, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WERNECK, Natasha; RIOS NETO, Renato. **Chacina em sítio na Grande BH deixa três mortos e dois feridos**. 2024. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/cidades/2024/05/23/chacina-em-sitio-na-grande-bh-deixa-tres-mortos-e-dois-feridos>. Acesso em: 11 jun. 2024.

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.